

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

FRANÇA

A Vª República à Beira do Abismo



Cartaz das 115 candidaturas apresentadas pelo Partido Operário Independente Democrático às eleições legislativas de 12 de Junho de em França: *“Chegou a hora de um governo ao serviço da maioria, um governo do povo trabalhador”*

Argélia

De um Congresso do Partido dos Trabalhadores a Outro

Alemanha

A Situação da Classe Trabalhadora e a Intervenção do Grupo Socialista internacionalista (ISG)

História/Teoria

A Conferência de Zimmerwald (Setembro de 1915)



Índice

Notas Editoriais Página 3

Dossiê

- França: Rejeição Massiva de Macron Pelo Eleitorado Operário, Popular e Jovem, Ferrete da Ilegitimidade do Regime a Vª República à Beira do Abismo Página 5

Análise

- Argélia: de um Congresso do Partido dos Trabalhadores a Outro Página 20
- Alemanha: Situação da Classe Trabalhadora e Intervenção da ISG Página 29
- Canadá: a Crise do Imperialismo e a Imperiosa Necessidade do Combate Pela Independência de Classe do Proletariado Página 35
- China: o Lugar da China na Actual Situação Internacional Página 41

Contribuições para a discussão internacional

- Rússia: o Desfile Militar de 9 de Maio e o Estado de Espírito da População Página 46
- Rússia: Algumas Reflexões sobre a Situação desde 24 de Fevereiro Página 49
- República de Maurícia: Enquanto a Humanidade Caminha Cegamente Para a Guerra Nuclear... Página 51

História

- A Conferência de Zimmerwald (Setembro de 1915) Página 54

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

As tropas britânicas têm de se preparar “para combater ao lado dos nossos aliados e para derrotar a Rússia no campo de batalha. Nós somos a geração que tem, mais uma vez, de preparar o exército para combater na Europa.” Assim fala o general Sanders, chefe do Estado-maior do exército britânico (19 de Junho). A imprensa britânica comenta: “Os soldados britânicos têm de se preparar para combater na terceira guerra mundial.”

Alguns dias antes, o papa, chefe da Igreja católica, declarava “declarada a terceira guerra mundial”. (*La Civiltà cattolica*, 14 de Junho). A referência passou a ser evocada pelos principais estadistas do planeta: primeiro fizeram-lhe referência o presidente dos Estados Unidos, e o director da CIA; a seguir, o ministro dos negócios estrangeiros da Rússia. O presidente francês, Macron, declarou, por seu lado, que o seu país “entrou em economia de guerra, e nela vamos ter de nos organizar por muito tempo”. E o secretário-geral da NATO anuncia ser necessário prepararmo-nos para uma guerra “a longo prazo”.

Há necessidade de ir habituando os trabalhadores e os povos do mundo à inevitabilidade de uma nova guerra mundial... e, para alguns destes estadistas, de considerar necessária uma guerra generalizada a longo prazo.

Tanto mais que a guerra e as suas consequências – especialmente a especulação capitalista desenfreada que está fazendo disparar os preços dos produtos alimentares e dos carburantes – suscita em todo o mundo a resistência da classe trabalhadora, apesar de todas as dificuldades decorrentes da política das direcções das organizações operárias. Ao fecharmos este número d’*A Internacional*, a Grã-Bretanha está paralisada por uma poderosa greve dos ferroviários, enquanto em França, na Bélgica e na Alemanha, os trabalhadores se mobilizam no terreno que é o seu. Simultaneamente, os operários e camponeses do Equador passam à ofensiva contra o governo Lasso, serviço do FMI, e, na Tunísia, a greve das empresas do sector estatal teve adesão massiva. Nos Estados Unidos, os trabalhadores da *Apple*, depois dos da *Amazon* e da *Starbucks*, conquistam o direito à sindicalização apesar das leis anti-sindicais mantidas por Biden, com a cobertura da pretensa “esquerda” do Partido Democrático. Esta luta de classes é a raiz das crises políticas que abalam as instituições do Estado burguês nos principais países imperialistas do planeta. Depois dos tumultos no Capitólio dos Estados Unidos, foi a vez de a Vª República se tornar “ingovernável” em França, enquanto o primeiro-ministro britânico anda às voltas com a fronda no seu próprio partido. Para os militantes das organizações que lutam pela reconstituição da IVª Internacional, a marcha para a guerra generalizada confirma a avaliação feita pela declaração do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) adoptada no dia 28 de Fevereiro de 2022 e publicada no nosso

anterior número: “*Fora do contexto do imperialismo decadente e em decomposição, não se pode compreender a guerra iniciada com a entrada das tropas russas na Ucrânia. (...) A guerra actual, embora não sendo uma guerra mundial, tem aspectos de guerra mundial. No terreno ucraniano em que se defrontam directamente Rússia e Ucrânia, estão também, atrás da Ucrânia, as principais potências imperialistas reunidas na NATO. E, de modo porventura menos directo, a ofensiva imperialista contra a Rússia visa igualmente a China. Quais são as raízes económicas da guerra? A crise profunda do regime capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção.*”

Fiéis ao método de Lenin, partimos das raízes da guerra, que, como todas as guerras contra os povos travadas nestes últimos trinta anos em todos os continentes, reflecte a tendência, inerente à sobrevivência do sistema capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção, para a destruição em massa das forças produtivas. A guerra deriva da incapacidade de resolver as contradições entre imperialismos rivais por outros meios, para maior proveito do mais poderoso deles, o imperialismo americano. Por trás da confrontação do imperialismo com a Rússia, amanhã com a China, exprime-se a necessidade da classe capitalista dos Estados Unidos de abater os obstáculos à pilhagem (especialmente, da propriedade estatal na China). Exprime-se, também, a importância cada vez maior da economia do armamento na economia capitalista contemporânea. A declaração do CORQI de 28 de Fevereiro referia que “*a crise do regime assente na propriedade privada dos meios de produção reflecte-se na generalização da tendência para a transformação das forças produtivas em forças destrutivas. Se Marx já falava nesta tendência, na época imperialista ela vai-se avolumando. De entre essas forças destrutivas, uma avulta cada vez mais: a indústria do armamento, o “militarismo”, para usar a expressão de Rosa Luxemburgo no início do séc. XX. Um mercado em constante desenvolvimento, que engole biliões de dólares dos orçamentos nacionais e que tem esta particularidade: o consumo das mercadorias que produz – as armas – exige que surjam cada vez mais conflitos e guerras.*” Em 2021, as despesas militares mundiais – em constante aumento nos últimos sete anos – atingiram a soma recorde de dois biliões cento e treze mil milhões de dólares (só à conta dos Estados Unidos, 40% disso). Quantias colossais colhidas nos orçamentos dos Estados em prejuízo dos serviços públicos, assegurando lucros recorde à indústria do armamento. A declaração do CORQI de 28 de Fevereiro punha em evidência um problema fundamental que se colocava à classe operária: “*Sendo a responsabilidade criminosa do regime de Putin uma evidência, o facto é que o contexto em que ela se inscreve é marcado por meses e meses de escalada militar e por provocações cuja responsabilidade cabe ao imperialismo americano e ao seu braço armado, a NATO, e a todos os governos*

● NOTAS EDITORIAIS

>>>

capitalistas alinhados debaixo da sua bandeira. Os lutadores pela reconstituição da IVª Internacional, fiéis à bandeira do internacionalismo proletário, recusam seguir os dirigentes de organizações de trabalhadores que têm aceitado integrar o quadro de união nacional com os governos fautores de guerra. Os lutadores pela reconstituição da IVª Internacional consideram que o principal inimigo da classe trabalhadora em cada país é o seu próprio governo.”

A questão aparecia concentrada no título da declaração: *“Tropas russas fora da Ucrânia! Dissolução da NATO! Nem Putin, nem Biden e seus aliados! Não à união nacional com os governos fautores de guerra!”* Também esta questão essencial foi confirmada pelos acontecimentos. Nas grandes potências imperialistas, as direcções das grandes organizações operárias, tal como tinham acompanhado as medidas anti-operárias dos governos capitalistas durante a pandemia, em 2020-21 (atribuindo milhares de milhões de dólares e euros de verbas públicas aos capitalistas), alinharam outra vez atrás da política de guerra dos seus próprios governos. Leia-se neste número, em particular, como esta adesão das direcções à “união sagrada” com o seu próprio governo fautor de guerra se manifestou em França, na Alemanha e no Canadá (e, em moldes diferentes, na Rússia, vejam-se as contribuições que publicamos). Recorde-se igualmente o voto por quase unanimidade dos eurodeputados “de esquerda” dos vários países a favor da resolução de apoio à NATO no Parlamento Europeu, em 1 de Março e 7 de Abril.

Não há lugar para a IVª Internacional em nenhuma combinação de aliança com a burguesia, razão por que as organizações do CORQI têm, no âmbito do Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária (COI), procurado agrupar o mais amplamente possível militantes, grupos, correntes e organizações do movimento operário que recusam a união sagrada atrás do imperialismo, da NATO e dos governos fautores de guerra, sem por isso fazerem a mínima concessão à agressão contra-revolucionária do regime de Putin contra a Ucrânia. No dia 3 de Abril, mais de duzentos militantes operários de todas as tendências de 47 países reuniram-se num Encontro Internacional de urgência contra a guerra: militantes e organizações saídos de tradições diferentes do movimento operário reuniram-se com as mesmas palavras de ordem: *“Cessar-fogo imediato! Retirada das tropas russas da Ucrânia!”*; *“retirada das tropas americanas e da NATO da Europa!”*; *“retirada de todas as tropas estrangeiras de ocupação de todos os países do mundo”*; *“fim a todas as intervenções imperialistas e neocoloniais”*; *“levantamento das sanções”* e *“dissolução da NATO”*. Estas palavras de ordem levaram-nas os participantes, um mês depois, para o cerne das mobilizações operárias tradicionais do 1º de Maio em dezenas de países.

O apelo ao encontro internacional de urgência concluiu-se assim: *“Os trabalhadores não têm nenhum interesse em comum com as multinacionais nem com as classes capitalistas dos diferentes países. Não têm nenhum*

interesse em comum com os seus próprios governos.

Apelamos a todos os trabalhadores e à juventude, aos militantes de todas as origens do movimento operário e às organizações operárias: rejeitemos todas as formas de união nacional com os governos fautores de guerra, com as multinacionais e os capitalistas que provocam as guerras. A única união que interessa à causa da paz e da justiça social é a união dos trabalhadores e dos povos do mundo inteiro. Abaixo a guerra, abaixo a exploração! Trabalhadores de todo o mundo, organizações operárias, povos oprimidos, unamo-nos contra a guerra e a exploração, para impor a paz que interessa à humanidade.” Para os militantes que lutam pelo programa da IVª Internacional, esta plataforma não representará a totalidade da sua política. Mas esta campanha prática de mobilização contra a guerra e a exploração é um utensílio para reagrupar forças que, à marcha para a barbárie, contrapõem a perspectiva da Internacional Operária. As organizações do CORQI investem, por isso, todas as suas forças na organização desta campanha permanente contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, contra a marcha para a “terceira guerra mundial”. Campanha internacional que supõe a mobilização específica da juventude revolucionária contra a guerra e os orçamentos de guerra. Que integra a preparação do encontro internacional das mulheres trabalhadoras. Campanha que terá uma primeira culminação na conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, de 29 e 30 de Outubro de 2022, em Paris.

A crie do movimento operário internacional é tanto mais profunda por incluir a crise da própria Internacional. Chamamos a atenção dos nossos leitores para duas contribuições apresentadas neste número. A primeira é um artigo dedicado à situação da luta de classes em França, que foca os acontecimentos que desaguaram na situação de crise aberta de 19 de Junho, ventilando quer algumas questões teóricas colocadas – por exemplo, a questão da “frente popular” – , quer a actividade dos trotskistas que constroem o partido operário na luta de classes. O artigo foca, também, a política actual da corrente revisionista que provocou a crise da IVª Internacional em 2015. A segunda é um artigo dedicado à situação na Argélia: *“Dum Congresso do Partido dos Trabalhadores (PT) a Outro”*. Nele se focam, com a ajuda de factos e citações, as grandes questões políticas que se puseram desde que as massas irromperam, em Fevereiro de 2019 – à luz do que foi a política da direcção do PT. Deixamos claro que o nosso propósito não é “ajustar contas” com os que, há sete anos, tomaram a iniciativa de desfazer a IVª Internacional que fora proclamada em 1993 com o camarada Lambert. Estas contribuições hão-de servir antes para alimentar a reflexão e a acção da vanguarda, ajudando a voltar a forjar a IVª Internacional, portadora do único programa capaz de ajudar a superar a crise de direcção com que os trabalhadores se debatem.

França

Rejeição Massiva de Macron pelo Eleitorado Operário, Popular e Jovem, Ferrete da Ilegitimidade do Regime

A Vª República à Beira do Abismo

Por Daniel GLUCKSTEIN

Este artigo foi finalizado no dia 20 de Junho de 2022, dia seguinte à segunda volta das eleições legislativas francesas. Não contempla, conseqüentemente, acontecimentos posteriores. Por que razão era importante esperar pela segunda volta para concluir este artigo? Porque, com ela, termina uma fase da crise política de fundo que abala o país. Abre-se uma nova etapa, a da transformação da crise política em crise aberta do regime.

ENTRE OS DIAS 10 DE Abril e 19 de Junho, a França viveu eleições presidenciais a duas voltas, a que se seguiram eleições legislativas a duas voltas. Tradicionalmente, a democracia burguesa alicerça-se no convite feito a intervalos regulares ao corpo eleitoral para escolher, de entre as várias representações políticas, a que há-de ficar encarregada de representar o melhor possível os interesses gerais da classe dominante. É o momento de os chefes da classe capitalista e dos respec-



Concentração organizada no dia 26 de Março em Paris pelo Partido Operário Independente Democrático e pela Federação de Jovens Revolucionários

tivos partidos tentarem superar o melhor possível as suas contradições, suprir o que foram as suas carências no exercício anterior e afinar a melhor combinação política para fazer vingar os seus planos contra a classe operária. É, também, o momento em que os trabalhadores podem aproveitar o ensejo, neste terreno deformado da luta de classes que são as eleições, para avançar as suas reivindicações e exigências por intermédio de candidatos de partidos que representem autenticamente os seus interesses ou incumbindo das suas aspirações os candidatos dos partidos tradicionais que se reclamam da classe trabalhadora – embora se recusem a romper com a burguesia. É, ainda, o ensejo para partidos saídos

do movimento operário, mas há décadas alinhados com a ordem burguesa, se apresentarem como candidatos à gestão dos negócios, como, digamos, relevo dos partidos capitalistas, quando estes falham e se mostram incapazes de fazerem o seu trabalho.

O exercício desta escolha pelo corpo eleitoral, elemento essencial da democracia burguesa, é, porém, falseado pelo próprio quadro das instituições reacionárias da Vª República, que fazem da eleição presidencial um plebiscito, bem como pelo quadro de decomposição generalizada das instituições políticas democrático-burguesas no contexto de um aprofundamento da crise do próprio sistema capitalista à escala mundial e em cada país.

● DOSSIÊ

>>>

A particularidade da fase eleitoral desta primavera de 2022 é não ter desaguado numa resolução dos problemas que se põem à classe capitalista nem dado azo a solução que, pelo menos, permitisse avançar de momento. Pior: pela primeira vez na história da Vª República, regime bonapartista por excelência, o presidente Bonaparte fica sem qualquer maioria parlamentar. A aliança dos diferentes partidos que apoiam mais ou menos a sua política totaliza 245 deputados, quando seriam precisos 289 para ter maioria na Assembleia Nacional. O *Rassemblement national*, de extrema-direita, consegue uma incursão preocupante, passando de 8 a 89 deputados, enquanto a nova união da esquerda (da iniciativa de *La France insoumise* de Mélenchon) mais do que duplica o seu número de deputados. Da votação não resulta nenhuma solução parlamentar, sendo certo que uma maioria esmagadora do eleitorado (57%) se recusou a dar o seu voto a qualquer candidato. A taxa atinge 70% e mais no eleitorado operário, popular e jovem, a ponto de a maior parte dos deputados eleitos não ter recolhido, na realidade, mais do que os sufrágios de um em cada quatro eleitores inscritos, por vezes menos do que isso. A crise do regime está aberta.

Mais destabilizados do que nunca

O regime da Vª República, o domínio da classe capitalista, mas também a política das cúpulas dirigentes do movimento operário, subordinadas à manutenção da ordem capitalista – aquilo que se designa habitualmente por “os aparelhos” – acabam por sair do processo eleitoral mais destabilizados do que nele entraram. Nas semanas que separaram as eleições presidenciais das eleições legislativas, o país vivera um sintoma significativo da crise que amadurecia: a espectacular reviravolta da que se tornara força dominante da “esquerda” (*La France insoumise*), que, no lapso de poucas horas,

passou de uma política feroz de divisão (que permitiu que Macron fosse reeleito) à constituição de uma frente popular amplíssima (a *Nupes*), que juntou desde macronistas “de esquerda”, ainda há poucos dias apoiantes do presidente, até ao que resta da CCI-POI, renegados do trotskismo, passando por todas as componentes da esquerda tradicional. Facto assente é que esta fase eleitoral de mais de dois meses não permitiu avançar um passo na resolução dos problemas com que a dominação capitalista neste país se debate. Há uma razão fundamental para isso: é que, nestas poucas semanas eleitorais, se concentrou toda a matéria explosiva que se acumulava há anos, em imagem refractada das relações entre as classes. A saber, por um lado, a extrema fragilidade das instituições da Vª República, a estreiteza da base social do Bonaparte, a crise de decomposição das forças políticas que o apoiam, reflectindo a crise do capitalismo francês, esmagado pelo rolo compressor da crise mundial e das pressões das outras potências imperialistas; e, por outro lado, a pressão do movimento de massas, que, durante os cinco anos da presidência Macron, procurou erguer-se contra os golpes mortíferos decididos pelo governo, serviçal da classe capitalista. Movimento de massas que, depois das amplas manobras, nos últimos meses, no terreno directo das greves e das mobilizações, mormente com o movimento de milhões em defesa das pensões, acabou por exprimir, no deformado terreno eleitoral, uma pressão que sacudiu os aparelhos e os obrigou à viragem de 180° acima mencionada. A situação é grávida de desenvolvimentos revolucionários – e traz uma questão teórica de primeira grandeza para o centro da reflexão dos militantes fiéis ao programa da IVª Internacional: a da frente popular.

As instituições da Vª República nasceram do golpe de Estado de 1958, cuja finalidade era manter a estabilidade da dominação

da burguesia francesa face à revolução argelina, esmagando-a, se possível, ou garantindo condições para uma solução que preservasse a estabilidade do Estado, o que implicava fazer refluir o movimento da classe operária. As instituições da Vª República ficaram sempre instituições bonapartistas inacabadas. Bonapartistas: pois, de cinco em cinco anos, as eleições presidenciais fazem surgir um Bonaparte investido da quasi-totalidade dos poderes. A eleição a duas voltas pontua a vida política institucional e a dos partidos e movimentos políticos que decalam o próprio calendário no do regime. Mas inacabadas: pois, desde os seus primeiros passos, o regime gaullista foi fragilizado pelas fracturas da sua própria base social (fracções da burguesia e do exército que se digladiavam na questão da Argélia) e pela resistência da classe operária às tentativas de integração corporativa.

A primeira volta das eleições presidenciais, a 10 de Abril de 2022, ficou caracterizada por três fenómenos: a rejeição de Macron, a expressão da abstenção operária, popular e jovem e a progressão da extrema-direita. Mais de um quarto dos eleitores absteve-se. Quatro de cada cinco eleitores recusaram-se a votar em Macron, apesar de este ter ficado à frente. Os resultados mostram igualmente uma radicalização à direita. Emmanuel Macron, candidato da burguesia à falta de melhor (não vindo ele do partido gaullista tradicional), e Marine Le Pen (extrema-direita) qualificaram-se para a segunda volta. Pressionando o modo de votação presidencialista a votar no “candidato mais capaz de ganhar”, a parte do eleitorado popular que se decidiu a ir votar concentrou o voto em Mélenchon (21,95%), que ficou em terceiro lugar. Os dois partidos tradicionais que, desde 1958, deram todos os primeiros-ministros foram varridos (o Partido Socialista conseguiu 1,75% dos sufrágios expressos, *Les Républicains*, partido oriundo do partido

gaullista, recolheram 4,78%). A crise dos pilares da Vª República atinge a fase do desmoronamento. A abstenção em massa é fonte de preocupação, tanto mais que as greves, que se multiplicam desde o verão de 2021, continuaram a alastrar durante todo o período eleitoral. Na noite do escrutínio, o coordenador de *La France insoumise*, Adrien Quatennens, apressou-se a declarar que “o que vai interessar é fazer o que for preciso para impor (a Macron) uma coabitação”.

O regresso da coabitação

O que é a coabitação? É a situação institucional em que governam juntos (coabitam) um presidente da República e um primeiro-ministro de origens políticas diferentes. Em sessenta e quatro anos de Vª República, deu-se este caso por três vezes: de 1986 a 1988, com um presidente da República “socialista” (Mitterrand) e um primeiro-ministro vindo do partido gaullista (Jacques Chirac); de 1993 a 1995, com, de novo, um presidente da República “socialista” (Mitterrand) e um primeiro-ministro vindo do partido gaullista (Edouard Balladur); e uma terceira vez, de 1997 a 2002, com um presidente da República originário do partido gaullista (Jacques Chirac) e um primeiro-ministro saído do Partido Socialista (Lionel Jospin).

Pelo seu próprio princípio, a coabitação não se coaduna com a lógica das instituições da Vª República. Estas supõem, com efeito, a unidade do executivo, firmemente na mão de um presidente da República que usa o primeiro-ministro como executante. As três situações em que se instaurou esta coabitação foram, cada uma delas, reflexo já de um certo grau de crise, já de um consenso esquerda-direita para preservar as instituições de uma crise que seria um entrave ao seu bom funcionamento... ao serviço da classe capitalista. Diga-se que, nos três casos, assim foi: evitou-

se que a crise política se transformasse em crise institucional. Foi para evitar que tais situações se repetissem que o último governo de coabitação (Chirac-Jospin) modificou a Constituição. Por um lado, passando o mandato presidencial de sete para cinco anos; por outro lado, decidindo que as eleições legislativas se sucedessem imediatamente às presidenciais, o que não era o caso antes, de modo que a maioria que se exprimisse nas presidenciais se visse confirmada com toda a naturalidade em legislativas que se lhes seguiam ao fim de poucas semanas.

A particularidade da situação de 2022 é dual. Por um lado, a coabitação, até agora uma situação de facto, considerada por uns e outros como reflexo de uma crise mais ou menos imaginada, surge agora como reivindicação feita pelo principal candidato de esquerda às eleições, que rapidamente agrupa à sua volta toda as outras componentes. Chegaram-se a ver, nas manifestações do 1º de Maio, no cortejo de *La France insoumise*, cartazes a pedir a coabitação. Conscientes, portanto, do enfraquecimento do regime, reflectido na rejeição de Macron por 80% dos eleitores inscritos, os dirigentes da LFI ofereceram de imediato os seus serviços para conter uma crise que pudesse surgir do facto de o partido macronista ficar em minoria nas legislativas. Apesar da reforma constitucional adoptada há uma vintena de anos, a hipótese, a poucas semanas de distância, de o voto dos eleitores dar em escolhas de maioria parlamentar e de presidente da República diferentes era credível. A coabitação passa, então, a ser o toque a reunir de *La France insoumise*. Para lá poder chegar no âmbito das eleições legislativas, a LFI precisava de modificar radicalmente a sua posição, até então pautada pela denúncia de todas as componentes da esquerda – às quais... no lapso de poucas horas, irá, pelo contrário, propor a união das respectivas forças.

La France insoumise dirige-

se, pois, ao partido burguês e ecologista EELV, ao PCF e ao NPA e, a seguir, ao PS, propondo-lhes... um acordo eleitoral para as eleições legislativas que se seguiriam às eleições presidenciais. Convém recordar que tanto uns como os outros se recusavam, há meses, a qualquer aliança ou candidatura conjunta capaz de correr com Macron da presidência, a cada oportunidade justificando as suas candidaturas separadas. No entanto, para salvar o regime em crise, ei-los que, da noite para o dia, viram o bico ao prego. O PCF quer “uma maioria de esquerda na Assembleia Nacional”. O NPA responde “favoravelmente ao vosso pedido de encontro para discutir a possibilidade de candidaturas comuns”.

A “legitimidade do presidente eleito”

Entre voltas, há manifestações de estudantes aos gritos de “Nem Le Pen nem Macron”. Várias universidades parisienses são arbitrariamente encerradas para evitar o contágio.

A segunda volta das presidenciais realiza-se no dia 24 de Abril. Ao passo que o essencial da classe capitalista e a quasi-totalidade das organizações oriundas do movimento operário apelam a um voto de “união sagrada” em Macron contra Le Pen, é de novo a abstenção que alastra, até 28% (14 milhões de eleitores), um novo recorde para uma segunda volta de eleições presidenciais desde 1969. Este “não voto de classe” – já que a abstenção domina no eleitorado operário e popular e entre a juventude – flagela a Vª República, sapando-lhe a legitimidade. Macron não organiza nenhum evento sumptuoso para festejar a vitória. Os seus partidários fazem declaração atrás de declaração a proclamar a sua legitimidade. Não só os partidários, aliás: Marine Le Pen “*respeita a vontade das urnas*”; em nome do PS, Olivier Faure dirige as suas “*felicitações republicanas ao presidente reeleito*”; o director de

● DOSSIÊ

>>>

campanha de Jean-Luc Mélenchon, Manuel Bompard, declara que “*respeita*” a “*legitimidade do presidente eleito*”.

“*Esta noite, apelo à coabitação (...) Fazemos uma coligação de esquerda e uma coligação com a ecologia e arranjos maneira de este contrato de governo nos levar a Matignon*”, afirma Sandrine Rousseau, uma das dirigentes do EELV (Matignon é a sede do primeiro-ministro, nomeado pelo presidente da República e tradicionalmente saído da maioria dada pelas eleições legislativas).

Os chefes dos partidos burgueses preocupam-se com a “*fractura do país*”. Macron acaba de ser eleito e, porém, a imprensa escreve em título “*incêndio latente*”. O antigo primeiro-ministro “socialista” Lionel Jospin, que governou conjuntamente com o presidente burguês Jacques Chirac num governo de “coabitação”, apela para que Mélenchon, que passou a ser a “força dominante à esquerda”, “*provoque uma coabitação graças às legislativas*”.

Constitui-se a Nupes

Logo que finda a primeira volta, começam negociações separadas entre a LFI, de um lado, e o EELV, o PS, o PCF ou o NPA (repare-se que o centro revisionista do n° 87 da rue du Faubourg Saint Denis não participa enquanto tal nesta ronda, pois é por todos – incluindo por si próprio – considerado como componente oficiosa integrada, *de facto*, na LFI). Depois de, durante anos, terem condenado a noção de “partido político”, *a fortiori* de aliança de partidos, fustigado a “*mixórdia de logotipos*” e ironizado com a impossibilidade de regresso da “união da esquerda”, os chefes da LFI apelam, no dia 26 de Abril, a “*alargar a estratégia da União popular, de molde a associar-lhe todas as forças da esquerda tradicional*” em candidaturas comuns às eleições legislativas de 12 e 19 de Junho, permitindo “*que Jean-Luc Mélenchon forme governo*”. *La France insoumise* passa, no lapso de poucas horas, de uma política

feroz de divisão (que permitira a reeleição de Macron) à constituição de uma amplíssima frente popular (a *Nupes*), que agrupa desde macronistas de “esquerda” que ainda há dias apoiavam o presidente ao que resta da CCI-POI, renegados do trotskismo, passando por todas as componentes da esquerda tradicional.

O PCF, o PS e o EELV assinam acordos separados com a LFI. O ponto comum é o objectivo de conseguir uma maioria parlamentar para fazer com que Jean-Luc Mélenchon seja nomeado primeiro-ministro por Macron. Constitui-se então uma aliança eleitoral chamada Nova União Popular, Ecológica e Social (*Nupes*), que atribui um contingente de candidatos a cada componente do acordo. Uma parte do PS, à volta do antigo presidente da República François Hollande, recusa o acordo. Durante as negociações, Mélenchon não perde uma oportunidade de afirmar que respeitará as instituições da União Europeia e da Vª República e os tratados assinados pela França, designadamente os que constituem a União Europeia e a NATO, e que o fará ao longo do quinquenato “coabitante” com Macron. No 1º de Maio, as manifestações são modestas, mas marcadas por uma vontade: “*Não aguentamos mais cinco anos de Macron!*”... excepção feita aos cartazes, no cortejo da LFI, que reclamam a coabitação.

No dia 7 de Maio, a *Nupes* é oficialmente lançada em Aubervilliers (Seine-Saint-Denis). Na tribuna, todos os principais chefes da “esquerda” e ecologistas. Na véspera, Mélenchon reafirmara que “*não punha em causa a legitimidade de Macron*” à cabeça do Estado. No dia seguinte, declara: “*Combato a Constituição, mas enquanto for esta, é esta que dita as regras*”. Como “*a Constituição cria segmentos comuns*”, segue-se que, “*vamos dizer as coisas claro e bom som nesta matéria: entender-nos-emos [com Macron-NdR], pois esse é o interesse do país.*” Reafirma inspirar-se na coabitação de 1997 a 2002 do governo

Chirac-Jospin. Também é verdade que, de 2000 a 2002, Mélenchon foi um dos ministros deste governo de coabitação.

Será preciso esperar até 19 de Maio para, ao fim de muita negociação, a *Nupes* apresentar o seu “programa partilhado de governo”. Nele não se encontra nenhuma alusão a uma ruptura com a propriedade privada dos meios de produção ou com as instituições da burguesia. Além disso, as diversas componentes mencionam por escrito que se reservam o direito de se oporem a certas partes do programa. Alguns, por exemplo, “*não apoiarão a renacionalização da Engie*”, a empresa fornecedora de energia outrora privatizada pelo governo de coabitação Chirac-Jospin. Quanto às instituições, todas as componentes concordam em remeter para a Assembleia Nacional da Vª República o cuidado de “*elaborar as modalidades da passagem à VIª República*”.

A Tendência Comunista Internacionalista, secção francesa da IVª Internacional, não foi apanhada desprevenida pelo aparecimento repentino da coligação de frente popular. Um ano antes, uma resolução da direcção nacional (5 e 6 de Junho de 2021) antevia aquilo a que chamávamos, do ponto de vista da burguesia, a “*urgente necessidade de uma improvável frente popular*”. Ora, à época, campeava a divisão entre as forças “de esquerda”. A hipótese de uma frente popular podia parecer uma elucubração. Nós compreendíamos, porém, que o surto das massas iria pôr a nu, fosse por que forma fosse, a incapacidade da burguesia para enfrentá-la apenas com as suas próprias forças e as suas instituições em crise; e que, em consequência, iria ser preciso que os aparelhos, na forma que fosse, se chegassem à frente.

Um ano mais tarde, a hipótese passa a realidade. “*As frentes populares, por um lado, e o fascismo, por outro lado, são os últimos recursos políticos do imperialismo na luta contra a revolução proletária*”: esta proposição do

Programa de Transição encontra, uma vez mais, verificação plena nas eleições presidenciais francesas de 2022 (e nas legislativas que se lhes seguiram). Disputava a qualificação para a segunda volta um trio dianteiro: um Bonaparte acanaveado, agarrado à cúpula das instituições, massivamente rejeitado pelas massas e considerado com a maior desconfiança por sectores inteiros da burguesia, ladeado à sua esquerda por uma opção de frente popular conduzida por Mélenchon e, à sua direita, por uma opção de extrema-direita (com um flanco abertamente fascizante) conduzida por Marine Le Pen.

A questão da frente popular...

Na origem desta situação está a impossibilidade de as massas se resignarem à sorte que o capitalismo em decomposição lhes reserva e a resistência que opõem a essa ofensiva. Cinco anos de Macron são cinco anos de golpes ininterruptos, o espeznimento dos elementos mais fundamentais da democracia política e dos direitos dos trabalhadores, do direito de manifestação, do direito à greve... É o fardo das condições de trabalho que se degradam e da miséria que alastra cada vez mais enquanto se distribuem centenas de milhares de milhões aos capitalistas. São os atentados permanentes ao poder de compra, aos serviços públicos, às pensões de aposentação, com todas as contra-reformas... O poderoso movimento de luta de classes de finais de 2019, com milhões de manifestantes na rua, concluiu-se, coincidindo com o início da pandemia, pela suspensão da contra-reforma das aposentações. A potência do movimento da classe trabalhadora verificou-se na continuidade das greves, sempre no foco de *La Tribune des travailleurs*, semana após semana, continuidade essa em que os trabalhadores, com os sindicatos, forjam a unidade pelas reivindicações, conseguindo, por vezes, conquistá-las mau grado a política de inércia impulsionada pelas

cúpulas das organizações sindicais.

Não sendo apanhada desprevenida pela brusca reviravolta, a direcção nacional da TCI, reunida no dia 30 de Abril, adopta, sem esperar sequer pela conclusão do acordo de fundação da Nupes, uma resolução intitulada “A frente popular”. Nela se pode ler: “A questão teórica que a nova situação coloca, central para a IVª Internacional, é a da frente popular. Concretamente: a maneira de lidar com La France insoumise tem que ver com a aplicação táctica, adaptada às circunstâncias, da orientação de combate pela frente única operária. No entanto, a posição a tomar pela IVª Internacional acerca do agrupamento em constituição em torno da União Popular não tem que ver com táctica. Tem que ver com estratégia. É elemento constituinte do programa da IVª Internacional afirmar que não há lugar para a IVª Internacional numa combinação de frente popular, numa aliança, portanto, entre partidos oriundos do movimento operário, por um lado, e partidos burgueses e instituições burguesas, no âmbito da preservação da ordem capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção. Mal do militante trotskista ou de origem trotskista que perca de vista esta caracterização da frente popular e da independência da IVª Internacional para com ela! Tal militante fica inevitavelmente condenado a desistir da luta pela revolução proletária.”

A viragem brusca que põe partidos e organizações que travavam uma guerra de divisão feroz a, em poucos dias, concordarem em criar as bases desta nova frente popular, dá azo a uma certa efervescência entre os jornalistas e comentadores políticos. Ora, a “viragem brusca não tem por que surpreender”, como salienta a resolução da direcção nacional, que recorda que, antes de a política de frente popular ter aparecido, o movimento operário conheceu “o terceiro período ultra-esquerdista da Internacional Comunista, no qual o aparelho estalinista usou a

divisão como arma de arremesso, particularmente na Alemanha. Durante todo esse período, o partido estalinista (poderosíssimo na Alemanha na altura) não hesitou em designar a social-democracia como inimigo mais perigoso do que o nacional-socialismo de Hitler. Thaelmann, o secretário-geral do PC, declarou que ‘a árvore nacional-socialista não pode esconder a floresta social-traidora’ (social-democrata, portanto). Enquanto isso, convidavam-se os militantes estalinistas a erguer o punho juntamente com os militantes nazis para esmagar fisicamente as reuniões dos sociais-democratas; enquanto isso, os dirigentes da social-democracia recusavam-se obstinadamente a toda e qualquer unidade na acção com o PC, privilegiando o apoio à burguesia na forma da democracia cristã. Esta política de divisão acabou na tragédia do proletariado alemão: a subida ao poder de Hitler numa situação em que o movimento operário era perfeitamente capaz de a barrar. Só a política de divisão lhe abriu caminho. É também sabido que, nos meses seguintes, o choque criado no proletariado de todo o mundo por esta vitória do nazismo na Alemanha desenvolveu, por sua vez, uma poderosa vontade de opor a unidade operária à ameaça fascista. Poucos meses mais tarde, em resposta à jornada de distúrbios fascistas de 6 de Fevereiro de 1934 em França, as massas impuseram a unidade da CGT, dirigida pelos reformistas, e da CGTU, dirigida pelo partido estalinista, num poderoso cortejo que gritava a uma só voz: “Unidade contra o fascismo!”. Esta realização da frente única pela classe operária destabilizou os aparelhos, obrigando-os a reconsiderar a sua estratégia. No lapso de poucos meses, a Internacional Comunista passou de uma política de divisão feroz a uma política que desposava a aspiração à unidade, só que não para constituir a frente única operária contra a classe capitalista e derrubar o poder desta, mas para atrelar a carroça da classe operária à da burguesia

● DOSSIÊ

>>>

“democrática”, numa “frente popular” que coligava partidos operários e partidos burgueses no respeito do regime da propriedade privada dos meios de produção. Estas foram as circunstâncias em que se originou a denominação de “frente popular”, acerca da qual Trotsky escreve no Programa de Transição que tal combinação, antes mesmo de aparecer sob a etiqueta consagrada, fora já levada à prática no governo de colaboração de classes socialistas-revolucionários-cadetes da primavera de 1917. O governo Kerensky fora uma forma de frente popular.”

Sob todas as suas formas, a frente popular e o fascismo representam as duas soluções de que a burguesia se pode socorrer para se defender do movimento da classe operária quando esta une todos os explorados e oprimidos. Não quer dizer que todas as soluções sejam idênticas. A classe dominante prefere, podendo, conservar nas suas mãos a totalidade do exercício do poder político. Necessita, seja como for, da subordinação dos dirigentes do movimento operário; mas prefere evitar pô-los no poder.

... nas condições específicas de 2022

É claro que cada período tem as suas próprias características. As situações nunca se repetem de maneira idêntica. A frente popular em 2022 não é igual à frente popular em 1936 nem à da Rússia da primavera de 1917. Ainda assim, como recorda a resolução da direcção nacional, “o nosso acervo teórico, o programa da IVª Internacional, é fruto da generalização da experiência histórica da classe operária.” Por isso “nos permite apreender a particularidade deste esboço de frente popular a que assistimos em França em 2022: a condição para o capital financeiro conseguir conter o movimento da classe operária é os aparelhos chegarem-se à frente (no plano sindical, isto conjuga-se com os apelos às mesas redondas e outros diálogos sociais para co-elaborar as contra-reformas de destruição

dos direitos dos trabalhadores). Não esqueçamos, contudo, a outra arma que o imperialismo tem em mãos: a extrema-direita conseguiu, nesta ocasião, em França, o seu resultado eleitoral mais significativo de sempre. Nós definimos a nossa posição como trotskistas baseando-nos nesta compreensão teórica – a saber, que, na frente popular, não há lugar para a IVª Internacional. Por isso não fomos bater à porta da União Popular quando ela andava a “negociar” o seu programa político e a distribuir assentos para as legislativas. Compreendemos, não obstante, que esta União Popular só vem a ser necessária em resposta ao movimento da classe. Daí emerge a conclusão de que o movimento da classe que se manifestou com vigor no movimento contra a reforma das aposentações, que se tem continuado a manifestar desde essa altura em movimentos contínuos de luta de classe, encontrando a sua expressão eleitoral tanto na abstenção massiva e sem precedentes, operária e popular, como, até certo ponto, na votação em Mélenchon, Roussel, etc., esse movimento da classe exprime uma aspiração profunda à ruptura. Assim, é perfeitamente possível que amanhã – não se pode, em todo o caso, excluir a hipótese – as massas invistam das suas aspirações algo que apreendam como união, uma unidade porventura imperfeita, porventura olhada com alguma desconfiança, mas que lhes pode aparecer como uma perspectiva. Alicerçados na nossa posição teórica, temos que compreender que, se, como trotskistas, a frente popular não é lugar para nós, se o POID, como partido operário independente em construção, não se pode construir cavalcando a frente popular, temos, mesmo assim, o dever de entabular o diálogo mais alargado possível com os trabalhadores e os jovens que se orientam para a frente popular por nela verem uma resposta possível às suas aspirações. Numa palavra, a orientação estratégica é-nos determinada pelos princípios do programa da IVª Internacional (a frente

popular não é lugar para nós). A forma prática da expressão desta política só pode ser elaborada incorporando nos princípios do programa a avaliação do estado de espírito das massas, incluindo as suas ilusões. É algo que é do foro da táctica fundamental, mas só é susceptível de definição a partir da orientação estratégica. A primeira necessidade que daqui deriva é a de proceder ao rearmamento dos quadros trotskistas, que, nesta matéria, têm que adquirir uma homogeneidade que é condição indispensável para levar audaciosamente avante uma política de frente única operária, portanto de ajuda à ruptura com a burguesia pela mobilização das massas.”

Se a frente popular se define como aliança dos principais partidos operários com partidos burgueses, respeitando as instituições e o sistema capitalista, a fim de barrar o ascenso das massas, então a Nova União Popular Ecológica e Social fundada na primavera de 2022 corresponde a esta definição. É certo que os principais partidos operários dominantes em França (Partido Socialista e Partido Comunista) estão reduzidos a uma dimensão esquelética no caso do primeiro e grupuscular no do segundo. A particularidade desta frente popular é que a sua coluna vertebral não é um “partido operário burguês” tradicional, mas *La France insoumise*, um agrupamento que não reivindica para si o qualificativo de partido operário e se apresenta como “movimento gasoso”. Nele convergem correntes (Partido de Esquerda e outros) e dirigentes (como Mélenchon, Corbière, Coquerel, Autain) oriundos, no termo de um longo percurso político, do Partido Socialista e do Partido Comunista, e outros que são renegados do trotskismo; todos eles reivindicam, uns mais do que outros, uma ligação ao combate do movimento operário. A seu lado integram igualmente a LFI correntes e indivíduos totalmente alheios ao movimento operário e que não o escondem. Nesse sen-

tido, *La France insoumise* constituiu-se desde logo como frente popular em potência, rejeitando o termo de ‘partido’ e a referência de classe. Ainda assim, poder-se-á considerar que as forças organizadas quer em partidos que se reclamam directamente do movimento operário, quer dele saídas, se situam, politicamente, na sua grande maioria – de maneira, todavia, atomizada – no PS, PCF, LFI. A Nova União Popular Ecológica e Social tem, porém, outra amplitude e heterogeneidade: compreende *Europe Écologie-Les Verts*, um partido burguês, reaccionário, adepto incondicional da União Europeia e da NATO, ao qual *La France insoumise* concedeu quase 20% dos lugares de candidatos às eleições legislativas. Acresce (e, pode dizer-se, principalmente) que a aliança com a burguesia, no âmbito desta Nupes, constituída em vista das eleições legislativas num quadro em que o presidente da República concentra nas suas mãos todos os poderes da Vª República em nome da burguesia, reside no reivindicar a Nupes governar “em coabitação com Macron”. Os dirigentes da Nupes almejam, portanto, uma partilha de poderes, que é, todavia, na realidade, uma partilha de poderes em que a força dominante é o presidente da República.

Para desempenhar o seu papel de frente popular, a Nupes precisava de ser muito ampla à direita e à esquerda para poder ser um baluarte contra o ascenso revolucionário das massas. À direita, a aliança com Macron e a submissão às instituições, bem como a reciclagem de certas personagens como candidatos da Nupes que, cinco anos antes, haviam sido eleitos deputados macronistas e, até, algumas personalidades abertamente reaccionárias. Mas esta frente popular também necessitava de englobar à sua “esquerda” o mais longe possível, para poder desempenhar plenamente o seu papel. A integração da CCI na Nupes preenche esta função.

Na primavera de 2021, a direcção da CCI adoptou por unanimidade uma resolução consistente numa única frase: “*mantendo-nos sempre atentos aos processos no terreno da luta de classes, a partir de hoje entramos em campanha: votar Mélenchon!*” Em Dezembro de 2021, o congresso do POI (cobrevergonhas da CCI) tem a presença de Jean-Luc Mélenchon. O congresso confirma a decisão de avançar para a campanha pela eleição de Mélenchon.

Mentira pura e simples

A entrada da CCI em campanha faz-se na forma de uma “*Carta aos abstencionistas*”, concretamente definida pela direcção da CCI como “*o nosso passaporte político nesta campanha*”. Exacto: tanto quanto saibamos, não houve mais nenhuma declaração pública da CCI ou do POI a explicar as razões da sua entrada no parlamento da União Popular.

Para quem tenha memória de que os redactores vêm da IVª Internacional, esta “*Carta aos abstencionistas*” deixa de boca aberta, na forma como no fundo. Na forma: passar à acusação dos “abstencionistas”, portanto dos trabalhadores que, há décadas, têm manifestado a sua rejeição da traição do PS e do PCF recusando a ida às urnas, é ocupar um lugar na política de divisão da classe operária, pondo os trabalhadores a arcar com a responsabilidade da situação criada pela política infame dos dirigentes. Quanto ao fundo: a “*Carta aos abstencionistas*” constrói-se em cima de uma mentira. Nela se lê que “*em todas as circunstâncias, a LFI, o Partido de Esquerda e Jean-Luc Mélenchon estiveram do nosso lado. De cada vez, durante estes cinco anos, cá estiveram, juntos, connosco. Procuraram mesmo, com o seu grupo na Assembleia Nacional, transmitir, propor, resistir.*” Ora, há pelo menos uma “grande circunstância”, durante estes cinco anos, em que os deputados de *La France insoumise* não estiveram “do lado dos trabalhadores”, mas contra eles: no

dia 19 de Março de 2020. Nesse dia, no início da pandemia, Macron pediu a todos os deputados que votassem uma prenda de 343 mil milhões de euros de ajudas aos grandes capitalistas e aos bancos. Imediatamente todos os deputados, de direita como de “esquerda” (incluindo o próprio Jean-Luc Mélenchon e mais 16 deputados insubmissos) votaram a favor desta dotação (a votação por unanimidade e a sua justificação pelos dirigentes que a votaram pode ser consultada na página internet da Assembleia Nacional).

Ora, para que serviram e para que servem os 343 mil milhões? Para despedir, desregular e especular!

Esta votação nunca mereceu menção nas *Informations ouvrières*. Silêncio cúmplice que foi um do preços a pagar pelo ingresso na frente popular... e, eventualmente, por um assento nas bancadas da Assembleia Nacional. Admita-se: há já anos que toda a crítica, ou mesmo reserva para com Mélenchon estava banida dos artigos das *Informations ouvrières*.

A mesma lei do silêncio se viria a observar quando das votações mais recentemente ocorridas no Parlamento Europeu. No dia 1 de Março de 2022, no dia seguinte à invasão da Ucrânia pelas tropas de Putin, escalada que teve nas provocações sucessivas da NATO grande parte do seu rastilho, o Parlamento Europeu votou por quase-unanimidade uma resolução que “*saúda a rápida adoção de sanções pelo Conselho; solicita que o âmbito das sanções seja alargado e que estas visem enfraquecer estrategicamente a economia e a base industrial russas (...) destaca a necessidade de os Estados-Membros reconhecerem e aceitarem que a imposição de sanções severas contra a Federação da Rússia terá inevitavelmente efeitos negativos na sua própria situação económica (...), reafirma que a NATO constitui o baluarte da defesa coletiva para os Estados-Membros que são aliados na NATO; congratula-se com a unidade*

● DOSSIÊ

>>>

entre a UE, a NATO e outros parceiros democráticos que partilham dos mesmos princípios face à agressão russa, mas sublinha a necessidade de reforçar o seu dispositivo de dissuasão coletiva (...), salienta que este ataque exige que a UE e a NATO estejam preparadas para todas as eventualidades; congratula-se, a este respeito, com a ativação dos planos de defesa da NATO, bem como com a ativação das forças de resposta da NATO e a sua mobilização parcial (...); reitera o seu apelo aos Estados-Membros da UE para que incrementem as despesas com a defesa (...), apoia firmemente a decisão histórica de atribuir um significativo financiamento adicional para fornecer à Ucrânia armas defensivas (...).”

Esta resolução foi votada por quase-unanimidade pelo Parlamento Europeu. Colheu, nomeadamente, a totalidade dos votos dos eurodeputados franceses de “esquerda”, uns do Partido Socialista, os outros de *La France insoumise* (o Partido Comunista Francês já não tem representantes eleitos no Parlamento Europeu desde 2020).

No dia 7 de Abril, os eurodeputados franceses da LFI e do PS votam, uma vez mais, uma outra resolução, que, no prolongamento da anterior, apela: “as entregas de armas [à Ucrânia] devem prosseguir e ser intensificadas”, “solicita um embargo total e imediato às importações russas de petróleo, carvão, combustível nuclear e gás”. O texto adoptado refere concretamente que estas sanções económicas cada vez mais agressivas à Rússia “criam desafios económicos e sociais inevitáveis em toda a UE e nos seus Estados-Membros”, reiterando o seu apelo “à coordenação constante com os aliados transatlânticos (...) que partilham as mesmas ideias”, NATO, G7, etc. O apoio aos acor-



dos militares determinado pelas necessidades do imperialismo – mormente do imperialismo americano – conjuga-se, na política da Nupes, com um apoio explícito à “política externa” de Macron e ao reconhecimento de facto do papel primordial do presidente da República no quadro da Vª República.

A bandeira tricolor ondula sobre o nº 87 da rue du Faubourg Saint Denis...

Acontece que a CCI-POI escreva em artigos do seu semanário: “*Nem Putin nem NATO*” (mas nunca “nem Macron”). Nem uma palavra, contudo, sobre a votação dos eurodeputados da LFI e do PS a favor das resoluções do Parlamento Europeu, nem uma palavra sobre as resoluções propriamente ditas, que dizem com todas as letras: viva a NATO! Também é verdade que o programa eleitoral

da Nupes, à questão se a França deve continuar a ser membro da NATO ou se pode sair da NATO, responde concretamente que “no âmbito das instituições da Vª República, sendo o presidente quem negocia e assina os tratados, nenhum governo pode tomar decisões desta natureza sem ele.” Tradução: quem há-de decidir se a França é ou não membro da NATO é Macron. Convém lembrar que o programa eleitoral da Nupes é o de todos os seus candidatos, incluindo, em seis circunscrições, os que são membros da CCI-POI. Alinhadas pelo apoio político incondicional à Nupes, as *Informations ouvrières* conseguirão a proeza de, em Maio e Junho, promoverem uma concentração contra a NATO... em Madrid (Estado espanhol) – em Paris é que não!

Também é verdade que, bebendo a taça da sua adesão à frente popular até às borras, a CCI-POI já desde Janeiro tomara lugar no campo do chauvinismo “tricolor”.

O dia 23 de Janeiro de 2022 ficará, na verdade, a marcar uma data na história da degenerescência do centro revisionista liquidacionista. Nesse dia, pela primeira vez em meio século, desde, portanto, que a sede da rue du Faubourg Saint Denis nº, 87, foi adquirida pela organização trotskista francesa graças ao sacrifício financeiro de milhares de militantes e simpatizantes; pela primeira vez desde que a rue du Faubourg Saint Denis, nº 87, passou a ser a sede dos militantes franceses que combatem pela reconstrução da IVª Internacional; pela primeira vez desde que este endereço ficou conhecido e partilhado pelos militantes de todas as tendências que, chegados do mundo inteiro, nela participaram quer em reuniões pela IVª Internacional, quer em

reuniões dedicadas à reconstrução do movimento operário com o eixo da independência; pela primeira vez, a rue du Faubourg Saint Denis, n° 87, engalanou-se não com a bandeira vermelha, mas com a bandeira tricolor!

... por um prato de lentilhas

A cor da bandeira, em França, tem que ver com a luta de classes. A bandeira tricolor é a bandeira dos versalheses, a bandeira de Galliffet e dos que fuzilaram os comunardos, a bandeira das sangrentas guerras coloniais e imperialistas contra os povos da Indochina, da Argélia, de África. Neste dia 23 de Janeiro de 2022, a bandeira do imperialismo francês foi plantada na sala grande da rue du Faubourg Saint Denis, n° 87. E não houve um único dirigente da CCI que protestasse e recordasse, por exemplo, a ruptura irreductível entre a bandeira vermelha e a bandeira tricolor em Março de 1871, quando os versalheses, expulsos de Paris, levaram consigo a bandeira tricolor, enquanto o povo trabalhador se agrupava à volta da bandeira vermelha! Atacados de amnésia, os dirigentes da CCI esqueceram a guerra civil em França em que os versalheses massacraram 40 a 50 mil comunardos, bandeira tricolor contra bandeira vermelha. E tudo a troco de um prato de lentilhas, ou antes um assento parlamentar para Legavre, o que dá no mesmo!

A brusca passagem do “87” da bandeira vermelha à bandeira tricolor não deixa de lembrar um precedente, evocado numa nota de informação da direcção nacional da TCI de 28 de Janeiro: “Foi em 1935, logo a seguir à assinatura do pacto Laval-Stalin, que o Partido Comunista Francês, sob a égide de Maurice Thorez, operou uma viragem de 180 graus da política terceiro-periodista ultra-esquerdista até então seguida. Proclamando que Stalin tinha razão, renunciou à campanha que há anos fazia contra o serviço militar de dois anos, proclamando

que o PCF passava a ser “o partido da nação francesa” e que, contrariamente ao que anteriormente se dissera, era necessário reforçar a potência militar do país. A partir daí, o Partido Comunista Francês passou, em todas as suas permanências, manifestações e cortejos a associar a bandeira tricolor à bandeira vermelha e La Marseillaise à Internacional. Maurice Thorez, o secretário-geral do partido, chegou ao ponto de declarar que era necessário estender a mão aos antigos combatentes da Croix de feu, de extrema-direita. Assim, a adopção da bandeira tricolor ficou logo de princípio a assinalar o comprometimento do PCF com a política dita de frente popular, de reivindicada aliança com a burguesia (...).”

A nota publicada pela TCI no dia 28 de Janeiro continuava: “A orientação estratégica que o nosso programa nos dita é de lutar em quaisquer circunstâncias pela ruptura das organizações que se reclamam, um pouco que seja, da classe operária com a burguesia – dependendo a forma exacta dessa luta pela ruptura das circunstâncias. Hoje, em França, ela passa, em particular, pela exigência de confiscação dos 600 mil milhões que o governo Macron ofereceu à classe capitalista, um valor igual ao dobro do orçamento da França – sabendo que mais de metade desses 600 mil milhões foram votados em união nacional total, incluindo os deputados do Partido Socialista, do Partido Comunista e de La France insoumise, não tendo nenhum desses partidos posto em questão tal votação. Uma vez mais, não é que se possa criticar Mélenchon por esta política, pois ela é traço constante e reivindicado da sua orientação de há muitos anos. Em contrapartida, é assinalável que a CCI tenha designado uma dezena de membros seus para tomarem assento no “parlamento da União Popular” (curioso parlamento, cujos membros não são eleitos por ninguém, mas designados pelos dirigentes de La France insoumise!) (...) Entrar no parlamento da União Popular

hoje é entrar amanhã no governo de frente popular. Implica não apenas a submissão à bandeira tricolor e à Marselhesa, mas também defender o respectivo programa, o que os militantes da CCI comprometidos nesta campanha fazem sem reservas. Ao ponto de entregarem n° 87 da rue du Faubourg Saint Denis à bandeira tricolor. (...) Pierre Lambert revolver-se-ia no seu túmulo ao ver tal traição do extraordinário esforço militante envidado para adquirir aquela sede.”

“Eleger” o primeiro-ministro?

Publicadas no dia 28 de Janeiro, estas linhas tiveram confirmação total nos acontecimentos que se seguiram: em troca da sua vergonhosa submissão à frente popular, a CCI-POI conseguiu, pois, meia-dúzia de nomeações de candidatos para as próximas eleições de 12 e 19 de Junho próximas, sob a égide da Nupes. Não se espere, porém, desses candidatos que se apresentem como candidatos revolucionários, trotskistas, adeptos da IVª Internacional. Nem sequer como candidatos operários independentes. Assim, o principal dirigente da CCI-POI candidato às eleições legislativas, referido concretamente pelas *Informations ouvrières* como “secretário nacional do POI”, recentemente promovido, foi eleito com base numa circular eleitoral em que se apresenta aos eleitores como um “candidato da Nova União Popular, Ecológica e Social apresentada pelo PCF, Europe Écologie Les Verts, La France insoumise, o Partido Socialista e Génération.s”. No manifesto, que se refere ao programa da Nupes, há um espaço reservado para cada candidato desenvolver as suas próprias posições. Como os outros candidatos, Jérôme Legavre tinha toda a latitude para escolher o texto específico a fundamentar a sua candidatura. Ora, ele nem a audácia de outros candidatos, que falam em “ruptura”, tem: o termo está ausente. A única perspectiva que

● DOSSIÊ

>>>

abre é: “*Votando nas eleições legislativas, poderemos varrer o programa de Emmanuel Macron, eleger Jean-Luc Mélenchon primeiro-ministro e levar a cabo respostas às urgências sociais, ecológicas e democráticas.*”

Varrer o programa de Macron? Nos estreitos limites impostos pelas instituições da Vª República e da decisão dos dirigentes da LFI, a começar pelo próprio Mélenchon, de acatar rigorosamente esse quadro? Assim, a propósito da convocação de uma Assembleia Constituinte, Mélenchon declarou, no dia 28 de Abril: “*Tratar-se-ia, também, de, em discussão com o presidente da República, obter ou um processo constituinte ou, caso impossível, o referendo de iniciativa cidadã e o referendo de revogação, por negociação entre as duas Câmaras*” A Nupes desiste, por conseguinte, de convocar uma Assembleia Constituinte se Macron não a quiser. Em matéria de política internacional, interpelado, a 30 de Abril, por um jornalista que lhe perguntou se, uma vez primeiro-ministro, continuaria a fornecer armas para a Ucrânia, como a NATO exige, Mélenchon respondeu que “*se eu for primeiro-ministro daqui a seis semanas (...), haverá forçosamente um entendimento entre o presidente da República e o primeiro-ministro. Isso é competência exclusiva do presidente da República nos termos de alguns artigos da Constituição, competência dividida, segundo outros. Mas temos em comum o país. (...) O presidente da República, desde que começou a intervir na Ucrânia, vocês não me ouviram criticá-lo.*” No seu discurso do 1º de Maio, declarou: “*Não sairemos da União Europeia durante este mandato.*” O acordo assinado entre a LFI e o EELV refere que “*a França não pode ter como política nem a saída da União nem a sua desagregação nem o fim da moeda única*” comprometendo-se a actuar “*acatando o Estado de direito, tal como definido nos artigos 2º e 7º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*”.

Esta é a base em que repousou

a eleição, em 19 de Junho, dos deputados eleitos em nome da Nupes (todos eles), incluindo Jérôme Legavre, novo deputado da Seine-Saint-Denis. Convirá explicar que Jérôme Legavre se apresenta no departamento (circunscrição administrativa) de Seine-Saint-Denis, a norte de Paris. Enquanto se desenrolam as eleições, os trabalhadores empregados do departamento, muitos dos quais são trabalhadores muito explorados e mal pagos, fazem greve com os seus sindicatos contra uma lei reacionária do governo Macron que quer obrigá-los a trabalhar mais tempo e perder vinte dias de férias por ano. Quem aplica esta lei? O conselho do departamento, de “esquerda”. Quem compõe este conselho do departamento contra o qual os trabalhadores estão em greve? Todos os partidos que constituem a Nupes e que apoiam, entre outros, a candidatura de Legavre: o PS, o PCF, a LFI e o EELV. Repare-se que em momento algum Legavre teve uma palavra que fosse para apoiar a greve dos trabalhadores contra o aumento do tempo de trabalho... Para não vexar os seus amigos da Nupes que aplicam as contra-reformas de Macron contra os trabalhadores?

A reivindicação de “eleição” de Mélenchon para primeiro-ministro arvorada pelos candidatos da CCI-POI enquadra-se plenamente na reivindicação de coabitação levantada por Mélenchon e pelos dirigentes da Nupes. Trata-se de preservar as instituições anti-democráticas e anti-operárias da Vª República ameaçadas. Mélenchon não o esconde. Ainda no dia 16 de Junho, apela, na emissora France Bleu, a votar Nupes para dizer “*ao senhor Macron que ele fica no Eliseu*”. Mais concretamente, Mélenchon diz que “*serei primeiro-ministro e ele [Macron-NdR] será tratado com respeito, podem-me acreditar.*”

Escrevíamos no editorial de *La Tribune des travailleurs* publicado antes da primeira volta das legislativas: “*A Nupes reivindica a “ruptura”. No entanto, o seu programa diz que ‘no quadro das instituições*

da Vª República, competindo ao presidente negociar e assinar tratados, nenhum governo pode tomar decisões desta natureza sem ele.’ *Ruptura? A França é signatária de todos os tratados da União Europeia que impõem o rigor orçamental, o reembolso da dívida, a austeridade, as privatizações, a recusa das nacionalizações... Ruptura? A França é signatária do tratado da NATO que impõe o aumento constante dos orçamentos militares e um envolvimento crescente na guerra no Leste da Europa. Se a única ruptura possível é a que respeite os limites da Constituição, que proíbe toda e qualquer ruptura, que conclusão se há-de tirar?... Que a ruptura começa por romper com as instituições.*”

Enquanto secção francesa da IVª Internacional, fiel ao Programa redigido por Leão Trotsky em 1938, a TCI não participou, evidentemente, na criação da frente popular. Levou a efeito uma orientação que se destinava a dialogar com os militantes operários dos partidos que a compõem. Nesse diálogo, formulámos, a cada momento, a necessidade de formar não uma frente popular obediente às instituições da Vª República em acordo com Macron, mas uma frente única operária centrada no governo dos trabalhadores em ruptura com as instituições da burguesia e o capital financeiro, em ruptura, portanto, com Macron. Assim, logo que foram anunciados os passos dados pelos dirigentes de *La France insoumise* para constituir a frente popular, ainda antes da finalização desta, antes mesmo, aliás, da segunda volta das eleições presidenciais, o POID enviou uma carta aberta a Jean-Luc Mélenchon e aos dirigentes de *La France insoumise* (anexo, documento nº 1).

Fiéis a um método que é agora uma constante entre eles, os dirigentes de *La France insoumise* não se dignaram responder à carta aberta. Pelo seu lado, os 115 candidatos do Partido Operário Independente Democrático às eleições legislativas fizeram campanha pela construção do partido operário a partir de uma exigência

política: a exigência de um governo do povo trabalhador sem Macron nem patrões, um governo de ruptura que não hesitasse em confiscar as centenas de milhar de milhões oferecidos aos capitalistas e usá-las para satisfazer as necessidades urgentes do povo trabalhador. Esta exigência política foi levada ao conhecimento de mais de 8.100.000 eleitores, nas circunscrições em que os nossos candidatos se apresentaram. Leia-se, em anexo (documento n° 2) a formulação deste manifesto, que indica claramente, indo além do episódio eleitoral que se conclui (e que fez com que mais de 350 trabalhadores e jovens aderissem ao POID durante a campanha eleitoral) o que serão os eixos do agrupamento por uma política operária independente que os militantes fiéis à bandeira da IVª Internacional continuarão a levar avante na nova situação nascida das eleições de 12 e 19 de Junho.

A primeira volta das eleições legislativas, no dia 12 de Junho, aprofundou todos os elementos da crise generalizada da Vª República, reafirmando, do mesmo passo, a hostilidade da grande maioria dos eleitores a Macron e ao seu regime. O traço saliente das eleições de 12 de Junho é a abstenção maciça, mormente nos bairros operários, a abstenção mais elevada registada desde que se registam os resultados das eleições legislativas – 1876. O *bureau* nacional do POID, analisando estes resultados, observou, muito justamente, que “*a Nupes não conseguiu mobilizar o eleitorado operário e jovem.*”

Entre as duas voltas das eleições legislativas, por ocasião da visita à Ucrânia do presidente Macron (acompanhado dos dirigentes alemão, italiano e romeno), Mélenchon fez questão de salientar a legitimidade da iniciativa de Macron, enquanto Ian Brossat, o porta-voz do Partido Comunista Francês (membro da Nupes) anunciava: “*Amanhã, se a esquerda ganhar, teremos uma coabitação fácil, porque nós somos gente séria e responsável,*

somos gente moderada.”

A 19 de Junho, Macron e os seus planos foram rejeitados. O povo decidiu. Concluída a segunda volta, não haverá nem “*coabitação fácil*” nem coabitação difícil. A segunda volta ficou marcada por uma tal rejeição de Macron e da sua política, que deixou o regime com um ferrete de ilegitimidade tal, que nenhuma combinação de coabitação se mostra possível. Conforme diz o comunicado do POID (documento n° 3) saído logo a seguir à segunda volta: “*Macron e todos os seus planos são ilegítimos*”. Só é legítimo o combate de luta de classe para derrotar esses seus planos, correr com Macron e levar a Vª República com ele.

Anexos

Documento n° 1

Carta aberta a Jean-Luc Mélenchon e aos dirigentes de La France insoumise

“*Camaradas,*

Tivemos conhecimento das cartas enviadas por La France insoumise ao Partido Comunista Francês, ao partido Europe Écologie-Les Verts e ao NPA, propondo lançar as bases de uma união para as eleições legislativas. A carta não nos é endereçada, o que é lógico: conhecemos o nosso desacordo com o programa da União Popular, que constituiria a base da vossa proposta de união (conhecemos também o nosso desacordo quanto à votação unânime em que participaram os deputados de La France insoumise no dia 19 de Março de 2020, atribuindo 343 mil milhões de euros aos capitalistas e especuladores, e à votação dos deputados de La France insoumise no Parlamento Europeu nos dias 1 de Março e 7 de Abril, aprovando a escalada militar na Europa de Leste).

O propósito da presente missiva não é um acordo para as próximas eleições legislativas.

Não obstante, não ficamos indiferentes à discussão aberta pelas

vossas cartas. Ouvimos Adrien Quatennens propor “impor uma coabitação” a Macron. Lemos a intervenção em que Mathilde Panot declarou: “Queremos a maioria para governar o país. Não vamos às legislativas para ter o máximo de deputados, mas para aplicar o nosso programa, O Futuro em Comum.” Ouvimos Jean-Luc Mélenchon declarar: “Peço aos franceses que me elejam primeiro-ministro. Para me elegerem como primeiro-ministro, peço que elejam uma maioria de deputados insubmissos, insubmissos e da União Popular.”

No domingo, 24 de Abril, a Vª República passará a ter um novo presidente, uma vez concluída uma segunda volta em que, em consequência da divisão, nenhum candidato participa que reivindique a defesa dos interesses dos trabalhadores. Sendo esse o contexto, tanto fará que o primeiro-ministro seja Jean-Luc Mélenchon ou não?

A solução mais favorável aos interesses dos trabalhadores é aquela que permita tomar mais algumas medidas que correspondam aos seus interesses. Poderá um governo dirigido por La France insoumise fazê-lo, no contexto da Vª República? “Elejam-me primeiro-ministro”, propõe Jean-Luc Mélenchon aos eleitores. Jean-Luc Mélenchon sabe – como todos sabemos – que, sob a Vª República (cuja abolição todos almejamos), quem é eleito por sufrágio universal é o Presidente da República, não o primeiro-ministro. A Constituição dispõe que o essencial dos poderes se concentre nas mãos do Presidente, nomeando ele o primeiro-ministro, cujas prerrogativas são constitucionalmente limitadas. Numa palavra: o primeiro-ministro e o seu governo ficam sob tutela do presidente. Compreendemos, apesar disso, que, com tal fórmula, Mélenchon quis dizer: “Reivindicamos governar com o nosso programa”. É uma afirmação que merece ser levada a sério. Se bem que o programa de La France insoumise não seja o nosso programa, mesmo um início de aplicação desse seu programa faria diferença em relação ao que outro governo fizesse.

● DOSSIÊ

>>>

A nossa preocupação – que muitos trabalhadores, militantes e jovens de todas as tendências partilham – pode, pois, resumir-se assim: estais dispostos a recorrer a todos os meios necessários para aplicar ou, no mínimo, começar a aplicar esse vosso programa?

Na terrível situação que hoje afecta os trabalhadores, as famílias populares e a juventude, isso implica medidas de emergência. A começar pelo **congelamento total de todos os preços de produtos de consumo corrente, dos carburantes e das rendas de casa face à inflação galopante, assim como o aumento imediato de todos os salários, pensões e prestações sociais.**

Ante a iminência de um regresso à escola catastrófico em setembro de 2022, isso implica afectar imediatamente todos os meios necessários para **nomear dezenas de milhares de professores e pessoal não docente, restabelecendo condições para uma escolarização normal da jovem geração, bem como revogar as contra-reformas de destruição do diploma liceal, o Parcoursup, etc.**

Ante esse outro desastre que é a situação hospitalar, isso implica afectar sem demora meios para **recrutar os 100.000 funcionários de saúde necessários e reabrir sem demora as camas e serviços fechados nos hospitais.**

É igualmente urgente revogar as contra-reformas destrutivas, começando por **defender os regimes de aposentação, opondo-se, no mínimo, a qualquer aumento da idade de aposentação.**

Para tanto, não há que hesitar em ir buscar os meios necessários aonde eles estão, especialmente às **centenas de milhar de milhões** que há dois anos têm sido distribuídos aos capitalistas a pretexto da luta contra a pandemia, bem se sabendo o uso que deles tem sido feito.

Urgência imediata é, também, a **saída da França do comando militar da NATO**, num processo de saída desta aliança militar ao serviço do imperialismo americano.

Todas estas medidas figuram seja no programa de La France insoumise, seja nas últimas pro-

postas formuladas por Jean-Luc Mélenchon ou outros dirigentes do vosso movimento. Não vos escrevemos a pedir que apliqueis um programa que não seja o vosso. Porém, é importante, no interesse do povo trabalhador, saber se contaís mobilizar os meios que forem necessários para aplicar sem demora o vosso programa.

É neste ponto que convém **desfazer alguns equívocos.** Ouvimos Quatennens reivindicar a coabitação. A história ensina-nos o que a coabitação quer dizer. O único governo da Vª República em que um primeiro-ministro de esquerda coabitou com um presidente de direita foi, de 1997 a 2002, o governo Chirac-Jospin (que incluía vários ministros socialistas, verdes, comunistas...). Foi o primeiro governo que aplicou o plano Juppé de destruição da segurança social, contra o qual, um ano antes, se haviam insurgido milhões de trabalhadores, em greves e manifestações, com os seus sindicatos, plano cuja retirada todos os dirigentes de esquerda haviam jurado que imporiam. Foi um governo que entrou na história como o que mais privatizações fez em toda a Vª República. Foi, ainda, o governo que decidiu que a França participasse na intervenção militar da NATO no Afeganistão. A coabitação Chirac-Jospin foi, ao nível constitucional, muito respeitadora das regras da Vª República; ao nível social, económico e político, ficou marcada por uma política de regressão que nada tem a invejar ao que teria sido a política de um governo de direita.

A coabitação implica subordinação quer às instituições da Vª República quer ao necessário acordo com um presidente eleito com um programa de regressão social e que tenciona fazer com que ele seja aplicado. Ou será vossa intenção considerardes, nos termos da democracia de que vos reclamáis, que é vosso direito e dever levar à prática o mandato maioritário que receberdes nas eleições legislativas?

Nesse caso, é provável que o

presidente eleito com um programa contraditório se tente opor; invocando as regras da Vª República. Em tal hipótese, a questão chave será: quem manda? Será a vossa posição a de **rejeitar aqueles ditames** e dar imediatamente início ao processo de **convocação de eleições para uma Assembleia Constituinte soberana** que permita ao povo definir o conteúdo social e a forma política de uma verdadeira democracia, varrendo a monarquia presidencialista? Se assim for, irá ser preciso, disso estamos convencidos, apelar à **mobilização de milhões e milhões de trabalhadores e jovens** para permitir que a democracia vença todas as resistências que a reacção não deixará de montar.

Estamos convencidos de que, nesse caso, os trabalhadores e os jovens se mobilizarão nesse sentido. Queremos assegurar-vos de que, em tal caso, o Partido Operário Independente Democrático ocupará, pela sua parte, o seu lugar, em função dos meios que são os seus, na luta pela imposição, se não da ruptura completa com a ordem capitalista, pelo menos das primeiras medidas na via da ruptura. Sem por isso desistirmos do nosso próprio programa político de luta por um governo dos trabalhadores e da democracia, pelo socialismo.

Queremos crer que ireis esclarecer qual a vossa posição nesta questão essencial: coabitar e, conseqüentemente, submeterem-se às regras da Vª República, que dão o poder preponderante a um presidente e à reacção capitalista que o levou ao poder; ou assumir o mandato da maioria, o mandato democrático que estais a pedir, sem hesitar em avançar na via da ruptura para poderdes aplicar a vossa própria política.

Não temos nenhuma intenção polémica. Existindo uma possibilidade de ruptura no interesse dos trabalhadores e da juventude, de um primeiro passo para pôr em causa a continuidade dos governos anteriores, sabej que o POID saberá assumir as suas responsabilidades.

Ficamos atentos à resposta que queirais dar a estas perguntas.

Saudações fraternas

O executivo nacional do Partido Operário Independente Democrático

Montreuil, 21 de Abril de 2022”

Documento nº 2

Manifesto dos candidatos do POID às eleições legislativas de 12 e 19 de Junho de 2022

Chegou a hora de um governo ao serviço da maioria, um governo do povo trabalhador.

Chegou a hora de um governo decidido a tomar as medidas imediatas que a situação exige:

- congelamento dos preços dos produtos de consumo corrente, da energia e das rendas;
- aumento geral dos salários, prestações sociais e pensões e indexação aos preços;
- proibição dos despedimentos;
- recrutamento mediato das dezenas de milhar de funcionários que são necessários no ensino público e nos hospitais;
- plano de renovação e construção de centenas de milhar de habitações sociais para responder à situação dramática de milhões de habitantes precários;
- reversão das privatizações e supressões de serviços públicos, etc.

Chegou a hora de um governo do povo trabalhador que não hesite em ir buscar os meios necessários lá onde eles estão: nos 607 mil milhões de euros há dois anos oferecidos aos capitalistas; nos 160 mil milhões de lucros realizados em 2021 (recorde!) pelas empresas do CAC-40; no enorme orçamento da guerra, que não pára de inchar.

A constituição de um tal governo é a **única maneira de instaurar o poder da maioria**: é a verdadeira democracia!

Cinco anos de Macron são cinco anos de desastre nos hospitais, escolas, Ehpad, universidades, cinco anos de pobreza e miséria, cinco anos de repressão e atentados



Cartaz das 115 candidaturas apresentadas pelo Partido Operário Independente Democrático às eleições legislativas de 12 de Junho de em França: “Chegou a hora de um governo ao serviço da maioria, um governo do povo trabalhador”

às liberdades, cinco anos de despedimentos em massa e de contra-reformas que atingem as aposentações, os estatutos e os direitos.

Cinco anos de luta, também, dos trabalhadores e dos jovens contra os ataques. Pela abstenção em massa nas eleições presidenciais, o povo proferiu a sua rejeição da Vª República, cujos sucessivos governos, de direita como de esquerda, defenderam, todos eles, os mesmos interesses capitalistas e se submeteram, todos eles, às directivas da União Europeia. O povo exprimiu a **sua exigência de um governo norteador pelos interesses da maioria.**

A **coligação de vários partidos “de esquerda” em volta da “União Popular”** fixa-se o objectivo de ganhar as eleições para que Jean-Luc Mélenchon seja nomeado primeiro-ministro de Macron.

Primeiro-ministro de um governo de coabitación. O que tem isto que ver com enveredar pelo caminho da ruptura?

Convém que os trabalhadores não esqueçam o **governo de coabitación Chirac-Jospin** de que eram membros o Partido Comunista Francês, o Partido Socialista, Os Verdes e o próprio Jean-Luc Mélenchon. De 1997 a 2002, esse governo bateu todos os recordes de privatizações e meteu a França na guerra da NATO no Afeganistão. Os seus dois chefes, Chirac e Jospin, assinaram juntos o plano de ataque europeu contra os regimes de aposentação.

Mais próximo de nós, deu-se a **votação por unanimidade, no dia 19 de Março de 2020, na Assembleia Nacional**, de 343 mil milhões de euros para os capitalistas; e as votações de 1 de Março e de 7 de Abril no Parlamento Europeu,

● DOSSIÊ

>>>

em que todos os deputados franceses “de esquerda” apoiaram a intervenção crescente da NATO na guerra na Europa de Leste e os sacrifícios impostos ao “seu” povo em nome da guerra.

Será possível combater Macron e a sua política e governar com ele?

Há que optar: ou um governo de coabitação sujeito às instituições, desistindo de romper com os capitalistas; **ou um governo de ruptura** que tome medidas de urgência, não hesite em ir confiscar o dinheiro onde ele está e a pôr em causa a Vª República e a União Europeia.

Trabalhadores, saíam-lo pela vossa experiência, não podeis **contar senão com as vossas próprias forças**. Ontem, as conquistas da classe operária e da democracia foram obtidas pela acção de milhões. Amanhã, pelas vossas greves e mobilizações, dirigidas por vós próprios, unidos com os vossos sindicatos e com as vossas reivindicações, **imporeis à história uma mudança de direcção**. Este movimento revogará a Vª República antidemocrática. Abrirá caminho à Assembleia Constituinte soberana, na qual os delegados do povo definirão o que deva ser uma autêntica democracia, na forma como no conteúdo social. **Desse movimento sairá o governo do povo trabalhador, da maioria e da democracia**.

Para nos prepararmos para os combates que aí vem, organizemo-nos com o Partido Operário Independente Democrático.

Os 607 mil milhões devem ser devolvidos ao povo!

Desde que começou a pandemia, Macron ofereceu centenas de milhares de milhões de euros aos capitalistas, que deles se serviram para despedir, desregular e fazer lucros gigantescos. Assim, a Air France recebeu 7 mil milhões e suprimiu 6.595 postos de trabalho. A Renault, 5 mil milhões para 4.600 postos de trabalho suprimidos. A decisão foi tomada no dia 19 de Março de 2020, por uma votação de todos os deputados da Assembleia Nacional (incluindo os do

PS, do PCF e da LFI) que lhes concedeu 343 mil milhões* – que em dois anos aumentaram para 607 mil milhões. Há que requisitar esses milhares de milhões para as nossas escolas, hospitais e outras necessidades do povo trabalhador e juventude.

“O capitalismo carrega a guerra como a nuvem a tormenta” (Jean Jaurès). Partidário da Internacional Operária, o POID pronuncia-se pela retirada imediata das tropas russas da Ucrânia e das tropas da NATO e pela dissolução desta aliança militar imperialista. Pronuncia-se pela retirada imediata das tropas francesas de África.

Não aos “dois pesos e duas medidas”! Fiel à revolução francesa, que concedia asilo a quem quer que fugisse da tirania e da opressão, o POID pronuncia-se pelo acolhimento digno de todos os que fogem das guerras e da miséria, condenando os “dois pesos e duas medidas” que acolhem os refugiados da Ucrânia e expulsam e reprimem os outros.

* Encontra-se esta votação em: <https://www.assemblee-nationale.fr/dyn/15/comptes-rendus/seance/session-ordinaire-de-2019-2020/deuxieme-seance-du-jeudi-19-mars-2020>

Documento n.º 3

Comunicado do bureau nacional do Partido Operário Independente Democrático, 13 de Junho de 2022

Macron derrotado, Macron rejeitado, é hora de um governo ao serviço do povo trabalhador!

Nunca desde que se organizam eleições legislativas – desde 1876, portanto! – a abstenção atinge tais níveis: 53% em todo o país, até 80% e mais nas secções de voto dos bairros populares.

Neste 12 de Junho, Macron

foi derrotado, recolhendo apenas 12% dos votos dos eleitores recenseados.

Neste 12 de Junho, o povo trabalhador e a juventude disseram: não nos revemos nesta Vª República antidemocrática que proclama “vencedor” um partido rejeitado por quase 90% dos eleitores recenseados, oferecendo-lhe antecipadamente a maioria dos assentos na Assembleia Nacional.

Nesta Vª República que tem no presidente a sua pedra de fecho, nunca se tinha visto o partido presidencial fragilizado a este ponto. O pedestal das instituições abre fendas por toda a parte.

Os trabalhadores, que há meses se vêm desdobrando em greves pelas suas reivindicações, rejeitam os projectos de Macron de destruição das pensões de aposentação e dos serviços públicos. Querem que os dinheiros públicos sejam postos ao serviço do povo e da juventude. Para isso, é preciso impedir Macron de continuar a desviar centenas de milhar de milhões de euros dos orçamentos públicos para financiar a guerra e engordar os banqueiros, capitalistas e especuladores.

Para responder a esta aspiração, vai ser preciso varrer a Vª República e estabelecer uma República verdadeiramente democrática, assente na proporcionalidade plena, uma República do povo soberano, livre de decidir que as riquezas produzidas pelo povo beneficiem o bem-estar do povo. E, para isso, será preciso convocar a Assembleia Constituinte soberana, incumbida de definir como deva ser, quanto à sua forma e ao seu conteúdo, tal democracia.

O balanço é, com efeito, claro: neste dia 12 de Junho, todas as representações políticas institucionais perderam para a primeira volta das presidenciais. O partido *Ensemble* [de Macron] perde 3,8 milhões dos 9,8 milhões de votos conseguidos por Macron no dia 10 de Abril. A *Nupes* [frente encabeçada por Mélenchon] perde mais de 5 milhões dos 11 milhões de votos recolhidos pelos cinco candidatos de 10 de Abril que viri-

am a unir-se debaixo da sua insígnia e mesmo 2 milhões para o resultado de Mélenchon sozinho. O *Rassemblement National* [de Marine Le Pen] perde 4 milhões de votos para o seu resultado de 10 de Abril.

Embora seja possível que a Nupes consiga um número grande de assentos na segunda volta, o objectivo que era o seu desde a sua constituição – “eleger Mélenchon primeiro-ministro”, ganhando a maioria dos deputados – parece fora de alcance.

Nos bairros populares, a Nupes não conseguiu mobilizar o eleitorado operário e jovem. Não sofre dúvida que o seu proclamado objectivo de **coabitar** com Macron, portanto de governar com ele, bem como o seu compromisso de **respeitar as instituições**, o seu sentido de voto na Assembleia Nacional em 2020, quando da **oferta de centenas de milhar de milhões** aos capitalistas, ou o seu voto de 2022 no Parlamento Europeu a favor de reforçar o esforço de guerra na Ucrânia e **apoiar a NATO**, a sua gestão autárquica, em que se fez correia de transmissão da política do governo, nomeadamente por via das **privatizações** e da aplicação da lei

Dussopt contra os funcionários, não sofre dúvida que tudo isso contribuiu para dar à Nupes um carácter **muito institucional**, de costas voltadas para a ruptura real com a exploração capitalista e a Vª República. Já sem contar a presença nas suas listas de um partido abertamente burguês, pró-europeu e pró-austeridade (o EELV), de candidatos acabados de se passar de Macron para Mélenchon e de deputados que ainda há pouco tempo apoiavam a política de Hollande-Valls-El Khomri.

Não há dúvida que, na segunda volta, os trabalhadores voltarão a tentar infligir ao partido macronista a derrota que a sua política anti-operária merece. Mas o problema não desaparece: depois de 19 de Junho, como **acabar com este regime** de miséria e exploração?

O POID fez campanha por um governo dos trabalhadores, **um governo sem Macron nem patrões**, que tomasse medidas de urgência ao serviço do povo trabalhador e da juventude.

No contexto marcado pela abstenção massiva, por um lado, e pelo movimento de uma parte do eleitorado popular em direcção à Nupes, por outro, os 24.702 eleitores que votaram nos 115

candidatos do POID exprimiram o seu acordo com a necessidade de lutar por um tal governo de ruptura.

É nessa luta que vamos perseverar. O que os trabalhadores e os jovens não conseguiram impor pelas urnas, compete-lhes impô-lo pela luta, na luta de classes.

Trabalhadores, jovens, militantes, aderindo ao POID, estareis a ajudar a classe dos explorados a organizar a sua acção independente para acabar com a exploração e a opressão em todas as suas formas.

NB: Quanto à segunda volta, a posição do POID é a seguinte:

– Nem um voto em Macron, na direita e na extrema-direita, nem um voto em candidatos pró-capitalistas seja de que lista forem.

– Nos círculos em que os candidatos da Nupes que defrontam candidatos da reacção na segunda volta estão, pelo seu compromisso ou pela história do seu partido, ligados ao movimento operário, o POID apela a votar neles, embora sem aderir ao seu programa.

**O bureau nacional
do Partido Operário
Independente Democrático**

● ANÁLISE

Argélia

De um Congresso do Partido dos Trabalhadores a Outro

Por Abdelkader BENTALEB

Os dirigentes do Partido dos Trabalhadores da Argélia (PT) mostraram-se muito satisfeitos com o seu 8º congresso, realizado nos dias 26 e 27 de Março de 2022. Todas as formações políticas, mormente as que se reivindicam da defesa dos interesses dos trabalhadores, como o PT, têm, com a realização de um congresso, o objectivo de fazer o balanço de todas as acções levadas a cabo para construir a organização e de confrontar a orientação política seguida com os acontecimentos da luta de classes entre congressos.

O 7º CONGRESSO realizou-se de 21 a 23 de Dezembro de 2018. O 8º congresso só ocorreu três anos e três meses depois. No entanto, olhando para os números fornecidos pelo próprio PT, o partido perdeu, pelo menos, metade dos seus aderentes entre o 7º e o 8º congressos. Viveu, igualmente, uma crise séria, que levou à saída, na direcção, de um membro do secretariado encarregado dos repre-



Marcha em Argel, sexta-feira 21 de Fevereiro de 2020

sentantes eleitos, de membros do comité executivo (*bureau politique*), de quinze membros do comité central, de sete dos onze deputados à Assembleia Popular Nacional (APN) e de muitos responsáveis de comités de *wilaya*, nomeadamente no Leste do país.

Não foi a primeira crise que o PT conheceu. Durante a legislatura 2002-2007, boa parte dos deputados eleitos abandonaram o partido. Em 2009 e em 2015, ocorreram crises da mesma natureza. A de 2015 foi conduzida pelo actual secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores Argelinos (UGTA). Em paralelo, desde 2002, assiste-se à saída ou exclusão de militantes de vanguarda, nomeadamente de Kamel Arfoutni, recentemente falecido,

um dos raros militantes que tinham estado na origem de todas as organizações que precederam o PT, especialmente o Comité de Ligação dos Trotskistas Argelinos (CLTA) e a Organização Socialista dos Trabalhadores (OST).

A particularidade da crise que o PT conheceu entre os seus 7º e 8º congressos, no entanto, é ter-se desenrolado no contexto e estar directamente relacionada com a intervenção do partido na crise revolucionária aberta pela irrupção das massas argelinas contra o regime, em Fevereiro de 2019. Entre o 7º e o 8º congressos, que orientação política defendeu o PT?

No 8º congresso, Louisa Hanoune apresentou o relatório de actividade do partido e o balanço

da sua orientação política. A primeira parte do documento descreve perfeitamente o “contexto mundial caracterizado pela aceleração da crise do sistema capitalista putrefacto, que passou a ter como única resposta a guerra social contra os trabalhadores, os jovens e os povos, a guerra contra as nações, o recurso a golpes de Estado e recuos no domínio das liberdades democráticas, etc. A tragédia dos imigrantes e dos refugiados não é mais do que a expressão da brutalidade deste regime... As grandes potências imperialistas usam a guerra contra o terrorismo, que é fruto do próprio sistema, com o objectivo de destruir nações, por um lado, restringir os sindicatos e as liberdades e impor políticas regressivas, por outro lado. (...) A este rumo brutal, que ameaça os fundamentos da civilização humana, os trabalhadores e os povos dão luta tenaz em todos os continentes, a começar pelos próprios Estados Unidos.”

A segunda parte do relatório dedica-se a demonstrar que “a orientação política do partido e as suas iniciativas” responderam às necessidades do movimento de massas a partir da abertura da crise revolucionária em 22 de Fevereiro de 2019. Louise Hanoune relembra muito bem o processo de acumulação de elementos explosivos que acabam por rebentar: “Quando se chega ao ponto de ruptura e a expressão das privações e sofrimentos salta da quantidade à qualidade, ninguém pode impedir as massas de varrerem a arena política e colocarem a questão do poder.” Que marxista digno desse nome não subscreveria tal afirmação?

Com efeito, o programa da IVª Internacional ensina-nos que “a tarefa estratégica do próximo período – período pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização – consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objectivas da revolução e a imaturidade do proletariado e da sua vanguarda (desorientação e desmoralização da velha geração, falta de exper-

iência da jovem). É preciso ajudar as massas, no processo das suas lutas quotidianas, a encontrar uma ponte entre as suas reivindicações actuais e o programa da revolução socialista. A ponte deve constar de um sistema de REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS que parta das condições actuais e da consciência actual de amplas camadas da classe operária e conduza invariavelmente a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.”

No que se refere aos países oprimidos pelo imperialismo, como a Argélia, o programa acrescenta: “É impossível rejeitar pura e simplesmente o programa democrático: é preciso que as próprias massas ultrapassem este programa na sua luta. A palavra de ordem de ASSEMBLEIA NACIONAL (ou CONSTITUINTE) conserva todo o seu valor em países como a China ou a Índia. Há que ligar indissolavelmente esta palavra de ordem às tarefas da emancipação nacional e da reforma agrária. Antes de mais nada, há que armar os operários com este programa democrático revolucionário. Eles e só eles poderão levantar e juntar os camponeses. Baseando-nos no programa democrático revolucionário, temos que opor os operários à burguesia “nacional”... A certa etapa da mobilização das massas pelas palavras de ordem da democracia revolucionária, os soviets podem e hão-de surgir... Mais cedo ou mais tarde, os soviets hão-de derrubar a democracia burguesa. Só eles serão capazes de levar a revolução democrática até ao fim e abrir, assim, a era da revolução socialista.

Na prática, ter-se-á a política levada a cabo pela direcção do PT de Dezembro de 2018 a Março de 2022 norteado por estes princípios, reconhecidos pelos partidários da IVª Internacional de qualquer parte do mundo?

Para que cada um possa avaliá-lo numa base de facto, convém considerar quatro acontecimentos: o 7º congresso do PT, de 2018, a orientação política do PT nas primeiras semanas do processo

revolucionário; a natureza e alcance da demissão dos deputados do PT do Parlamento e da constituição do Pacto de Alternativa democrática (PAD).

Do apoio do 7º congresso do PT a Bouteflika ao apelo à formação de um governo burguês

Em finais de Dezembro de 2018 desenrolou-se em Argel o 7º congresso do PT. Abriu-o um vídeo em que, com o hino nacional em fundo, Abdelaziz Bouteflika saudava uma multidão virtual. Não há obrigação legal de dar tal destaque ao presidente em exercício em nenhum congresso de nenhuma formação política, muito menos no de um partido com a pretensão de pertencer à oposição à sua política. Na realidade, o facto reflecte o namoro político permanente do PT com o regime. A 16 de Setembro de 2018, a abrir os trabalhos do comité executivo do PT, Louisa Hanoune anuncia que o seu grupo na Assembleia Nacional ilegítima apresentará emendas destinadas a “**reforçar as medidas positivas previstas pelo projecto de lei orçamental de 2019**” (sublinhado nosso). Reitera igualmente o seu apelo a uma Assembleia Constituinte, qualificando a iniciativa de “*necessidade imperiosa face aos desafios com que o país se confronta, para protegê-lo*”. Para ela, a eleição da Constituinte deve resultar de um verdadeiro debate entre todas as componentes do povo. Conceção que irá defender durante o 7º congresso, ao ponto de considerar positivamente uma participação na “conferência nacional” proposta por Ali Benflis, antigo primeiro-ministro de Bouteflika, presente na abertura do congresso.

No mesmo congresso, Lucien Gauthier, um dos dirigentes da pretensa “Aliança Internacional dos Trabalhadores” de que Louisa Hanoune é a coordenadora, pronuncia um discurso em que afirma

● ANÁLISE

>>>

que “*a eleição do presidente Bouteflika em 1999 (...) respondeu a essa expectativa de paz e segurança do povo argelino*”. Falava, sim, das eleições de 1999. Contudo, vinte anos mais tarde, estamos numa situação em que o anúncio de um quinto mandato disputado por Bouteflika provoca uma rejeição massiva, que sairá para a luz do dia poucas semanas mais tarde, nas manifestações de 22 de Fevereiro de 2019.

O discurso de vassalagem ao regime de Lucien Gauthier é publicado no n° 111 (Janeiro de 2019) do *Fraternité*, órgão do PT, quando se multiplicavam já os apelos à greve em todo o ensino público, haviam já decorrido primeiras manifestações, se gritavam, nos estádios de futebol, palavras de ordem de rejeição do regime e se brandiam cartazes contra o quinto mandato.

Não foi inépcia passageira, era o fundo da política do PT. No dia 19 de Janeiro de 2019, um mês depois do congresso e um mês antes da explosão popular, Louisa Hanoune, declara, intervindo num encontro de jovens, querer “*ver as eleições presidenciais de 18 de Abril próximo levarem a uma renovação política e uma transformação democrática*” (sublinhado nosso). Aí anuncia igualmente o reatamento da campanha de assinaturas para reivindicar a Bouteflika “*a convocação de uma Assembleia Constituinte*”.

A 18 de Fevereiro de 2019, o jornal *El Watan* publica uma longa entrevista com a secretária-geral do PT, dois dias passados da gigantesca marcha de Kherrata contra o regime, marcha que anunciava a irrupção das massas populares à escala nacional contra o quinto mandato. Louisa Hanoune dá constância do “*desgaste das instituições, pois o sistema está na agonia*”, opõe-se ao “*quinto mandato*” solicitado pela corte de Bouteflika, denuncia o “*conluio entre dinheiro e política que põe em perigo a própria existência do Estado*”, sentindo o “*rosnar da cólera*”. Bastava, para se pôr em sintonia com estas de-

clarações, ela voltar à política original do PT, abrindo às massas a perspectiva da Assembleia Constituinte soberana. Mas Louisa Hanoune prefere dirigir-se aos “*decisores*”, interpela-os: “*Quem queira realmente convencer os argelinos que está a favor de reformas políticas profundas tem duas opções: ou convocar autênticas eleições para uma Assembleia Constituinte (...) ou dirigir-se para eleições antecipadas, que sejam realmente transparentes, de uma nova Assembleia Nacional, que seja representativa e legítima para reformar a Constituição ou mesmo elaborar uma nova.*”

Ou o regime convoca a Assembleia Constituinte soberana ou eleições antecipadas. Nos dois casos, o regime é que decide, no quadro do sistema ao qual, algumas horas mais tarde, milhões e milhões de argelinas e argelinos bradarão “*Rua!*”.

Dialogando permanentemente com o primeiro círculo do poder, explica ela que “*o presidente é candidato e compromete-se a fazer coisas, uma vez eleito. Creio que ele não precisa de esperar pelo depois. Pode fazer muita coisa já agora... Quando existe vontade, tudo se pode fazer.*” A luta de classes dependente de interesses antagónicos já não interessa, o que interessa é “*simplesmente a vontade de fazer as coisas bem e... muito*”. Na realidade, no dia 18 de Fevereiro, os dados estavam lançados. As massas estão a dispor-se em ordem de batalha. Nesse mesmo dia, os jovens ocupam o metro de Argel. Os apelos a manifestações no dia 22 de Fevereiro chovem de toda a parte nas redes sociais. No dia 21, vinte e quatro horas antes das gigantescas manifestações de centenas de milhares de argelinas e argelinos, Louisa Hanoune volta a tomar a palavra. Dá constância dos apelos a manifestações, mas não apela: “*Cada um é livre de participar.*” Mas não deixa de “*prevenir contra as provocações, sempre possíveis*”, reatando com a cantiga do primeiro-ministro Ahmed Ouyahia, que avisa: “*Na Síria, as manifestações começaram com flo-*

res, e viu-se no que deu.”

No dia seguinte às manifestações de 22, um comunicado do PT afirma ter sido um “*dia histórico*”, marcado pela “*aspiração profunda à mudança que se exprimiu em todo o país neste dia 22 de Fevereiro de 2019.*”

O comunicado não abre nenhuma perspectiva. Não devia um verdadeiro partido operário ter aberto às massas a perspectiva central da Assembleia Constituinte soberana, opondo ao regime a expressão da soberania popular? A 25 de Fevereiro, Louisa Hanoune intervém no sítio de informações contínuas *Tout sur l'Algérie* (TSA), intervenção reproduzida no editorial de *Fraternité* (n° 115) com o título: “*Tudo para a rua!*”. Depois de analisar impecavelmente o movimento popular e indicar que a Assembleia Constituinte é a única via compatível com a democracia, ela dirige-se de repente a todos os que decidem em nome de Abdelaziz Bouteflika: “*Enquanto é tempo, ele (Abdelaziz Bouteflika) que anuncie a sua retirada quando findar o quarto mandato, a demissão do actual governo, a dissolução do Parlamento e a designação de um governo técnico, provisório, encarregado dos negócios correntes. Um governo composto por mulheres e homens íntegros, patriotas e competentes*” (sublinhado nosso).

Que diz ela? Aconselha os “*decisores*” instalados a actuarem “*enquanto é tempo*”, fazendo com que o presidente cessante designe “*um governo técnico, provisório, encarregado dos negócios correntes. Um governo composto por mulheres e homens íntegros, patriotas e competentes*”. Podem revolucionários proletários apelar à formação de um governo que não seja o governo dos trabalhadores? Ora, é disso que se trata quando a secretária-geral do PT se põe nas mãos dos “*decisores*” para constituírem um governo de transição? Quem há-de pensar um segundo que seja que tais “*decisores*” terão outra actuação a não ser querer preservar o sistema?

Em 28 de Fevereiro, véspera da segunda sexta-feira de manifestações massivas (1 de Março), uma declaração de Louisa Hanoune dirigida aos militantes e simpatizantes do PT sustenta que “amanhã não haverá filiação partidária (...). Amanhã, sairemos todos à rua, não, evidentemente, como militantes do Partido dos Trabalhadores, mas como cidadãos, pois a unidade nacional consolidou-se.” Pede que as manifestações “não tenham palavras de ordem partidárias, pois não é o PT que apela”. Em termos simples: metam a bandeira e a política ao bolso, coíbam-se de abrir seja que perspectiva política for, por exemplo pondo à disposição dos trabalhadores e dos jovens a única resposta positiva à aspiração manifestada com força nas marchas (“a palavra ao povo”): “*Assemblée Constituante soberana*”. Em contrapartida, nesse mesmo momento, nas marchas de Argel, o cortejo da “esquerda operária revolucionária”, integrando, nomeadamente os militantes que, em 7 e 8 de Março de 2019, constituíram o Comité de Organização dos Socialistas Internacionistas (COSI) e seus simpatizantes, é recebido calorosamente pelos outros manifestantes ao longo de todo o percurso ao avançar as palavras de ordem de “*Assemblée Constituante e auto-organização*”.

No dia 4 de Março, em conferência de imprensa na sede do PT, a secretária-geral é interpelada por um jornalista a propósito de um apelo de universitários que punha a perspectiva da *Assemblée Constituante*. Declarou ela: “*A Assembleia Constituinte está na ordem do dia, ela permite alargar o debate. Há intelectuais e universitários que fizeram um apelo nesse sentido. Apoiamos o apelo. Não queremos puxar o cobertor para o nosso lado.*” Mas que Assembleia Constituinte? Para a secretária-geral, ela “*terá que elaborar uma nova Lei Fundamental, definir a natureza do regime político (parlamentar, presidencial, etc.), fixar os parâmetros da soberania e produzir leis.*”

Acrescenta: “*Não há exclusões, na Constituinte. Todas as camadas e sensibilidades da população devem ter assento nela. Os homens de negócios que a oligarquia quebrou terão o seu lugar.*” (sublinhado nosso)

A 9 de Março, passadas as manifestações de massas do 8 de Março, a secretária-geral declara: “*Aqueles que decidem em nome do presidente vão responder positivamente ao povo e parar este processo perigosíssimo?*” (sublinhado nosso). Mais acima vimos as respostas que ela sugere.

A 10 de Março, os trabalhadores entram na dança, com a greve geral vinda do balanço das manifestações da sexta-feira anterior. As fissuras na cúpula cavam-se. O movimento de massas precisa, mais do que nunca, de que se abra uma perspectiva independente, apoiando-se na dupla aspiração expressa pelo movimento popular: “*Sistema, rua!*” e “*A palavra é do povo*”, em oposição aos remendos à fachada do regime à custa da saída de algumas personalidades. Opção que já se começa a desenhar.

No dia 11 de Março à noite, em resposta à carta de Bouteflika, que anuncia manter-se por um período mais longo, mas concedendo deixar de solicitar um quinto mandato, os jovens saem para a rua, entoando “*Goulna gaâ, c’est gaâ*” (“dissemos todos, é mesmo todos”).

Escreveu nessa altura o Comité de Organização dos Socialistas Internacionistas (COSI), proclamado nos dias 7 e 8 de Março de 2019: “*O adiamento das eleições presidenciais e a renúncia ao quinto mandato marcam uma nova etapa na crise, social, política, institucional aberta desde as manifestações de 22 de Fevereiro (...). Este anúncio de 11 de Março (pela carta de Bouteflika) foi precipitado pelos acontecimentos das setenta e duas horas que o antecederam: as manifestações de milhões de argelinas e argelinos nas ruas de todas as cidades do país, que cada vez mais misturam as reivindicações*

sociais e democráticas das mulheres, dos jovens e dos trabalhadores com as que são comuns a todas e todos: “Não ao quinto mandato; sistema, rua!”; a irrupção da juventude nas ruas após o fecho das universidades e dos liceus; a decisão dos trabalhadores de saída massiva para a greve nas principais zonas industriais do país (Rouiba, Arzew, El Hadjar, Hassi R’Mel, Hassi Messaud...), as marchas de jovens enquadrados pelos trabalhadores em greve; o número crescente de instâncias, federações, uniões locais e departamentais da UGTA, que anunciam a ruptura das relações com o secretário-geral, principal esteio do regime; a constituição de embriões de comités populares para o abastecimento a ligar entre si os representantes dos habitantes dos bairros e municípios, dos trabalhadores nas empresas e os jovens: começou a constituir-se uma nova situação. A classe operária, irrompendo como classe no primeiro plano da cena política, candidatou-se a resolver a crise que atravessa o país, agrupando o povo, todas as camadas e todos os sectores a população (depois do apelo dos jornalistas, surgiram o dos magistrados, o da ordem dos médicos, as organizações de mártires e de mujahidin) em redor dos trabalhadores organizados com os seus sindicatos e delegados. O poder compreendeu que a sua obstinação em passar à força estava a arrastar o país para uma situação de crise revolucionária aberta. Tomou-se de medo e considerou que não podia continuar nessa linha. Tornava-se necessário, recorrendo a um efeito de anúncio espectacular, dar a impressão de estar a modificar o curso dos acontecimentos sem deixar de garantir o essencial: a continuidade do regime. A enchente da classe operária, o poderio da mobilização de todo o povo e da juventude forçaram esta mudança de forma.”

Ante tal situação, a declaração concluiu: “*Cabe ao povo decidir. Não há outro meio para isso a não ser a Constituição. Para*

● ANÁLISE

>>>

isso, não há outro meio a não ser a convocação de uma Assembleia Constituinte soberana, competindo aos representantes do povo, designados, mandatados e controlados por ele, decidir quais hão-se ser as novas instituições da Argélia nova. Sim, uma Assembleia Constituinte soberana, sem limitações, sem restrições que não sejam o respeito do mandato confiado pelos seus mandatários; uma Assembleia Constituinte não daqui a dois anos, não saída não se sabe bem de que “conferência nacional” de composição obscura e decidida na cúpula, mas uma Assembleia Constituinte soberana já, imediatamente, que tome o destino do país em mãos. Não há resposta abaixo da Assembleia Constituinte soberana, pois todos os outros meios foram antecipadamente rejeitados. O povo inteiro tem feito prova da sua maturidade e responsabilidade nas manifestações que se multiplicam há vinte dias. O povo argelino é suficientemente maduro e responsável para conduzir um processo constituinte sem tutelas.”

Que disse o PT, na mesma situação?

No dia 12 de Março, em comunicado a seguir ao regresso de Bouteflika de um hospitalização na Suíça, o PT “toma conhecimento do regresso do presidente da República”. Mais declara: “**A retirada da candidatura do presidente da República e o adiamento das presidenciais podem ser um factor de preservação da soberania nacional**” (sublinhado nosso). Conclui o comunicado: “**Se o presidente quer realmente provar a sua sinceridade, então que restitua a palavra ao povo já, que nomeie um governo técnico que actue em transparência total, composto por mulheres e homens probos e patriotas, capazes de estar à escuta da maioria, para gerir os negócios correntes até a maioria decidir da natureza do regime a instaurar e, em consequência, do calendário eleitoral.**”

A 16 de Março, Louisa Ha-

nouné reitera a sua proposta num flash de imprensa. Apela a que as “**altas autoridades do país**” respondam ao movimento popular do seguinte modo: “**Retirada do presidente da República no final do quarto mandato, demissão do governo, dissolução das duas câmaras do parlamento e constituição de um governo tecnocrático e transitório, composto por competências íntegras.**”

Desde o seu 7º congresso – mas, na realidade, desde bem antes, até início de Abril de 2019 (ponto alto do movimento popular, ao ponto de Bouteflika ter sido obrigado pelo Estado-Maior a demitir-se para salvar o sistema), o PT tem funcionado como uma espécie de pioneiro de todas as forças políticas apegadas à manutenção da ordem, nomeadamente as interiores ao aparelho de Estado. Tal política levou os dirigentes do PT a propor a formação de um governo burguês “**para sair da crise**” e barrar ao movimento das massas qualquer via de luta independente, concretizada na agitação pela reivindicação de eleição da Assembleia Constituinte soberana, em oposição a todas as combinações burguesas. Esta é a amarga verdade.

A prisão de Louisa Hanoune e a demissão administrativa dos deputados do PT

A detenção e prisão da secretária-geral do PT, Louisa Hanoune, no dia 9 de Maio de 2019, causou legítima indignação na Argélia e à escala internacional. Pela nossa parte, pronunciamos-nos sem hesitação contra a repressão de que era vítima, pela sua imediata libertação, assim como a de todos os presos políticos, independentemente da opinião que se pudesse ter acerca das suas posições políticas.

A fracção do regime militar que detém as rédeas do poder, antes e, mais ainda, depois de o Estado-maior ter obrigado Bouteflika a abandonar o poder,

mandou prendê-la no âmbito de um ajuste de contas com o clã de Bouteflika: Said Bouteflika, o irmão do presidente cessante e dois antigos responsáveis dos serviços de segurança, os generais Toufik e Tartag, foram igualmente encarcerados e acusados de “**conspiração contra a autoridade do Estado e a autoridade militar**”.

Os partidários da secretária-geral do PT afirmam, pela sua parte, que ela foi presa por representante do movimento de milhões de argelinos que têm saído à rua desde o dia 22 de Fevereiro aos gritos de “**Regime, rua!**”. O jornal *Informations ouvrières* (16 de Maio de 2019) escreveu, assim: “**A acusação contra Louisa Hanoune dirige-se contra todo o povo argelino.**”

Convém dizer à cabeça que o Estado, a sua justiça e, menos ainda, a justiça militar nada têm que se meter na actividade política de Louisa Hanoune ou de qualquer outro dirigente político. A prisão militar de Blida não era lugar para a secretária-geral do PT. Pusemo-nos, portanto, ao lado dos militantes do PT, intervindo pela sua libertação. Ela só tem contas políticas a dar ao seu partido. Não obstante, a sua acção, como a de qualquer militante, e mais ainda a de uma dirigente que pretende intervir no interesse do movimento popular, está sujeita a crítica. Percorramos os factos.

No dia 27 de Março, o PT afirmou “**não estar disposto a participar em operações de remendo do sistema, para, portanto, salvá-lo.**”

Ainda nesse mesmo dia 27 de Março, a secretária-geral do PT encontrou-se secretamente com Said Bouteflika e o general Toufik, ex-director do serviço de informações, dois pilares do regime. O encontro só seria tornado público, no dia 16 de Maio, pelo advogado de Louisa Hanoune, Rachid Khane. O advogado Khane explicaria que a sua cliente participou no encontro “**pensando que era um encontro oficial**”, realizado, portanto,

com o acordo da presidência.

Uma questão se suscita. Estavam os dirigentes do PT informados deste encontro? Respondendo a vários interlocutores, Ramdane Tazibt, membro do secretariado do PT, respondeu secamente que “a iniciativa recaía nas prerrogativas da secretária-geral do partido”, o que se poderá traduzir por “circulem, não há nada para ver!”. Com uma certa razão. As actividades da dirigente do PT comecem por dizer respeito aos dirigentes e militantes do seu partido. No entanto, ao tratar-se de uma acção política pública num contexto bem específico, suscita-se a pergunta: podia a secretária-geral do PT reunir-se, ou, simplesmente, responder ao convite de responsáveis do sistema no mesmo momento em que o movimento popular gritava “*Sistema, rua!*” e “*Goulna gaâ, c’est gaâ!*”, afirmando o PT no mesmo dia que “*não poderia participar numa operação de reparação de fachadas e, portanto, de salvação do sistema*”? O advogado da dirigente do PT explicara que, no decurso do dito encontro, Louisa Hanoune recusara o plano de salvação do regime que os interlocutores lhe apresentaram. Muito bem, mas o problema não é esse. A falta política está exactamente no encontro, em ter sido mantido “secreto” durante dois meses, não apenas no conteúdo das discussões.

No dia 1 de Abril, véspera da demissão de Bouteflika (2 de Abril), o PT anuncia que “*decidiu a demissão do seu grupo parlamentar, pois em caso algum participaria na tentativa de salvar instituições ilegítimas de um regime construído sobre a negação da soberania do povo.*”

No dia 28 de Abril, respondendo aos numerosos boatos de que alguns deputados do PT não se tinham demitido e haviam participado na ajuramentação do “presidente interino” Bensalah, o PT reconhecerá que apenas quatro dos seus onze deputados se demitiram, entre eles a secretária-geral. Os outros sete, portanto

a grande maioria do grupo, anunciou que a decisão fora tomada sem eles serem informados ou consultados! Verdade ou mentira? Para dizer a verdade, pouco interessa, é matéria da vida interna do PT. O que nos diz respeito e diz respeito a todos os militantes operários é a opção dos quatro deputados e principais dirigentes do PT pela demissão “administrativa”. Opção que vira costas a toda a experiência do movimento operário internacional a respeito da utilização revolucionária da sua presença no parlamento burguês.

Que fizeram eles, de facto, desde a irrupção semanal de milhões e milhões de argelinas e argelinos nas ruas aos gritos de “*Sistema, rua!*” desde 22 de Fevereiro de 2019?

Irá ser preciso esperar pelo dia 1 de Abril, cinco longas semanas mais tarde, para o PT anunciar, por simples comunicado de imprensa, que os seus deputados se demitiam da Assembleia Popular Nacional. Ora, nem uma única vez, desde o dia 22 de Fevereiro, eles usaram a sua presença no parlamento para lá apresentar à votação uma moção que, face à assembleia fantoche, e contra ela, declarasse que “*a legitimidade está do lado da maioria que está na rua, esta assembleia é ilegítima, nós propomos uma moção para esta assembleia reconhecer que não representa nada e convocar a Assembleia Constituinte, permitindo ao povo decidir ele próprio o futuro do país*”. É provável que tal moção fosse rejeitada. Ficaria, porém, feita a demonstração pedagógica de que a assembleia merecia que deputados apegados à soberania do povo a abandonassem de vez e fossem para a rua ter com as massas.

Não houve tal declaração. Nem no dia 22 de Fevereiro, nem no dia 23, nem no dia 24, nem na semana seguinte, nem em nenhuma outra semana. Foram precisas cinco semanas para que quatro deputados do PT se contentassem com uma demissão administrativa, sem tentarem criar celeuma

com a exigência de soberania da nação no recinto da assembleia fantoche, sem se fazerem portavozes da exigência de soberania da nação. Os deputados do PT abandonaram a assembleia às escondidas.

Todo o processo revolucionário na Argélia de hoje põe a questão do poder e, por conseguinte, de maneira intimamente ligada a ela, a questão do partido. Se a crise da humanidade é a crise da direcção revolucionária do proletariado, a solução a essa crise, hoje, na Argélia, terá que superar o obstáculo representado pela ruína política do PT. Esta é a conclusão a que chegámos nós, militantes fundadores do COSI, ao organizar-nos para realizar esta tarefa.

De Cila a Caríbdis: A adesão do PT ao Pacto pela Alternativa Democrática (PAD)

No seu relatório de abertura do 8º congresso do PT, Louisa Hanoune realçou particularmente como fora “positiva” a adesão do PT ao Pacto pela Alternativa Democrática (PAD). O que é o PAD? E em que medida a adesão do PT ao PAD é um reflexo perfeito da natureza da sua política?

Evocaremos aqui três dos nossos documentos escritos entre 19 de Junho e 7 de Julho de 2019. Não lhes é preciso mudar uma vírgula. No primeiro, a “carta aberta aos responsáveis do PT e do PST” (o Partido Socialista dos Trabalhadores é a organização argelina ligada ao Secretariado Unificado pablista – NdR) explicávamos as razões por que o COSI declinara o convite que lhe fora feito para participar na “conferência nacional” prevista para 26 de Junho para fundar oficialmente o PAD. “Este “pacto”, escrevíamos, “que constitui os seus signatários em “forças da alternativa democrática”, não sela uma aliança circunstancial, em torno de um ponto específico da luta, como, por exemplo, a questão, necessária, da luta contra a repres-

● ANÁLISE

»»» *são ou em defesa das liberdades democráticas, em que as organizações e partidos, intervindo embora juntos, não deixam de conservar a sua independência, segundo o velho princípio do movimento operário: “Marchar separados, golpear juntos”, mas “um pacto” assente na luta pelo poder, em conjunto, de organizações que se reclamam dos trabalhadores e de advogados da burguesia e do seu Estado*” (sublinhado nosso). Toda a história da luta de classes nos tem ensinado a incongruência de pensar ser possível uma *“luta conjunta pelo poder”* entre partidos operários e partidos burgueses, salvo se os primeiros aceitarem o programa e os objectivos dos segundos. Tem-nos ensinado, também, que a burguesia, por conta do imperialismo, nunca põe todos os ovos no mesmo cesto quando o antagonismo entre as classes se eleva ao ponto de a burguesia ver o seu poder vacilar ante um movimento de massas poderoso. Na Argélia do pós-22 de Fevereiro de 2019, a burguesia tinha à sua disposição duas opções: instaurar uma ditadura militar-policial ou lavar a cara ao regime. Para isso, era-lhe necessário criar um obstáculo ao movimento das massas, para enquadrá-lo e mantê-lo no quadro da ordem social existente. O PAD preencheu esta função. A prova, eila, enunciada logo no dia 19 de Junho na nossa “carta aberta”: *“Por um lado, (o pacto faz) o diagnóstico de que o sistema é incapaz de responder positivamente e plenamente às aspirações de todo o povo a decidir do seu futuro, mas, por outro lado, (ele propõe-se) ‘elaborar uma solução política ambiciosa, razoável e realizável’* (os sublinhados continuam a ser nossos). *E, para as coisas serem muito claras, (o pacto) escreve, mais adiante, que chegou a hora ‘da concertação e do diálogo, a fim de construir um pacto político consensual que, a seguir, trace os contornos do processo da transição democrática.’*” (ainda sublinhados nossos).

Esta orientação é rigorosamente a das componentes pró-bur-

guesas do PAD: a União pela Cultura e pela Democracia (RCD), a Frente das Forças Socialistas (FFS), mas também o Movimento Democrático e Social (MDS) e o Partido da Laicidade e da Democracia (PLD). Na sua intervenção, o primeiro secretário da FFS resumiu perfeitamente o objectivo do PAD: *“Vai ter que se chegar a um compromisso com os responsáveis actuais”*, portanto com o aparelho de Estado actual. A natureza das componentes do PAD define-o perfeitamente. A RCD foi representada por três ministros do primeiro governo Bouteflika-Benflis, de quando este reprimia no sangue a sublevação da juventude na Cabília (2001). Nunca escondeu o seu apego *“a uma economia de mercado social e ética”*, a uma *“privatização acelerada das empresas públicas”*, dando o seu apoio às recomendações do FMI e do Banco Mundial. A União pela Mudança e o Progresso (UCP) de Zoubida Assoul é uma concha vazia. A UPC apoiou a candidatura abortada do major general reformado Ghédiri às eleições presidenciais, candidatura essa que era promovida por uma parte da hierarquia militar. Antes disso, Zoubida Assoul participava na *“Mutawana”*, um agrupamento que estava ao lado de Ahmed Benbitour, ex-primeiro-ministro e principal negociador com o FMI, e Benouari, ex-ministro das finanças e actual administrador executivo de vários fundos de investimento privados, nomeadamente o do banco francês Sociétés Générale.

Entre os signatários do PAD, encontram-se igualmente dois resíduos da crise do Partido da Vanguarda Socialista (PAGS), partido estalinista histórico; o Movimento Democrático e Social (MDS) e o Partido da Laicidade e da Democracia (PLD). O MDS converteu-se totalmente à *“economia de mercado”* e, no seu conselho nacional, opôs-se à reivindicação de Assembleia Constituinte soberana. O principal dirigente do PLD, Moulay Chentouf, escreveu, no *El Watan* e em *Le Soir d’Algérie*, nos dias 21 e 23 de Maio de 2019: *“O Exército Nacional Popu-*

lar (ANP) deve ser o garante do carácter pacífico da transição e da sua saída democrática. O ANP é a força mais avançada e mais organizada do Estado e da sociedade. O povo conta, pois, com o seu exército para acompanhá-lo no processo revolucionário que está a levar avante. Insta-se com urgência com o ANP para que se enquadre plenamente no sentido das reivindicações do povo, traduzindo concretamente e com urgência a sua máxima consigna, “Sistema, rua!”, na dissolução de todos os partidos políticos sem excepção e de todas as organizações sindicais.”

Último elemento definidor da natureza e dos objectivos políticos do PAD: quando a RCD, o MDS, o PLD e a UPC recusaram inscrever no PAD a reivindicação de convocação e eleição da Assembleia Constituinte soberana, as direcções do PST e do PT aceitaram. No momento em que, mais do que nunca, toda a situação punha na ordem do dia a abertura dessa perspectiva e, por conseguinte, a luta pela independência dos trabalhadores e das suas organizações, de modo que os trabalhadores assumissem a cabeça da luta pela soberania, conferindo-lhe o seu verdadeiro sentido: a emancipação nacional e social do povo em relação à burguesia compradora e ao imperialismo.

A direcção do PT, como a do PST, caiu para o lado da política de *“frente popular”* política, que sempre preparou as maiores derrotas do proletariado, do esmagamento da revolução chinesa de 1927 ao da revolução espanhola de 1936-39 ou ainda a tragédia do Chile em 1973. A direcção do PT, como a do PST, não podia ignorar uma das principais lições da luta de classes do século passado, sintetizada no *Programa de Transição*, de que ela se reclama: *“As frentes populares, por um lado, e o fascismo, por outro lado, são os últimos recursos políticos da burguesia na luta contra a revolução proletária.”* O programa acrescenta que, para os revolucionários, *“não há lugar em nenhuma frente popular”*, pois a posição fundamental dos revolucionários é a de

se “oporem irremediavelmente a todos os agrupamentos políticos ligados à burguesia.”

As consequências da constituição do PAD

Demorámo-nos a falar do PAD, pois a adesão do PT a esta combinação de “frente popular” é comparável à adesão das organizações operárias às diversas alianças com a burguesia desde o final dos anos trinta: a sua passagem para o lado da ordem burguesa. O PAD foi concebido para ser erguido contra o movimento de massas. Disso, as organizações que o compõem irão, por junto ou a retalho, fornecer abundante prova.

Em Dezembro de 2019, perfilando-se as eleições presidenciais organizadas pelo regime, multiplicam-se os apelos à greve geral de 8 a 12 de Dezembro e ao boicote activo no dia do escrutínio. Reunido no dia 7 de Dezembro, o PAD faz um apelo a “*apoiar as acções pacíficas para exprimir a nossa rejeição das eleições*”. A palavra “*pacífica*” é exactamente usada pelo PAD e pelas suas componentes para se demarcar das acções no terreno das massas que, em muitas aldeias e secções de voto, organizaram o boicote activo das eleições.

Na véspera do dia 1 de Novembro de 2020, o PAD recusa o referendo constitucional convocado, sem tomar a mínima iniciativa. Um mês antes das eleições de 12 de Junho de 2021, a FFS sai do PAD. A sua base militante impôs à direcção que deixasse de participar nele. As forças políticas restantes (PT, PST, MDS e UCP) apelam “*a não votar*” nas eleições. Contudo, na véspera das eleições, o PT rompe a unidade, apelando aos cidadãos para “*se exprimirem livremente, votando ou não, neste dia 12 de Junho*”.

Nas eleições locais de 27 de Novembro, a FFS, já não representada no PAD, apresenta candidatas. A RCD parte-se em duas metades, uma das fracções sai do PAD para participar nas eleições locais. A direcção do PT anuncia

“*deixar os seus militantes livres de apresentarem ou não candidatos*”.

“A esperança nascida com a revolução popular evaporou-se” (Louisa Hanoune)

Cinco escrutínios se realizaram desde as eleições presidenciais de Dezembro de 2019. Foram massivamente rejeitados pelos milhões de argelinas e argelinos. Sete a oito de cada dez eleitores inscritos não foram votar. Um sinal de que as massas populares não foram batidas. Recuaram ordenadamente, à falta de perspectiva política. No entanto, os trabalhadores e os jovens continuaram as lutas no seu terreno próprio, nomeadamente nas empresas. No período mais recente, menciona-se a greve geral dos trabalhadores da função pública do Sul do país, de umas trinta *wilayas*.

Há meses que a imprensa tem consciência de que, de um momento para o outro, pode recomeçar uma mobilização popular mais geral. Desde os primeiros dias de 2022, os preços começaram a disparar em consequência da abolição dos apoios do Estado aos preços dos produtos de primeira necessidade, a que acrescem as taxas instituídas pela Lei Orçamental de 2022. Segundo especialistas não oficiais, a inflação atinge perto de 50%, em média, para os víveres.

Foi exactamente nesta situação que decorreu o 8º congresso do PT. Na terceira parte do seu relatório de abertura ao congresso, Louisa Hanoune descreveu a situação dos trabalhadores e das camadas populares à mercê da política do governo, como o fizera a respeito da situação internacional. Afirmou inclusive que “*quem dirige o país (...) é incapaz de responder às aspirações e às necessidades urgentes e até de dirigir o país com um programa capaz de sair da situação difícil*”.

Um partido autenticamente operário tiraria daí a conclusão de

que era necessário afirmar um programa político de combate, conjugando as reivindicações sociais e democráticas, nomeadamente a reivindicação de Assembleia Constituinte soberana, portanto pela ruptura com o imperialismo. e o apelo a pôr termo a este regime, incapaz de satisfazer a mínima reivindicação. Um partido autenticamente operário conjugá-lo-ia com palavras de ordem a levar aos sindicatos operários, de modo a ajudar os trabalhadores a articularem as suas reivindicações e mobilizarem-se, e propostas precisas de acção condizentes com a situação. Tais como a luta por que os sindicatos, em unidade, apelem a uma marcha central sobre Argel, onde tudo se decide, pela satisfação de todas as reivindicações sociais e democráticas. Ou o apelo, via frente nacional contra a repressão, à realização de assembleias gerais nas cidades e *wilayas* para ampliar a luta contra a repressão. Não foi isso que aconteceu. Porventura porque, como diria, três dias mais tarde, Louisa Hanoune em conferência de imprensa, “*a esperança nascida com a revolução popular evaporou-se*”? Por outras palavras, a secretária-geral do PT diz que as massas foram derrotadas.

Acerca da unidade contra o imperialismo e da independência dos revolucionários

Na sua conferência de imprensa, Louisa Hanoune pediu ao governo que anulasse as medidas tomadas pelo poder, o que ninguém contestará. Mas todos estes pedidos, explica ela concretamente, dirigem-se ao poder, a fim de que “*a frente interna se reforce face aos perigos externos*”: “*o Estado argelino só se pode manter fiel às tradições, princípios e ideias de respeito da soberania das nações (...) que têm norteado a política externa do nosso país desde a independência, se e só se a frente interna estiver inteiramente consolidada em termos de respeito*

● ANÁLISE

>>> *pele exercício das liberdades e ao nível das condições sociais ligadas à vida da maioria das pessoas (...), sem isso, o país ficará sujeito a intervenções estrangeiras.*”

É a fraseologia das principais personalidades do regime que aqui se recicla (a do “presidente” ilegítimo Abdelmadjid Tebboune e dos presidentes da Assembleia Nacional e do Senado). Louisa Hanoune, como o regime, deduz a pretensa necessidade de “*consolidar a frente interna*”, começando por agitar as ameaças externas que há que enfrentar. Diz a secretária-geral do PT: “*Confirma-se em definitivo que a ameaça sionista, passou, inclusive no plano da segurança, a ser uma realidade na nossa região. (Ela) ameaça a estabilidade do nosso país.*”

Não vamos ser nós a contestar a necessidade de não subestimar a ameaça da entidade sionista. É bem real. No entanto, contanto que nos movamos no quadro da orientação marxista tradicional da “frente única anti-imperialista”, os revolucionários batem-se incondicionalmente contra o imperialismo, seja qual for a natureza do poder em funções, mas fazem-no mantendo a sua independência do poder e de todas as forças burguesas ou pequeno-burguesas.

Não interrompem a luta contra o regime burguês.

A independência dos revolucionários traduz-se especialmente na combinação da luta contra o imperialismo com a luta pela unidade dos trabalhadores, das camadas populares e das suas organizações. Da luta para que sejam os trabalhadores a pôr-se à cabeça da luta contra o imperialismo, conferindo-lhe, assim, o seu verdadeiro sentido: o imperialismo só será realmente vencido pela vitória da classe operária.

A ameaça da entidade sionista e, mais genericamente, do imperialismo é um facto. Mas não actua o regime a favor do imperialismo? Não foi ele que decidiu revogar a disposição que proibia o exército argelino de intervir fora das fronteiras do país? Não é ele que autoriza a aviação francesa a usar o espaço aéreo argelino para ir fazer bombardeamentos no Mali? Não foi ele que decidiu revogar a medida dita 51/49 (que proibia, até há pouco tempo, que sociedades estrangeiras detivessem mais de 49% do capital de uma empresa argelina) e abrir o capital das empresas públicas, inclusive banca e seguradoras, aos investidores estrangeiros? Não foi ele que suprimiu os subsídios estatais aos preços dos produtos de

primeira necessidade, executando à letra as recomendações do FMI e do Banco Mundial? Considerando todas estas medidas, não é o regime o principal vector da “recolonização” da economia argelina pelo imperialismo?

Toda a experiência da luta de classes (nomeadamente no Egipto) mostra que a luta contra o imperialismo **começa** por nós nos opormos a todas as medidas anti-sociais e pormos cobro a um regime que é o cavalo de Tróia das grandes potências imperialistas na Argélia. Nestas condições, os apelos “ao reforço da frente interna” visam tapar as fissuras entre o regime e as massas em luta desde 22 de Fevereiro de 2019 e fazê-las aceitar as medidas anti-sociais e antidemocráticas.

A posição do PT, expressa no seu congresso, adquire o seu verdadeiro sentido quando se estabelece a relação com a possível nova iniciativa do regime de iniciar um “*novo diálogo com a classe política*” para reforçar “a frente interna”, segundo nos informa o diário *L'Expression*. O radicalismo verbal da secretária-geral do PT acaba por estar ao serviço de uma orientação política de adaptação à ordem existente. ●

Argélia, 30 de Março de 2022

Alemanha

A Situação da Classe Trabalhadora e a Intervenção da ISG⁽¹⁾

Por Max Schumacher

Em 2020, logo no início da pandemia da Covid-19, o “Bloco Central” ou “Grande Coligação” apresentou o seu “plano de crise”, em conformidade com o “Plano de Estabilidade e Crescimento” da União Europeia. Scholz, actual chanceler federal, na altura ministro das finanças de Merkel, declarou no dia 13 de Março de 2020 ao *Handelsblatt*: “O que se vai fazer, vai-se fazer à grande. Estamos a puxar de todas as armas.” “Armas” na forma de “ajudas” e “garantias” aos bancos e ao capital, no valor de um bilião e duzentos mil milhões de euros, pelas últimas contas.

ESTE PASSO DO BLOCO central só foi possível graças à incorporação da direcção dos sindicatos numa nova união nacional. Também as cúpulas do capital e do DGB (a confederação sindical) fizeram uma declaração conjunta,



Manifestações dos operários siderúrgicos por 8,2% de aumentos salariais (Maio de 2022)

no dia 13 de Março de 2020: “Os parceiros sociais colocam a responsabilidade conjunta na crise do coronavírus acima das suas diferenças. A concertação social é um dos pilares centrais da economia social de mercado da República Federal da Alemanha. Os sindicatos e as confederações patronais sempre intervieram conjunta e responsabilmente pelo bem comum em tempos de crise. (...) Os conflitos e oposições de interesses mantêm-se, mas, em situações especiais, passam para segundo plano.” (PM, 13/3/2020) Quem, no contexto da “responsabilidade conjunta”, há-de pagar ficou logo claro de princípio: a juventude, os trabalhadores e os pensionistas e aposentados, sujeitos a cortes maciços – a agravar ainda mais logo que o mecanismo do “travão à dívida” volte a estar plenamente em vigor, já em 2023.

As lutas da classe operária na Alemanha

Não há dúvida de que as direcções sindicais não deram ponto sem nó, recorrendo a todos os meios para disciplinar a classe trabalhadora com o apoio do aparelho do SPD e de sectores da direcção do partido “Die Linke” (“Esquerda”). Em nome da “crise da Covid” os contratos colectivos foram um desastre para a classe trabalhadora. “Dado o aumento sensível dos preços ao consumidor, na ordem de 3,1%, os trabalhadores sofreram, em 2021,... perdas sensíveis de poder de compra, na ordem de 1,4%”, escreve o Instituto Económico e Social (WSI) da Fundação Hans Böckler do DGB no seu relatório anual sobre a contratação colectiva para 2021. Sobretudo os sindicatos IG Metall, o IG BCE e ver.di (serviços

● ANÁLISE

>>> públicos) assinaram acordos colectivos com até 14 “meses a zeros” e “pagamentos avulso” sem impacto nas tabelas salariais (prémios Covid). O aumento das taxas de inflação na segunda metade de 2021 “*não teve impacto de maior no volume das reivindicações sindicais*”, escreve ainda o WSI. Tão-pouco as reivindicações, entre 5 e 6%, para a contratação de 2022 apontam para uma alteração desta linha. Entre os colegas dos sindicatos e grupos de empresa há efervescência por causa das perdas de salário real, dos preços nos supermercados, nas bombas de gasolina, da conta do gás...

Os dirigentes não conseguiram, contudo, reprimir completamente os “conflitos”. O IG Metall está já a começar greves de aviso, no sector siderúrgico, com uma reivindicação de 8,2% para 12 meses. Em 2020 houve 157 greves, no ano seguinte já, de novo, 221, de volta ao nível dos anos 2015 a 2019. A maioria das lutas laborais deram-se na esfera de actuação do IG Metall. São, porém, especialmente de notar “novos” sectores, como a indústria das bebidas, carne e massas alimentícias, que recai na esfera de organização do Sindicato da Alimentação, Restauração e Hotelaria e onde se produz com recurso a uma percentagem elevada de trabalhadores precários (temporários). E os trabalhadores da Amazon estão em luta há já oito anos por um contrato colectivo. Oito anos em que a direcção do sindicato ver.di se tem recusado a apelar à greve unida de toda a cadeia de distribuição, em simultâneo e à escala europeia, em conjunto com outras federações sindicais.

No entanto, a pandemia, que encontrou um sistema de saúde desfeito, trouxe para o primeiro plano, sobretudo, os “novos” sectores da classe trabalhadora, que têm determinado, em grande parte, as lutas de classes na Alemanha. São eles os sectores da saúde, as clínicas e instituições de cuidados ou ainda a educação. Facto disso indissociável é que são cada vez mais as mulheres,

em profissões “tipicamente” femininas, quem se rebela e organiza contra as inaceitáveis condições e sobrecargas de trabalho e os baixos salários – em áreas profissionais que, em consequência das privatizações ou do “direito do trabalho” da Igreja⁽²⁾, não têm contratação colectiva. Têm lutado, desde 2015, por objectivos contratuais que, na óptica da direcção sindical, eram até agora considerados “*insusceptíveis de contratualização*”: assim, batem-se por mais pessoal, pela criação e observação de tabelas de pessoal obrigatórias (quanto pessoal de enfermagem por cama, etc.) com garantia contratual. E batem-se por salários mais altos. Conseguiram já vitórias importantes: os salários dos trabalhadores a tempo inteiro das clínicas e hospitais aumentou em média 34% entre 2011 e 2021 (contra cerca de 22% na produção e serviços). No entanto, esbarram no sistema de concorrência capitalista do mercado interno da UE, que, nestes sectores, se traduz na exploração intensificada da força de trabalho: fechos de hospitais e camas, enquanto o número de internamentos aumenta e a permanência em hospital dos doentes baixa, bem como redução dos quadros⁽³⁾. Só nos cuidados intensivos, o pessoal de enfermagem em falta atinge, pelas indicações da Fundação Böckler (PM, 1.6.2022) 50 mil! Os enfermeiros de seis hospitais universitários da Renânia do Norte-Vestefália estão em greve ilimitada pelo aumento dos quadros e do pessoal desde o dia 4 de Maio. Travam uma luta duríssima com o governo estadual, que não tem nada a oferecer a não ser boas palavras, mas também contra o aparelho do ver.di, batalhando os enfermeiros há anos para obrigar o sindicato à greve. Também a reivindicação por aumentos sensíveis dos salários, vista a inflação (veja-se mais acima), vem adquirindo decisiva importância suplementar, apesar de a direcção sindical se lhe tentar opor por todos os meios.

Pode-se avaliar a situação material da classe trabalhadora na

Alemanha a partir, nomeadamente, dos seguintes dados para o ano de 2020, algo abaixo dos de 2019 por razões ligadas à pandemia: cerca de 1,12 milhões de trabalhadores têm idade superior a 65 anos, dos quais 189 mil idade igual ou superior a 75. O seu número mais do que triplicou desde o ano 2000, em consequência dos salários de miséria, que redundam em pensões de miséria. Mais de 48% dos trabalhadores dependentes abrangidos por uma relação de trabalho sujeita a contribuição para a segurança social trabalham em formas de emprego “atípicas”, portanto precárias (trabalho temporário, tempo parcial, prazo certo, emprego mínimo). Quase 50% de todos os trabalhadores a tempo parcial são mulheres (cf. nesta matéria IAQ da Universidade de Duisburgo-Essen, www.sozialpolitik-aktuell.de).

No primeiro trimestre de 2022, a inflação escalou para 5,8%. Os salários subiram 4%. A perda de salário real dos anos 2020 e 2021 volta, assim, a intensificar-se. A taxa de inflação de Maio está, em média nacional, em 7,9%. As famílias operárias, por exemplo na Renânia do Norte-Vestefália – onde a taxa de inflação está em 8,1% – já não aguentam aumentos de preços da ordem de 13,1% para o pão e massas, 17,5% para o leite, queijo e ovos, 40,3% para os óleos e gorduras alimentares, 30,3% para a electricidade, 38,9% para o gás, 74,3% para o óleo para aquecimento e 51,6% para o diesel. É preciso obter o congelamento dos preços dos bens de primeira necessidade e conquistar a escala móvel de salários, consagrando-a nos acordos colectivos. É esse o combate do Grupo Socialista Internacionalista (ISG), enquanto secção da IVª Internacional (CORQI), ao lado de outras camaradas que integram o “Comité por um Partido Operário”.

“*Enorme força explosiva*”

Esta questão dos aumentos de preços, da inflação mais alta desde a unificação, a níveis que a classe trabalhadora da Alemanha

Ocidental só conheceu nos anos de 1973-74, adquire hoje mais importância do que nunca. O WSI caracteriza que *“com a guerra na Ucrânia e o forte aumento da inflação, há mais assalariados na Alemanha muito preocupados com a sua situação económica do que em qualquer momento da crise da Covid. (...) Três quartos crêem que a distribuição de rendimentos está a ficar mais desigual com a guerra na Ucrânia.”* O alastramento da guerra é visto como a preocupação máxima. O WSI mostra-se preocupado não tanto com a situação da classe trabalhadora na Alemanha, mas por causa da “estabilidade da sociedade”: *“Estas conclusões mostram que a crise encerra uma enorme força explosiva, com potencial para destabilizar a sociedade no seu todo”* (WSI, comunicado de 27.5.2022)

Raiz não menor desta “força explosiva” é a destruição da produção industrial no contexto da “mudança estrutural”. Esta há muito vem produzindo um nivelamento de algumas partes da Alemanha Ocidental com o Leste. No que diz respeito aos números do desemprego e da pobreza na Alemanha, a cidade-estado de Bremen e, em medida crescente e acelerada, partes da região industrial do Ruhr, estão ao mesmo nível dos Estados que se situavam no território da antiga RDA. A razia industrial fez do Ruhr, das cidades antigamente associadas às indústrias do carvão, do aço e da metalurgia, da maior aglomeração urbana da Alemanha, com 5,8 milhões de habitantes – quarta maior da Europa, depois de Paris, Londres e Madrid – um asilo de pobres. 21,1% da sua população, em média, é pobre. Uma em cada três crianças nascidas no Ruhr vive na pobreza. Em Gelsenkirchen, cerca de 40% dos menores de 15 anos vivem de prestações “Hartz-IV”, em Essen, são 33% e, em Duisburgo, 29%⁽⁴⁾. O aumento de 3€/mês (!) das prestações “Hartz-IV” para adultos que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2022 é uma pura provocação, considerando o bilião e duzentos mil milhões dados aos bancos e grandes grupos

económicos em garantias e as ofertas de outros milhares de milhões.

As “conclusões” das direcções sindicais estão à vista. Atadas à união nacional, elas recusam-se a mudar verdadeiramente de rumo. Não obstante, a “força explosiva” que é patente – e temida – é uma força explosiva que se desenvolve por si mesma dentro das organizações, a partir da luta pela defesa do valor da mercadoria força de trabalho. É da maior importância os militantes e quadros ganharem consciência do que isto significa e que tipo de lutas se torna necessário para defender o valor do trabalho, até dentro dos sindicatos. Ajudar a que isso aconteça é a tarefa da ISG. Lembremos que *“o valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de carácter histórico e social. O seu limite mínimo é determinado pelo elemento físico: para poder manter-se e reproduzir-se, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa de obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O valor destes meios de subsistência indispensáveis constitui, pois, o limite extremo do valor do trabalho. (...) Além deste elemento meramente físico, entra, em cada país, na determinação do valor do trabalho um nível de vida tradicional. Este não abrange apenas a vida física, mas também a satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens.”* (Karl Marx: Salário, Preço e Lucro, <https://www.marxists.org/portugues/marx/1865/salario/cap03.htm#i11>, tradução adaptada). Marx assinala, contudo, igualmente que *“o próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui por força para inclinar cada vez mais a balança a favor do capitalista e contra o operário, sendo, em consequência disto, a tendência geral da produção capitalista não para elevar o nível médio normal do salário, mas, ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o valor do trabalho mais ou menos até ao seu limite mínimo”* (ibidem). A

tarefa dos sindicatos é definida como corolário: *“Os sindicatos servem como centros nevrálgicos da resistência contra as exações do capital. Estão a faltar parcialmente à sua finalidade quando fazem mau uso da sua força. Estão a faltar-lhe completamente quando se limitam a travar uma guerrilha contra os efeitos do sistema em vez de se esforçarem, do mesmo passo, por mudá-lo, em vez, portanto, de empregarem as suas forças organizadas como alavanca da emancipação final da classe operária, o mesmo é dizer, da abolição definitiva do sistema do salariado.”* (ibidem)

Seis meses de governo Scholz na Alemanha: problemas e papel do imperialismo alemão na guerra

No dia 26 de Setembro de 2021 realizaram-se eleições para a “Dieta Federal Alemã” (*Bundestag*). No dia 8 de Dezembro, conseguiu-se dar posse a um governo, composto pelo partido operário burguês que é o SPD e por dois partidos burgueses, os Verdes e o Partido Liberal (FDP).

Foi empossado como chanceler, Scholz, do SPD, que fora vice-chanceler do bloco central sob a égide de Merkel (CDU). Dois anos antes, Scholz, concorrendo como representante e defensor do bloco central, perdera as eleições para presidente do SPD. Bloco central, que já em 2017/18 só pudera passar graças à pesada intervenção da direcção do SPD – contra a opinião de grande parte do partido – junto dos sindicatos alemães.

O resultado eleitoral de Setembro permite várias coligações, uma delas a continuação do bloco central, embora com sinal contrário. Tal teria provocado de imediato enormes tensões e rupturas no SPD. Por outro lado, a “União” (CDU/CSU), o principal partido da burguesia, sofre o *“pior resultado de que há memória”* (FAZ, 26.9.2021). O principal partido da

● ANÁLISE

>>> burguesia está completamente desgastado. Pretende-se agora organizar a sua reconstrução sob a égide do chefe da “*Blackrock*” na Alemanha, Merz. O resultado eleitoral do SPD foi o terceiro pior desde 1949.

Também uma coligação burguesa pura entre CDU/CSU, Verdes e FDP era aritmeticamente possível face à distribuição dos assentos no *Bundestag*. Olhando para as grandes doações recebidas pelos partidos no ano eleitoral de 2021, é evidente quem os capitalistas querem ver “à frente”⁽³⁾.

O SPD, apesar de dirigir o governo com Scholz como chanceler, fica, deste modo, numa situação de permanente ameaça à sua posição parlamentar. Dada a destruição que a direcção tem causado no partido – mormente desde Schröder, a seguir a 1998 – ele já praticamente não dispõe de nenhuma outra base substancial. É incapaz de mobilizar na classe operária, conforme mais recentemente ficou patente nas eleições estaduais da Renânia do Norte-Vestefália de 15 de Maio de 2022, em que 45% preferiram não votar – principalmente nos bairros operários da beira-Reno e Ruhr.

Então porque é o SPD a dirigir o governo alemão?

“*Não vai mudar assim tanta coisa*”, declarou Scholz na transmissão de poderes com Merkel, seguindo a linha a que se vinculou: foi defensor e um dos que elaboraram a política da agenda de Schröder, política que, nos últimos tempos, pôs em prática com força agravada, ao lado de Merkel.

Scholz é chanceler de uma coligação cuja política deriva mecanicamente do compromisso com o “travão da dívida” e os critérios de Maastricht da UE. Os orçamentos dos anos depois de 2023 são determinados pelo reembolso da “dívida Covid”. E não vai ficar por ela! O compromisso com a NATO e os compro-

missos derivados do apoio à guerra na Ucrânia ainda lhes irão acrescentar, no mínimo, 100 mil milhões de euros. Também estas dívidas terão que ser pagas pela classe trabalhadora. As negociações colectivas da função pública ao nível estadual já o tornaram patente, com perdas de salário real para mais de um milhão de funcionários.

A garantia de Scholz de que não “*vai mudar assim tanta coisa*” é para a burguesia. Scholz diz com meridiana clareza que irá ser seu serviçal fiável. Do mesmo passo, as direcções dos sindicatos fazem todos os possíveis para mascarar o verdadeiro carácter deste governo ao serviço dos capitalistas. Logo que foram conhecidos os primeiros resultados das “sondagens” entre o SPD, os Verdes e o FDP, a direcção do IG Metall explicou “*como o ‘semáforo’ pode ser um governo dos trabalhadores*” (<https://www.igmetall.de/politik-und-gesellschaft/bundestagswahl/so-wird-die-ampel-eine-arbeitnehmer-regierung>). E aquele que era então presidente do DGB declarou, em Novembro de 2021, que o rótulo de “coligação progressista” apostado ao governo não lhe fazia nenhuma confusão. Para salvar a união nacional, gente como ele próprio está disposta a renunciar à “guerra de guerrilha” de que falava Marx.

Nem a formação do bloco central nem, agora, a do “semáforo” rendeu ao SPD a confiança dos partidos da burguesia alemã. Tal como ocorrera entre 1966 e 1982, a função do SPD – com a ajuda dos sindicatos – consiste em refrear o proletariado alemão. Scholz já nem conseguiu reunir a totalidade dos votos da coligação na sua eleição por voto secreto no parlamento, em 8 de Dezembro de 2021. Demonstração clara, por parte dos partidos burgueses, evidenciando que a coligação é portadora de todos os elementos da ruptura. O que tão-pouco é novo: em 1982, o FDP rompeu a coligação com o SPD dirigido por Schmidt, elevando Kohl, da CDU, a chanceler.

Em 1982, a questão estava, na óptica da burguesia, nas respostas “certas” a dar à crise profunda vivida na Alemanha Ocidental nos sectores da siderurgia e da metalurgia e na aplicação da “dupla resolução” da NATO ditada pelo imperialismo americano, que deu origem à crise dos “euromísseis”. Em grande parte do SPD, havia enorme resistência ao estacionamento de mísseis Pershing armados com ogivas nucleares.

Ainda hoje partes do SPD “não são de fiar”. Hoje, a burguesia reserva-se o direito de dar as respostas “certas” no momento certo. Só que os próximos choques entre o governo e a classe operária já têm prazo dado. O ministro da saúde do SPD continua a bater-se pelo fecho de hospitais pequenos. A tarefa do ministro do trabalho do SPD vai ser organizar a especulação no “mercado de capitais” com as reservas das caixas de aposentação reguladas. A “pensão por acções” está prevista como forma de injectar na especulação bolsista, a título de “dinheiro fresco”, 2 pontos percentuais (da contribuição para a caixa de pensões de 18,6% do salário bruto). A nova ministra do interior do SPD irá continuar a desfazer o direito de asilo em nome da “luta contra o extremismo de direita” e acelerar a linha da UE de edificar barreiras de arame farpado nas fronteiras externas.

A co-presidente dos Verdes irá dirigir, a partir do ministério da economia, a “transição ecológica”, que irá custar centenas de milhar de postos de trabalho na siderurgia, nas minas e, sobretudo, na indústria automóvel.

A classe operária irá colidir com este governo ao defender as conquistas que ainda mantém, por muito que a direcção do DGB lhe queira colar a etiqueta de “coligação progressista”. 110 anos mais tarde, voltam a desenharem-se os contornos daquilo que foi a conclusão do Congresso Internacional Extraordinário dos Socialistas (em 24 e 25 de Novembro de 1912, em Basileia): “*Por um lado, a loucura*

armamentista geral agravou a carestia dos bens essenciais, assim agudizando as contradições de classe e semeando uma indignação irreprimível na classe operária. Os trabalhadores querem pôr travão a este sistema de alvoroço e desperdício. Por outro lado, a interminável repetição de ameaças de guerra excita cada vez mais os ânimos.”

O motor do choque: a luta contra a guerra, contra os próximos orçamentos de guerra e pela defesa do valor da força de trabalho

No texto “A Reconstrução da Internacional” (in “Die Internationale”, nº 1, 1915), Rosa Luxemburgo escreveu: “Socialismo ou imperialismo – nesta alternativa está completamente resumida a orientação política dos partidos operários na última década. (...) Com o que fez em 4 de Agosto, a social-democracia alemã, muito longe de ter feito o “silêncio”, fez, sim, sua uma função histórica de altíssima importância: a de escudeiro do imperialismo na actual guerra.”

Os “escudeiros do imperialismo”, no ano de 2022: em 27 de Fevereiro, Scholz proclama uma “mudança de era”, estribada em acordos com os partidos da burguesia. O grupo parlamentar do SPD foi, em boa parte, completamente atropelado. Scholz anuncia no Bundestag, em aliança entre SPD, Verdes, FDP e CDU, um “fundo especial” para o exército federal (Bundeswehr) no valor de 100 mil milhões. Ao arrepio de toda a experiência histórica, ao arrepio do juramento do povo alemão – “guerra, nunca mais!” – calha, de novo, à direcção do SPD, desta vez ocupando a responsabilidade governamental, abrir caminho a uma multiplicação gigantesca dos lucros dos grandes grupos do armamento. Na expectativa da decisão da maioria do Bundestag, as cotações das suas acções

disparam, ao passo que o índice bolsista alemão, o DAX, “perde”. Independentemente do “fundo especial”, hão-de, além disso, ser injectados todos os anos no armamento mais do que os exigidos 2% do PIB⁽⁴⁾. A preparação para a guerra avança a passo acelerado.

Cumprem-se, portanto, os requisitos para já ditados pelo imperialismo americano e pela NATO. Quando da visita de Scholz a Biden, no início de Fevereiro, que a FAZ considerou um “espectáculo bizarro”, ficou patente que o imperialismo alemão tem que gastar muito mais dinheiro em armamento. Em poucos dias, horas até, 100 mil milhões materializaram-se⁽⁵⁾.

O partido “Die Linke” está disposto a apoiar todas as sanções possíveis “contra Putin”. A sua moção é, em grande parte, igual, palavra a palavra, à apresentada pelo SPD, CDU, Verdes e FDP no dia 27 de Fevereiro. A Linke lamenta, todavia, o enorme aumento do orçamento de guerra, anunciando “não dar o seu apoio à corrida ao armamento”. Na declaração da direcção do partido e do grupo parlamentar da Linke é, contudo, em vão que se procura a palavra NATO! Este “internacionalismo de esquerda” de que o partido “A Esquerda” tenta reclamar-se é, na prática, parte integrante da união nacional.

A luta contra a união nacional em todas as suas formas é o fundamento da independência das organizações operárias, o fundamento da unidade dos trabalhadores e suas organizações para lutar contra o seu próprio governo imperialista (“o inimigo principal está no nosso próprio país!”). Essa foi e continua a ser a única posição operária internacionalista.

A luta da ISG

Cada conquista ou a defesa de cada conquista da classe operária ficou sempre a dever-se à mobilização da classe. A luta da ISG pela organização da luta da classe operária e da juventude, é, por conseguinte, a base da sua própria

construção. A ISG luta pelo socialismo, por que a classe trabalhadora consiga defender os seus interesses contra os ditames do lucro e da exploração e contra o sistema capitalista. Isso implica opor-se àqueles que, se bem que pretendendo falar em nome dos interesses da classe operária, violam, porém, em nome de uma união nacional *de facto*, o mandato que receberam da classe, colaborando, no quadro da “concertação social”, com o capital e os seus governos. O que é necessário é romper com a união nacional, com a integração das direcções, com a colaboração, que dá o chão para os capitalistas poderem operar. A ISG é parte da luta pela ruptura com a união nacional. O seu compromisso é com a luta pela defesa da independência das organizações.

Nessa luta, continuamos a inspirar-nos no que o camarada Pierre Lambert formulou da seguinte maneira no prefácio à reedição da brochura “Algumas Lições da Nossa História”, em 1983: “1. A primeira etapa de toda a mobilização revolucionária passa sempre, por um lado, pelas grandes organizações tradicionais, mesmo numa situação em que os conselhos já existam. 2. O movimento da classe é histórico, marcado, portanto, pelos resultados da luta de classes. Estes resultados – as organizações, os direitos, as garantias – constituem a classe como classe, e são dominados por aparelhos que estão ao serviço da burguesia. 3. Os aparelhos controlam a classe na medida em que controlam as organizações que a classe construiu para a sua emancipação. A classe continua – pelo menos na primeira etapa do seu movimento revolucionário – a considerar estas organizações dominadas pelos aparelhos como instrumentos da sua emancipação. 4. Mas os aparelhos controlam as organizações através dos militantes destas, de quadros organizadores da luta operária que ainda confiam nas direcções tradicionais. 5. Nisso se desenvolve um outro movimento, em parte independente, em parte contraditório

● ANÁLISE

»»» *com o movimento da classe: o movimento dos militantes, dos quadros organizadores sob o controlo dos aparelhos.*” Lambert acrescenta que “*temos que nos debruçar sobre o que se esconde atrás do movimento contraditório dos militantes, dos quadros organizadores sob o controlo dos aparelhos*”, explicando que “*enquanto estes quadros estiverem dispostos a aplicar a política dos aparelhos, não há movimento independente desses quadros debaixo do controlo dos aparelhos em contradição com eles. Há, sem dúvida, contradições, mas toda a luta da OCI consiste em pôr em evidência com total clareza que: ‘se quiserdes manter-vos fiéis aos interesses do proletariado, não podereis continuar a organizar a fragmentação e o ‘esmagamento’ das lutas sob o controlo dos dirigentes.*” (Pierre Lambert: “*Quelques problèmes de la reconstruction de la IV^e Internationale et de la construction de ses sections dans la situation mondiale actuelle*”)

O partido operário burguês que o SPD é continua – apesar das devastações feitas pela direcção – a ser o partido em que, na Alemanha, segmentos significativos da classe operária e também da juventude se revêem. Deste facto decorre a função central que a social-democracia alemã exerce para a burguesia alemã: controlar e disciplinar a classe operária alemã e as suas organizações, que mantêm a sua força. O partido operário burguês que o SPD é não tem futuro. Como lutadores da IV^a Internacional, nós sabemos, contudo, que está muito longe de ser secundário para a classe operária saber como, em que condições da luta de classes e às mãos de quem o partido operário burguês se há-

de desmoronar.

A ISG concentra-se, por conseguinte, em levar para a frente a luta independente da classe operária, tributária, em exclusivo, dos seus interesses de classe. Ligamo-lo à perspectiva e à luta pela construção de um verdadeiro partido operário. Para nós, é inseparável a luta pelas reivindicações operárias, pelo partido operário e pelo governo operário. Por isso, os militantes da ISG apoiam com todas as suas forças as iniciativas de construção de um partido operário independente. São, deste modo, activos no “Comité por um Partido Operário”, ao lado de militantes e camaradas de diferentes correntes do movimento operário interessados em levar para a frente essa construção, no respeito das diferenças. Para isso, intervêm nas organizações que se reivindicam do movimento operário

– Por uma política operária, contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária;

– Contra a união nacional em todas as suas formas e contra o apoio a governos que adiram à marcha para a guerra. Pela independência das organizações operárias contra os governos belicistas!

– Contra a guerra da NATO, do imperialismo americano e dos países da UE e outros “aliados”!

– Cessar-fogo, retirada das tropas russas da Ucrânia. Retirada imediata de todas as tropas da NATO e dos EUA da Europa!

– Dissolução da NATO!

– Retirada do exército alemão de todas as intervenções no estrangeiro!

– Confiscação imediata dos orçamentos militares e sua reafecção a hospitais, escolas e postos

de trabalho!

Esta é a base da intervenção dos militantes da ISG pelo bom sucesso da Conferência Mundial contra a Guerra e a Exploração, pela Internacional Operária (Paris, Outubro de 2022). ●

(1) A ISG (Internationalistische Sozialistische Gruppe, Liga Socialista Internacionalista) agrupa os militantes do CORQI na Alemanha.

(2) Na Alemanha, boa parte do sector da saúde é regido por organismos dependentes da Igrejas, que escapam aos contratos colectivos do sector público (NdT).

(3) Instituto Federal de Estatística, Hospitais: 1991 – 2.411; 2019 – 1.914. Camas: 1991 – 665.565; 2019 – 494.326. Hospitalizações: 1991 – 14.576.613; 2019 – 19.415.555. Hospitalização em dias: 1991 – 14,0; 2019 – 7,2. Lugares do quadro a tempo inteiro, pessoal não médico: 1991 – 780.608; 2019 – 760.145.

Houve fechos de clínicas durante a própria pandemia da Covid-19.

(4) Disse o ministro do trabalho, Heil, do SPD: “Queremos, ainda, introduzir a 1 de Janeiro o novo rendimento de cidadania, superando o sistema Hartz-IV e dando uma nova face ao Estado social.” (WAZ, 28.5.2022).

O Hartz IV muda de nome. Em matéria de empobrecimento, nada muda. As “tabelas” Hartz-IV foram aumentadas (alterações entre parênteses) com efeitos a 1.1.2022. Exemplos: crianças dos 0 aos 5 anos recebem 285 euros (+ 2 euros), crianças dos 6 aos 13 anos recebem 311 euros (+ 2), jovens dos 14 aos 17 anos 376 euros (+ 3), adultos sós recebem 449 euros (+ 3 euros).

(5) O FDP recebeu cerca de 3,7 milhões de euros, os Verdes 3,4 milhões, e a CDU cerca de 3 milhões. No total, algo acima de 10 milhões de euros. Para comparação: o SPD nem 1% daqueles valores recebeu em doações.

(6) Em finais de 1979, os Estados Unidos e os países europeus da NATO decidiram estacionar na Europa mísseis americanos com ogivas nucleares de médio e longo alcance apontados à URSS.

(7) O objectivo de 2% da NATO teria exigido, na Alemanha, um orçamento militar de mais de 72 mil milhões de euros em 2021. A verba oficial foi de 50,3 mil milhões de euros.

Canadá

A Crise do Imperialismo e a Imperiosa Necessidade do Combate pela Independência de Classe do Proletariado

Por Gordon FORREST

Os acontecimentos de grande vulto que se desenrolam à escala mundial reflectem o histórico beco sem saída do regime da propriedade privada dos meios de produção, cuja sobrevivência se fica exclusivamente a dever à destruição maciça de forças produtivas – sendo a classe operária a força produtiva central – enquanto o capital e as multinacionais aumentam os seus lucros. Neste contexto, as direcções operárias, políticas e sindicais, e pequeno-burguesas variadas dispõem-se para assegurar o seu apoio à ordem decadente. Neste momento, esse apoio manifesta-se como união nacional ou união sagrada com as forças políticas da burguesia alinhadas com Washington e a NATO. O enquadramento da guerra na Ucrânia deflagrada em



Março de 2022, piquete de greve dos ferroviários da CP Rail

24 de Fevereiro de 2022 pela intervenção das tropas de Putin é o das relações que os oligarcas, na Rússia, na Ucrânia e não só, mantêm com o imperialismo – que desenvolve, em paralelo, a sua ofensiva contra a propriedade estatal na China.

SÃO TODOS ESTES elementos que os militantes e adeptos da IVª Internacional têm de apreender para cumprir as tarefas que lhes cabem. A declaração do CORQI de 28 de Fevereiro de 2022 tinha por título: “*Tropas russas fora da Ucrânia! Dis-*

solução da NATO! Nem Putin, nem Biden e aliados: contra a união sagrada com os governos fautores de guerra!” O combate pela independência do movimento operário para ajudar os trabalhadores a vencerem, na sua luta, os obstáculos da política de união sagrada, está no centro das tarefas da IVª Internacional.

Uma economia na esteira do capital financeiro americano

O Canadá e os Estados Unidos têm uma fronteira comum de 9.000 Km. A economia canadiana, riquíssima em matérias-primas minerais e energia, depende em grande parte dos Estados Unidos, a cujo ditame se tem de subordinar. Os Estados Unidos aplicaram sempre a sua própria legislação às filiais das suas multinacionais implantadas no Canadá, contra as políticas que tentava desenvolver o sector da burguesia do vizinho do

● ANÁLISE

>>> Norte. No seguimento de vários pactos e tratados que os Estados Unidos impuseram ao Canadá, em 2014, cerca de 75,7% das exportações canadianas de mercadorias destinavam-se aos Estados Unidos. Segundo a página oficial do governo federal canadiano (2019), o Canadá é a primeira fonte estrangeira de energia dos Estados Unidos, sustentando a sua segurança económica e energética. A mesma página indicava que “em 2021, o Canadá fornecerá aos Estados Unidos 61% das suas importações de petróleo bruto e, em 2020, 98% das suas importações de gás natural, 93% das suas importações de electricidade e 28% das suas compras de urânio.” Notar-se-á que, desde a Segunda Guerra Mundial de 1939-45, os capitais americanos afluíram ao Canadá para garantir o controlo da indústria do petróleo e do gás, da indústria mineira, do sector metalúrgico e de diferentes indústrias transformadoras. O pacto de 1965 fez, ainda, passar a parte canadiana da produção automóvel e de peças canado-americana de 7,1% para 12,6% em 1970, chegando a 19% em 1999. Em 1963, as exportações canadianas de automóveis para os Estados Unidos mal representam 813 mil dólares americanos; em 1967, cifram-se em 762 milhões, para treparem até 3.700 milhões em 1977.

O governo burguês canadiano, procurando uma autonomia relativa em relação ao imperialismo americano e empurrado pelo movimento de massas dos trabalhadores, criou, em 1975, a companhia Petro-Canada, empresa estatal, fazendo adoptar, em 1984, a “Lei em matéria de Medidas Extraterritoriais Estrangeiras”, que obriga as empresas implantadas no Canadá a acatarem as leis canadianas. Um acordo de comércio livre impulsionado pelos Estados Unidos entrará, todavia, em vigor em 1 de Janeiro de 1989. O acordo limita as possibilidades do Canadá em matéria de imposição de taxas à exportação para os Estados Unidos e introduz disposições que permitem às sociedades americanas processarem o Canadá caso

políticas públicas as privassem das vantagens do comércio livre.

O acordo facilita às empresas americanas apoderarem-se do controlo das sociedades canadianas, naquilo a que Ronald Reagan (na altura, o presidente americano) apelidou de “*Constituição Económica*” para os dois países. Empresas públicas serão privatizadas, caso da Petro-Canada em 1991, impondo, entretanto, o imperialismo americano ao Canadá negociações com vista a integrar o México naquilo que se viria a tornar o Acordo de Comércio Livre Norte-Americano (NAFTA), em 1994. O novo acordo acentua o papel atribuído ao sector privado e a liberalização das regras de origem, que são procedimentos aduaneiros que impõem pautas inferiores para os produtos “originários” dos países membros. Oficialmente, o comércio entre os dois países conhece um notável surto: os Estados Unidos recebem 80% das exportações canadianas em 1995 e 70% das importações canadianas vêm dos Estados Unidos.

O novo acordo Estados Unidos-Canadá-México (CEUMA-NAFTA 2.0) imposto por Donald Trump, em vigor desde 1 de Julho de 2020 veio reforçar ainda mais a posição do imperialismo americano. Mais especificamente, segundo o CEUMA, os carros e outros veículos devem ser compostos por 70% de peças americanas, canadianas ou mexicanas (aço “fundido” na América do Norte) contra 62,5% do pacto de 1965 para os Estados Unidos e o Canadá. Note-se que a introdução dos lacticínios provenientes dos Estados Unidos no Canadá teve como consequência os produtores canadianos perderem mais de 10% do mercado.

A guerra no exterior e no interior sob a égide de Washington

O Estado canadiano – constitucionalmente ligado ao imperialismo britânico (a função de chefe de Estado é assumida pela coroa britânica) e economicamente ao

capital financeiro dos Estados Unidos, ao qual todos os outros imperialismos se unem em todas as matérias fundamentais do modo de produção capitalista – está metido em todas as guerras comandadas pelo capital. O Canadá é membro da NATO, criada por iniciativa dos Estados Unidos (Tratado de Washington de 4 de Abril de 1949) com a adesão de outros dez países, designadamente o Reino Unido, a França, a Noruega, a Dinamarca, os Países Baixos e a Itália, sob o pretexto de enfrentar a “ameaça soviética”. Outros países aderirão à organização, entre os quais a Grécia e a Turquia em 1952, a Alemanha em 1955, a Espanha em 1982 e, quando a URSS se desmoronou, em 1991, a Polónia, a Hungria e a República Checa em 1999, a Roménia, a Estónia, a Lituânia, a Letónia e a Eslováquia em 2004. A NATO conta hoje trinta Estados, pretendendo actualmente alargar-se à Suécia e à Finlândia, que intervêm na guerra na Ucrânia em graus variáveis.

O Canadá, governado pelo partido conservador e pelo partido liberal, sempre travou guerras em todos os continentes, fora ou dentro da NATO, para assegurar a defesa da ordem do imperialismo. Por exemplo na Ásia, de 1950 a 1953, mandou 26 mil soldados participarem na guerra da Coreia. Em África, há as operações *Crocodile* no âmbito das tropas da ONU na República Democrática do Congo (Monuco, depois Monusco, pela “estabilização”!), *Fréquence*, na região do Sahel, *Naberius* no Níger e *Soprano* no Sudão do Sul. Por fim, no Médio Oriente, citem-se as operações *Atemis* no Mar da Arábia, *Calumet* na península do Sinai no Egipto, *Impact* no Iraque e na Síria, e *Proteus*, junto do *US Secutiry Coordinator (United States Security Coordinator for Israel and the Palestinian Authority)*, na Palestina.

O compromisso do Canadá nas guerras imperialistas no âmbito da NATO tem a seguinte atestação: “Com os seus aliados e parceiros, as Forças Armadas canadianas participam nos exercícios da NATO

para manter a interoperabilidade e apoiam as forças de alto nível de prontidão da NATO” (governo do Canadá, *Le Canada et l’OTAN*, 20 de Janeiro de 2015).

Quando dos atentados-suicidas islamistas de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque e Washington, a guerra iniciada pelos Estados Unidos contra o regime talibã, “terrorista”, acusado de albergar bases da organização al-Qaida, mobilizou as forças da NATO, nomeadamente canadianas. A Casa Branca invocou o artigo 5º do Tratado, que obriga os países membros a considerarem um ataque a um deles como um ataque a toda a aliança. Como se sabe, os mesmos Estados Unidos, sob a administração Biden, voltam a levar ao poder os mesmos islamistas talibãs no dia 30 de Agosto de 2021, ao retirarem as tropas da NATO do Afeganistão nos termos do acordo de Doha (Qatar) de 29 de Fevereiro de 2020, sob a égide de Donald Trump. Lembre-se, ainda, que as forças armadas canadianas intervieram em 2011 na guerra que desfez a Líbia, nos bombardeamentos aéreos da NATO.

O Canadá tem, igualmente, assegurado uma fortíssima presença militar na Europa; segundo o comité permanente da defesa nacional da Câmara dos Comuns, mais de 100 mil militares canadianos foram estacionados na Europa entre 1951 e 1993 (relatório de Junho de 2018). Além disso, depois do desmoronamento da URSS, a política de privatizações-pilhagem imposta pelo imperialismo deu cabo das nações da Europa Central e Oriental, com guerras em que participaram e continuam a participar as forças armadas canadianas. Entre 1992 e 2004, uns 40 mil militares canadianos foram mobilizados para a região dos Balcãs (operação *Kobold* no Kosovo) sob o estandarte da NATO-ONU.

Voltando à guerra na Ucrânia, convém lembrar alguns factos. Em Fevereiro de 2014, os oligarcas ligados a Moscovo foram expulsos do poder na Ucrânia por outros oligarcas na “revolução” dita do

Maidan ou Euromaidan, apoiados em milícias fascizantes e ligadas à NATO e à União Europeia. O novo poder de Kiev apelou para o aumento da presença da NATO ao longo das fronteiras da Europa de Leste com a Rússia e no Mar Negro, travando uma política de guerra contra a população ucraniana na região do Donbass, enquanto a Rússia invadiu e anexou a península da Crimeia. Nesta situação, o governo do Canadá irá utilizar uma rede de organizações dirigidas pelo Congresso Ucrânio-Canadiano (UCC) para apoiar as organizações políticas pró-ocidentais e abastecer batalhões voluntários de extrema-direita autoproclamados “nacional-socialistas”. Paralelamente, o governo canadiano montou uma iniciativa chamada operação *Reassurance* no âmbito da NATO e a operação *Unifier* em apoio às forças armadas da Ucrânia em colaboração com os Estados Unidos, o Reino Unido, a Dinamarca, a Suécia e países da Europa de Leste. O Canadá mantém relações privilegiadas com a Ucrânia e os seus oligarcas; desde 2017, dirige um agrupamento tático na Letónia no âmbito da presença dita avançada e reforçada da NATO na região, tendo hoje reforçado as suas capacidades militares terrestres, marítimas e aéreas na Europa Central e de Leste.

O imperialismo tem, assim, concentrado forças militares gigantescas na região. Já em 2006, os aliados da NATO fixaram a “regra dos 2%”, que implica que cada Estado dedique, pelo menos, 2% do seu PIB ao seu orçamento militar anual. Em 2014, o Canadá forneceu 6,09% dos orçamentos comuns da NATO para investimento e operações, fazendo dele o sexto financiador em importância entre os aliados. Neste momento, o novo orçamento dos Estados Unidos para 2022 é de uns 777,7 mil milhões de dólares; os Estados Unidos são, de longe, o principal fornecedor de tropas e principal contribuinte para o orçamento geral da aliança. Após múltiplas admoestações de Donald Trump, quando estava ainda na Casa Branca, no sentido do respeito da

regra dos 2% mínimos, o secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, acaba de lançar uma nova corrida aos armamentos, levando vários países a aumentarem o seu orçamento militar. O jornal do Partido Operário Independente Democrático (França) anuncia que “*pelo menos dez dos principais membros da NATO, designadamente os Estados Unidos, o Reino Unido e a França, mobilizaram mais tropas, navios e aviões de guerra para as fronteiras da Rússia e da Ucrânia. Stoltenberg declarou que “centenas de milhares de soldados” da Aliança estavam em estado de alerta. Entre elas, 40 mil encontram-se actualmente sob o comando directo da NATO, particularmente nos territórios da Estónia, da Letónia, da Lituânia e da Polónia. É também o caso da “força de reacção rápida” (FRR).*” (*La Tribune des travailleurs*, nº 332 de 23 de Março de 2022).

O Canadá irá enviar, por conta da NATO, novas armas ao governo ucraniano no valor de pelo menos 500 milhões de dólares, além de mil milhões “*em possibilidades de crédito*” (Justin Trudeau). Na mesma perspectiva, o governo federal entende acelerar os processos de negociação finais de compra de 88 aviões de caça *F-35* do construtor americano Lockheed Martin ou caças *Gripen* do construtor sueco Saab, que ficou em segundo lugar no concurso, num valor de 19 mil milhões de dólares. Segundo a Radio Canada (28 de Março de 2022), estamos a falar do investimento mais significativo da Aviação Real Canadiana dos últimos trinta anos. É claro que a guerra no exterior se combina inevitavelmente com a guerra social interna, atentando esta contra as conquistas, direitos sociais e garantias da classe operária e da juventude com vista a destruí-las. As massas trabalhadoras vivem uma deterioração brutal das suas condições de existência. Na sua conferência de imprensa de 13 de Abril de 2022, o governador do Banco do Canadá, Tiff Macklem, anunciou que “*o Banco espera agora que a inflação medida pelo*

● ANÁLISE

»»» *IPCC (índice dos preços ao consumidor, NdR), atinja quase 6% em média durante a primeira metade de 2022 e fique bem acima da faixa de controlo da inflação ao longo do ano”.*

Nas condições de guerra, a instituição enuncia claramente que os lucros vão aumentar fortemente. No seu relatório sobre política monetária, o Banco do Canadá, ao aumentar a sua taxa directora de 0,5% para 1% a pretexto de combater a inflação, afirmou que a economia canadiana entrou numa fase excedentária. O banco central prevê que o forte crescimento irá continuar, nomeadamente devido à guerra na Ucrânia, que fez aumentar o preço de vários produtos exportados pelo Canadá, como o petróleo, o trigo e o potássio (*La Presse*, 13 de Abril de 2022). O banco espera que a taxa de inflação ainda se mantenha elevada por muito tempo. Forte aumento, portanto, dos dois lados: lucros da minoria de patrões e banqueiros, por um lado, e, por outro, para a maioria, inflação, portanto crescimento do IPC, que incide, nomeadamente, nos produtos de consumo corrente, como a gasolina e os alimentos, ainda por cima com uma taxa de desemprego de 5,3% no mês de Março de 2022, segundo refere *Statistique Canada*.

Segundo este organismo, a inflação anual já atingiu 5,7% em Fevereiro e 6,7% no mês de Março, o maior aumento do IPCC desde Agosto de 1991! Os economistas oficiais informam-nos que a pandemia da Covid-19 teve um impacto desigual nas famílias, tendo os trabalhadores com salários mais baixos, particularmente mulheres e jovens, sido mais duramente afectados. Os mesmos que são igualmente os mais afectados pela inflação alta. Para ser exactos, o quadro da carestia, segundo *Statistique Canada* mostra que o preço da gasolina teve um aumento de 32,3%; o preço retalhista do leite aumentou 5,8%, o do queijo 3%. As despesas de habitação

subiram 6,6%, o maior aumento desde 1983! Os electrodomésticos tiveram aumentos de preços de 7,8% no caso dos frigoríficos, 15,6% das arcas frigoríficas, 9,4% dos fogões, 9,1% das máquinas de lavar roupa e louça e secadoras e 10,4% dos utensílios de cozinha. No mercado automóvel, o preço médio dos veículos usados aumentou 34,5% de Dezembro de 2020 a Dezembro de 2021 (*AutoHebdo*). Um estudo refere, por fim, que os salários reais, considerando a taxa de inflação, são, no Canadá, 1,1% mais altos do que antes da pandemia, concluindo o estudo que o poder de compra dos consumidores está “*corroído*”. E, segundo os especialistas, o pior ainda pode estar para vir! “*A inflação deverá voltar a acelerar-se dadas as novas pressões sobre os preços emanadas da guerra na Ucrânia e de possíveis novas vagas de Covid-19, que perturbem as cadeias de abastecimento*”, refere Royce Mendes, o chefe de estratégia macroeconómica da Desjardins (*La Presse*, 16 de Março de 2022).

Em tal contexto, o Canadá integra na sua política as sanções económicas contra a Rússia decretadas pelos Estados Unidos e pela União Europeia, sabendo toda a gente que elas comecem por prejudicar a classe trabalhadora e os povos, tanto na Rússia como à escala internacional. Quarto produtor mundial de petróleo, o Canadá comprometeu-se a fornecer petróleo e gás à União Europeia. O ministro canadiano dos recursos naturais, Wilkinson, declarou que a indústria canadiana vai aumentar progressivamente as suas exportações de petróleo e gás em cerca de 300 mil barris por dia durante o ano de 2022, para substituir o petróleo e gás russos (*Radio Canada*, 24 de Março de 2022).

As agressões contra a classe trabalhadora não param. É o que ressalta uma vez mais do orçamento para 2022-23, intitulado “Plano para fazer crescer a nossa economia e tornar a vida mais

acessível”, apresentado à Câmara dos Comuns. Com as barreiras postas à sua educação, os jovens vêm-se a braços com o grave problema do endividamento para os seus estudos superiores. Não menos espectaculares são as manifestações de destruição do sector da saúde. Por exemplo, pressionados pelos efeitos da Covid-19, muitos serviços estão paralisados e actividades desprogramadas por falta de infra-estruturas adequadas e de pessoal em número suficiente. Resultado: em alguns centros ou regiões, os cuidados a dispensar são decididos por sorteio, caso de Scarborough, na região de Toronto. Há pessoal obrigado a abandonar a profissão ou a pedir a reforma antecipada, etc. Ocorre isto na província de Québec, onde se observam demissões de enfermeiros da rede pública de saúde e penúria de médicos. Neste momento, 950 mil quebequenses não têm médico de família! Em contrapartida, o governo federal financia a guerra na Ucrânia e afecta centenas de milhares de milhões de dólares aos capitalistas e banqueiros a pretexto de “estabilizar” e “reconstruir” a economia face aos efeitos devastadores da CEUMA e da Covid-19.

Lutas de classe e combate pela independência de classe

As lutas de classe no Canadá desenrolam-se em todos os sectores da classe operária, como componente mundial da resistência aos assaltos da classe capitalista. No último período, têm-se desenvolvido mobilizações entre os estudantes, greves, muitas vezes acompanhadas de ocupações, tanto no sector público como no privado, na saúde, na educação, nos transportes, nos correios, etc., pelos salários, pelos contratos colectivos, pela defesa dos serviços públicos e direitos democráticos...

mobilizações estas que põem instintivamente em causa a simples existência do regime da propriedade privada dos meios de produção e dão muitas vezes vitórias parciais e/ou temporárias, vendo-se também, amiúde, confrontadas com os obstáculos criados pelas direcções ao nível sindical e político. Confirma-se, assim, a análise da situação e do papel de traição desempenhado pelas direcções tradicionais da classe operária na época do imperialismo. “(...) quando deixam de ser viáveis reformas sociais sistémicas e a elevação do nível de vida das massas; quando a burguesia vai buscar sempre com a mão direita em dobro o que deu com a mão esquerda (impostos, pautas aduaneiras, inflação, “deflação”, carestia, desemprego, regulamentação policial das greves, etc.); quando cada reivindicação séria do proletariado e até cada reivindicação progressista da pequena burguesia atiram inevitavelmente para além dos limites da propriedade capitalista e do Estado burguês” (Programa de Transição da IVª Internacional).

Na situação canadiana, estes elementos demonstram à saciedade, ponto por ponto, inclusive em matéria de direitos das populações autóctones, que o modo de produção capitalista falhou e de maneira irremediável. Lenin mostrava que a burguesia, na época do imperialismo, é “reação em toda a linha”, e Trotsky que as forças produtivas deixaram de crescer, que começaram inclusivamente a apodrecer. Ante as necessidades crescentes dos trabalhadores e dos jovens, os governos conservadores e liberais ao nível federal e provincial levam a cabo políticas ao serviço do lucro capitalista, com o apoio dos aparelhos. Assinale-se, ainda, que há governos provinciais dirigidos pelo Novo Partido Democrático, o NPD, actualmente o caso na Columbia Britânica. A declaração do CORQI de 24 de Março

de 2020, citada pelo *Manifesto de Alarme*, na sua 3ª conferência de 8, 9 e 10 de Novembro de 2020, vincava esta questão: “*Apesar das suas declarações tonitruantes e das suas promessas actuais, todos estes governos capitalistas são, pois, responsáveis e culpados pela barbárie que a pandemia revela. Nestas condições, não é vergonhoso ver como, em tantos países do mundo, os dirigentes das organizações políticas que falam em nome dos trabalhadores aderem à “unidade nacional” com os governos capitalistas? (...) Os trabalhadores têm o direito de exigir a todas as organizações que falam em seu nome que rompam de imediato com a “unidade nacional” que os seus dirigentes selaram com os governos capitalistas.*”

Assim, quando as reivindicações dos camionistas contra as medidas ligadas à Covid-19 (contra a vacinação obrigatória, pela manutenção dos salários...) se exprimiam através do movimento do “comboio da liberdade” no início deste ano de 2022, os dirigentes sindicais e os do NPD (partido operário burguês criado em 1961 pelo Partido Social-Democrata, ex-Fédération du Commonwealth Coopératif – FCC –, e pelo Congresso do Trabalho do Canadá, sindicato operário) deixaram o campo livre às organizações de extrema-direita e aos partidos separatistas do Oeste, que beneficiaram, aliás, do apoio de elementos da burguesia americana como Donald Trump e Elon Musk. Aqueles dirigentes levam a cabo uma política de união sagrada com o governo liberal e o partido conservador em torno da gestão da Covid-19 e do sector da saúde, cujo desenvolvimento caótico foi posto a nu pela pandemia, pela guerra na Ucrânia, pela CEUMA... O Partido Liberal, partido burguês, minoritário desde as eleições de 2019, está à cabeça do governo, devendo essa posição unicamente ao apoio de que beneficia

da parte do NPD: votação do discurso do trono em 2020, do orçamento 2021-22 e da moção de declaração de situação de crise relacionada com as medidas de urgência de Fevereiro de 2022 para reprimir o “comboio da liberdade”. E, a coroar tudo isso, o NPD acaba de concluir, em 22 de Março de 2022, um pacto com o Partido Liberal para lhe permitir governar até às eleições de 2025. Para Trudeau, feliz, “o que isso significa é que, nestes tempos incertos, o governo poderá funcionar com previsibilidade e estabilidade, apresentar e executar orçamentos e levar as coisas para a frente.” O acordo encontrou rapidamente a adesão do Congresso do Trabalho do Canadá (CTC) e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Québec (FTQ).

A guerra na Ucrânia é igualmente o terreno da união sagrada dos dirigentes sindicais com os exploradores e o governo. O sindicato UNIFOR, tentando ignorar o papel dos Estados Unidos, da NATO, da UE e do Canadá nesta guerra, junta-se a Trudeau, declarando Lana Payne, secretária-tesoureira nacional da UNIFOR (Toronto, CNW, 1 de Março de 2022), que “o povo ucraniano deu provas de uma força e de uma determinação incriveis face a esta invasão (...). A graça e a determinação do povo ucraniano têm sido uma inspiração para o mundo e nós temos que lhe responder. O mundo deve unir-se e dar provas de solidariedade e apoio”. Posição idêntica do lado da Central dos Sindicatos do Québec (CSQ), cujo conselho geral adoptou, no dia 23 de Março de 2022, uma recomendação de “apelo à solidariedade com o povo ucraniano”.

Sobre a mesma matéria, a plataforma neodemocrata determina que “zelaremos por que haja financiamento a apoiar a nossa defesa nacional e os nossos compromissos internacionais, renovando a prioridade dada às ini-

● ANÁLISE

>>> *ciativas multilaterais de manutenção da paz em todo o mundo.*” Jagmeet Singh, o chefe do NPD, explica que não aprova a regra dos 2% mínimos decretada pela NATO e que o Canadá devia continuar a reservar para a defesa 1,39% do seu orçamento (Pivot Québec, 26 de Março de 2022). Como em 1914, quando os partidos da social-democracia votaram os créditos da guerra, como em 1949, quando o antepassado do NPD, a FCC, apoiou a criação da NATO, o NPD mantém o rumo de defesa dos exploradores. Recordemos as declarações de M. J. Coldwell, o chefe da FCC, no dia 28 de Março de 1949: “Ao aderirmos a este satisfatório pacto regional de segurança, temos, pelo menos, ocasião de influenciar o curso dos acontecimentos e manter a nossa independência nacional. O isolamento impedir-nos-ia beneficiar da primeira vantagem e faria perigar a segunda” (LOP, Library Of Parliament, 30 de Abril de 2019).

O nosso programa, o programa da IVª Internacional, “baseia-se na experiência internacional da luta do proletariado e de todos os oprimidos do mundo pela emancipação”. E a declaração do CORQI de 28 de Fevereiro de 2022, da qual foi retirado o seguinte excerto, não deixa margem para ambiguidades: “*Combatendo pela reconstituição da IVª Internacional, o CORQI reivindica a política de Lenin sobre a*

questão nacional: “Atemo-nos firmemente ao que não sofre contestação: o direito da Ucrânia a constituir tal Estado. Respeitamos esse direito. Não apoiamos os privilégios do grão-russo sobre os ucranianos; educamos as massas no espírito do reconhecimento desse direito, no espírito do repúdio pelos privilégios de Estado seja de que nação for.” (“*Do Direito das Nações a Dispor de Si Mesmas*”, 1914). *O CORQI está ao lado dos trabalhadores e do povo ucraniano agredidos, ao lado dos milhares de trabalhadores e jovens que, na Rússia, desde o dia 24 de Fevereiro, têm saído à rua ao grito de “Não à Guerra!”, está ao lado das organizações de trabalhadores que, na Rússia e na Ucrânia, têm corajosamente condenado a intervenção russa. Por isso a IVª Internacional avança as palavras de ordem de “Retirada das tropas russas da Ucrânia!” e de “Respeito da soberania da Ucrânia!”, pois que esta não se tornará real nem sob a bota do exército russo nem com o actual governo ultra-reaccionário [da Ucrânia] e vendido ao imperialismo.*”

Os desenvolvimentos à escala mundial e em cada país verificam a actualidade do programa da IVª Internacional, para o qual “*sem revolução socialista, e sem revolução socialista no próximo período, toda a civilização humana fica ameaçada de ser arrastada na catástrofe. Tudo depende do proletariado e,*

portanto, em primeiro lugar, da sua vanguarda revolucionária. A crise da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária.” É para a catástrofe que o imperialismo tende, com, nomeadamente, a guerra imposta na Ucrânia por Putin e pela sua clique de oligarcas e a escalada belicista da NATO e da União Europeia em volta da administração americana de Biden.

Nos processos da luta de classes, a tendência é para os militantes e grupos se separarem dos aparelhos traidores e procurarem o caminho da ruptura pela independência da classe operária. Para o *Manifesto de Alarme*, “*Avançar pela reconstituição da IVª Internacional é inseparável de ajudar o processo em que correntes, militantes, grupos e organizações provenientes da experiência da classe trabalhadora em diferentes países e continentes se sentem levados a pôr o problema de construir partidos operários independentes.*”

É também nesta óptica que os militantes do CORQI no Canadá preparam, com outros militantes operários e operárias, a conferência internacional das mulheres trabalhadoras e a conferência mundial aberta contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, de Paris, em Outubro de 2022. ●

25 de Abril de 2022

China

O Lugar da China na Actual Situação Internacional

Por Alain FRANDOR



A marinha de guerra americana no Mar da China (cerca de 2020)

O reventamento da guerra na Ucrânia modificou brutalmente todas as relações internacionais. A nova situação internacional resultante do conflito militar que, como diz a declaração do CORQI, opõe o imperialismo americano e os seus aliados da NATO ao regime russo de Putin está, ainda assim, inscrita no quadro internacional pré-existente ao conflito: o beco sem saída do sistema de exploração capitalista à escala mundial⁽¹⁾.

ALTERARÁ ESTA vicissitude o lugar da China e do seu regime? Deixará a China de ser o alvo privilegiado de toda a política agressiva do imperialismo? Não faltam comentadores. Há quem ache que tudo se reduz a

um pacto entre os regimes russo e chinês na mira de formar um bloco sólido face às pretensões hegemónicas dos Estados Unidos. Para outros, a guerra na Ucrânia oferece à China o ensejo de restabelecer o seu papel de factor de ordem internacional, de facilitador das negociações entre a Rús-

sia e os Estados Unidos. Muitos pensam que a actual crise dá, pelo menos, uma trégua ao regime chinês, ao obrigar o imperialismo americano e os seus aliados a mudar de prioridades. Qual é a realidade?

Convém começar pelas linhas fundamentais do desenvolvimento da situação. O que está na raiz da situação actual é a profunda crise do sistema de exploração capitalista à escala mundial e o agravamento das suas tendências para a decomposição. A vontade de franquear totalmente e sem limites o mercado chinês – o que forçosamente ameaçaria um sistema alicerçado na propriedade do Estado – está na base das mul-

>>>

● ANÁLISE

>>>

tiformes tentativas de cerco à China, de reforço da pressão económica, diplomática e militar (que abrange a possibilidade de recurso à guerra aberta), derivando das mesmas causas, ou seja, do beco sem saída do sistema capitalista. É este o eixo de toda a política imperialista para a China.

Um dos comentadores americanos da situação internacional mais escutados, Fareed Zakaria, colaborador da revista *Foreign Affairs*, resume do seguinte modo a situação criada pela guerra na Ucrânia: “*Saímos do velho mundo em que a economia dominava a política. Agora, a prioridade passa para a política.*” Altura para recordar a formulação de Trotsky de que “*a política é economia concentrada*”. Por outras palavras, é precisamente a dominância da economia (a crise do imperialismo em decomposição) que impõe a “política” actual, a necessidade, pois, de trazer para o primeiro plano as relações de força (inclusive militares) para tentar manter o sistema de exploração capitalista à escala mundial – possam embora lesar-se momentaneamente interesses capitalistas particulares, como os das multinacionais que têm investido na China. Onde ficarem postas em causa no seu todo as regras que têm pautado as relações entre o imperialismo e a burocracia chinesa.

Pela mesma razão, e apesar do considerável investimento da administração Biden para conseguir levar a melhor na Ucrânia, as últimas semanas em nada se têm caracterizado por um abrandamento das medidas dirigidas contra a China. Como aliás realçava o semanário encartado de alguns dos círculos mais influentes do capital financeiro britânico, *The Economist*, um dos objectivos de guerra procurados na Ucrânia é fazer com que o imperialismo americano amanhã fique com as mãos livres para enfrentar o desafio que a China representa.

A resposta do poder chinês

Um dos reflexos da intensificação da pressão do imperialismo foi, nas semanas mais recentes, a exigência de renúncia do regime chinês a qualquer apoio ao de Putin. Como lhe respondeu a casta burocrática que ocupa totalmente o poder político na China? O que a guia é o instinto de preservação dos seus próprios interesses, do seu poder, portanto – não uma pretensa “aliança anti-imperialista” de alguma espécie, comum com a Rússia. Interessa, sim, fazer vingar o lugar da China e tentar manobrar diplomaticamente entre os dois protagonistas. A primeira manifestação disso foi o sentido do voto da China na ONU. O governo chinês não se opôs à resolução americana de condenação da Rússia; a sua representação na ONU contentou-se com a abstenção. Não obstante, o governo chinês opõe-se categoricamente a todas as medidas de sanção tomadas contra a Rússia, que também afectariam a economia chinesa.

Esta opção diplomática, que conjuga a afirmação da neutralidade no conflito na Ucrânia com a recusa – para já – de sujeitar completamente a China aos ditames do imperialismo, entra em contradição com os objectivos do imperialismo americano, só podendo acarretar um agravamento das relações deste com a China.

Em Dezembro de 2021, o Congresso americano, portanto a Câmara dos Representantes e o Senado, votou a “*National Defense Fiscal Authorization for 2022*”, que fixou as verbas do orçamento militar dos Estados Unidos.

Montam, no tal, a 768 mil milhões de dólares, o valor mais elevado da história.

A lei em matéria de defesa para o ano de 2022, adoptada tanto pelos representantes do Partido Republicano como pelos do Partido Democrático, compreende um plano de pormenor para rodear a China de uma rede de bases militares americanas. Em

conjugação com o potencial das forças militares de Estados parceiros regionais (por exemplo os do pacto QUAD, que junta os Estados Unidos, o Japão, a Austrália e a Índia), está-se desbravando o caminho para o estrangulamento da China.

Durante a discussão, o Congresso (com o aval dos representantes democratas e republicanos) aumentou os montantes autorizados em relação aos constantes da proposta inicial. Especialmente no caso das iniciativas dirigidas directamente contra a China. Assim, 7.100 milhões de dólares foram afectados à iniciativa de dissuasão no Pacífico – “*Pacific dissuasion initiative*” – programa lançado para “*reforçar as forças americanas e aliadas no Pacífico*”.

Entretanto, com a guerra na Ucrânia, o ritmo dos acontecimentos acelera-se.

No dia 14 de Maio, cimeira do G7 (reunião dos ministros dos negócios estrangeiros das sete grandes potências capitalistas). O comunicado final trata da “*situação estratégica actual*”, essencialmente ditando instruções ao resto do mundo. Um passo inteiro serve, baseado no apoio ao governo russo, para fazer avisos ao governo chinês em todos os domínios, nomeadamente quanto à liberdade de circulação no Mar da China: “*Salientamos que as reivindicações marítimas expansionistas da China no Mar da China Meridional não têm base jurídica. Apelamos à China para que não preste ajuda à Rússia na sua guerra de agressão contra a Ucrânia e não comprometa as sanções impostas à Rússia*”.

No dia 17 de Maio, véspera da partida de Biden para um giro asiático, um editorial do *Financial Times* martela que “*faça a Rússia o que fizer na Ucrânia, a ameaça chinesa continua a ser uma prioridade para Biden*”.

No dia 24 de Maio, os dirigentes do Quad (Estados Unidos, Japão, Índia, Austrália) reúnem-se em Tóquio. É o ensejo para Biden declarar que “*a China está*

a brincar com o fogo”, anunciando que os Estados Unidos estavam prontos a intervir directamente em caso de conflito da China com Taiwan.

Joe Biden e o primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, o primeiro-ministro indiano Narendra Modi, e o novo dirigente australiano Anthony Albanese estavam trabalhando para, no lapso de poucas horas, transformar o que fora até então uma aliança informal num bloco unido contra a China.

Biden realça a crescente importância do Quad, considerando que “em pouco tempo, mostrámos que ele não é uma simples moda passageira. Não estamos aqui para brincar.”.

Sai em seu apoio o primeiro-ministro japonês Fumio Kishida, declarando que “a invasão da Ucrânia pela Rússia abala os princípios fundamentais da ordem internacional, por isso os dirigentes americano, indiano, australiano e eu próprio concordámos que tentativas unilaterais de modificar o statu quo à força não serão toleradas, nunca e em parte alguma, mormente na região indopacífica”.

Tradução prática: o Quad lança uma nova iniciativa para reforçar a vigilância marítima das actividades chinesas na região, e os quatro dirigentes do Quad decidem, com o objectivo declarado de repelir a China, investir pelo menos 50 mil milhões de dólares, em cinco anos, em projectos de infra-estrutura na região Ásia-Pacífico.

Esta pressão intensificada do imperialismo provoca diferenciações dentro da própria burocracia. Diferenciações estas que tendem a manifestar-se – posto que de maneira abafada – tanto na imprensa oficial chinesa como nas declarações de representantes do poder.

Por exemplo um editorial do *Diário do Povo*, jornal oficial do Partido Comunista Chinês, publicado no dia 27 de Abril, denuncia a “diplomacia coerciva” de que os Estados Unidos se socorrem

“para alcançar o objectivo estratégico que determinaram: limitar a influência da China na região da Ásia-Pacífico e no mundo... Se alguns políticos americanos gostam muito de falar da ‘ordem internacional baseada em regras’, fazem-no só para se armarem em seus defensores. Ora, aquilo a que eles chamam ‘regras’ não passa, na verdade, das regras que ligam os membros do seu próprio clã uns aos outros para seu máximo proveito (...) O que eles estão tentando defender é a sua própria hegemonia, ignorando a evolução do mundo e a realidade das relações internacionais (...) Se país há que não hesita em fazer periclitar a ordem internacional e em espezinhar as suas regras, esse país são os Estados Unidos. Não foram eles que bombardearam a Iugoslávia, invadiram o Iraque e a Síria sem aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas? Surdos às preocupações de segurança da Rússia, serviram-se da NATO para exacerbar as tensões regionais. Depois de estalar o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, sem tomar em consideração dificuldades de recuperação da economia mundial nem o destino das populações, mais não fizeram do que agravar as sanções unilateralmente.”

Desconte-se, é claro, a retórica (que pode evoluir de um dia para o outro) à conta de manobras diplomáticas, que servem tanto no interior como para uso externo. Ainda assim, do texto transparece a vontade declarada de não ceder às ordens americanas.

Mas a música não é toda a mesma. Também se ouvia outra cantiga: a 14 de Março, uma nota redigida por Hu Wei, investigador em ciência política do centro de análise do actual primeiro-ministro, Li Keqiang⁽²⁾ concluía que “a China não se pode manter próxima de Putin, o melhor era cortar laços o mais depressa possível.”

A burocracia dirigente destabilizada

Seria imprudente tirar a con-

clusão de que estão constituídas correntes bem definidas dentro da burocracia, com posições diferentes sobre o que a China há-de fazer. Porém, o que é certo é que a agudização de todas as contradições existentes à escala internacional tende a destabilizar a burocracia dirigente, ampliando fissuras na própria cúpula do poder.

Os novos desenvolvimentos da situação mundial – e, por conseguinte, na própria China – são indissociáveis de aspectos já cristalizados no período anterior⁽³⁾, entre eles os problemas que se põem ao poder da burocracia na China.

Em recente relatório sobre a situação económica na Ásia – que tem numa análise da economia chinesa a sua peça principal – o Banco Mundial nota que “no próprio instante em que, na região Ásia-Pacífico, se começava a recuperar da tempestade da Covid, três novas nuvens ensombram o horizonte económico: o aperto financeiro nos Estados Unidos, o abrandamento estrutural na China e a guerra na Ucrânia”.

Não é possível entrar aqui em minudências da evolução económica na China. Não deixaremos, porém, de salientar que todos os comentadores e todas as análises dão conta de um abrandamento da produção na China, quando o desenvolvimento económico – o crescimento do PIB – era um factor essencial não apenas para manter a actividade económica à escala mundial, mas também uma condição indispensável para manter uma certa estabilidade social na China, a eficácia, em suma, do poder da burocracia para controlar a população trabalhadora da China.

Se bem que a fiabilidade das estatísticas oficiais chinesas tivesse sempre suscitado interrogações, elas não deixam de ser indicadores de tendência. O facto, portanto, de hoje se falar de um crescimento do PIB da ordem de 4,5% ao ano em vez dos 7 e 8% outrora anunciados equivale

● ANÁLISE

>>> a um recuo do emprego e, portanto, a um aumento do desemprego, uma incapacidade de integrar na produção uma fracção crescente de jovens, com tudo o que isso acarreta para a manutenção de uma certa estabilidade social.

Para citar apenas um exemplo, o responsável de um dos grandes fundos de investimento de Hong Kong, Weijin Shan, dá constância (no *Financial Times* de 28 de Abril) de que a “*economia chinesa nunca esteve em tão má forma nos últimos trinta anos*” e de que o “*descontentamento popular*” nunca foi tão elevado desde os anos noventa. A economia chinesa sofre o impacto directo dos desenvolvimentos da economia mundial, que incidem directamente na quebra das exportações. No entanto, esta realidade reflecte igualmente as consequências do conjunto de medidas tomadas pelo imperialismo americano contra a China.

Enfim, um dos factores do actual abrandamento é o resultado da epidemia de Covid-19 e da estratégia por que as autoridades chinesas optaram para lhe responder. A questão é complexa. É inegável, na verdade, que as medidas tomadas logo que a epidemia se declarou impediram que ela se desenvolvesse catastróficamente. Na denúncia que os governos imperialistas no seu todo fazem da estratégia dita de “Covid zero” esconde-se a von-

tade de justificar a imperícia desses mesmos governos. O recrudescimento da epidemia na China hoje está na origem de um confinamento total, que já dura há várias semanas em Xangai, havendo ameaças de confinamento semelhante em Pequim. Estas medidas, ao obstruírem o funcionamento da economia, provocam cada vez mais, de maneira geral, a cólera das populações sujeitas a um regime de isolamento e de controlo extremamente estrito, em condições de racionamento intoleráveis.

O que assim vem ao de cima, no contexto da pandemia e da forma de lidar com ela, tem profundamente que ver com a essência do poder da burocracia. Podendo o governo chinês estribar-se na manutenção da propriedade estatal dos meios de produção essenciais, isso davalhe meios mais eficazes do que os de que as potências imperialistas mais avançadas dispunham. Só que ele usou tais meios num contexto de rigor policial ainda mais acentuado, opondo-se directamente, neste aspecto – como em todos os outros – a qualquer tipo de expressão democrática dos trabalhadores. Mais, o terror que a burocracia nutre pela actividade independente das massas induziu-a a abafar o movimento espontâneo ocorrido no início da pandemia, quando os jovens tomaram a iniciativa, mo-

bilizando-se para levar auxílio aos trabalhadores migrantes, dar apoio ao pessoal hospitalar, prestar ajuda no abastecimento de isolados, etc. Coisa insuportável para o aparelho do PCC. É “*o carácter integralmente contra-revolucionário e anti-operário da burocracia chinesa*” identificado pela declaração do CORQI que ali se revela.

É assim em todos os domínios, mormente no da defesa da soberania e independência da China face ao imperialismo. Dizia-o o título do artigo publicado no n° 24 d’*A Internacional*, “*só a classe operária chinesa livremente organizada poderá defender a soberania da China e as conquistas da revolução.*”

Por isso, o combate dos trabalhadores em toda a China (incluindo Hong Kong), o seu combate para defender o seu direito à livre organização, o combate contra a repressão, pela defesa das liberdades, ocupa uma posição essencial na resistência ao imperialismo. ●

(1) Cf. *A Internacional*, n° 25, Fevereiro de 2022.

(2) Li Keqiang presidira, em 2012, à redacção de um relatório intitulado “A China em 2030”, em conjunto com o Banco Mundial.

(3) Veja-se o artigo de Alain Frandor em *A Internacional*, n° 24.

“A acção de auto-ajuda dos residentes, portadora de uma potente capacidade de organização”

Desde que a invasão da Ucrânia começou, mais de um milhar de estudantes de Hong Kong tornaram pública uma declaração assinada nominalmente: “*Opo-mo-nos não apenas à agressão militar comandada por Putin, mas também à NATO, que encaminhou a crise na Ucrânia; estamos solidários dos milhares de manifestantes antiguerra na Rússia e aspiramos a uma posição*

antiguerra internacionalista”.

Milhares e milhares de internautas chineses têm manifestado a sua opinião nas redes sociais, debatendo as razões desta guerra, mas também o desemprego, as condições de trabalho, práticas escandalosas dos patrões e a política dos burocratas. Isto, apesar da censura e da repressão, que eliminou os largos batalhões dos sindicatos oficiais do poder em Hong Kong e grande parte

dos centros de entreaajuda operária da China continental. Muitos são, não obstante, os exemplos que mostram o desenvolvimento de actividades de organização, nomeadamente entre a juventude. Por ocasião do processo de um militante maoísta, no início do ano, soube-se que o grupo a que ele pertencia, até então desconhecido, tinha conseguido publicar 1.100 artigos ditos “subversivos”, lidos por 30

mil amigos na plataforma WeChat, a principal rede social...

Sabe-se também que redes informais que juntam dezenas e, por vezes, centenas de jovens auto-organizados se encarregaram, no início da pandemia de Covid, de operações de solidariedade com os trabalhadores migrantes deixados ao abandono pelas autoridades oficiais e da ajuda ao sobrecarregado pessoal hospitalar. Tal repetiu-se em condições ainda mais difíceis recentemente, durante o confinamento em Xangai, com iniciativas viradas para ajudar concretamente os habitantes, tendo aparecido comités de bairro autónomos que corriam com os funcionários incompetentes.

Esta actividade multiforme apoia-se na vontade de resistência à opressão e à exploração dos trabalhadores, especialmente da juventude. Uma das características dos movimentos de protesto, manifestações e greves consiste no seu alastramento geográfico. Antigamente acantonados às três ou quatro grandes províncias costeiras do país, passaram agora a afectar uma vintena das trinta províncias, portanto a maioria das províncias que dominam a actividade económica.

É, por exemplo, o caso das greves dos estafetas no início do ano, embora o sector mais afectado tenha sido o das obras, as de construção civil, mas também ferroviárias, vários projectos municipais, empresas públicas, sendo a reivindicação mais habitual a de pagamento dos

salários em atraso.

O exemplo dos mais de 300 operários das obras que, em Janeiro, protestaram em Jengju, no Henan, simplesmente para receberem meses de salários vencidos, acusando publicamente os directores das administrações do Estado de serem incompetentes, revela outra característica que se está tornando frequente: a designação de delegados para, durante semanas, irem buscar os salários devidos.

Esta tendência para a auto-organização é uma característica um pouco mais geral da situação. É visível na população, face à pandemia e às medidas autoritárias do poder. Quando os comités de bairro são ultrapassados ou dizimados pela pandemia, são substituídos por grupos de voluntários em plataformas criadas fora dos gigantes privados e geridas autonomamente (necessidades em alimentos, medicamentos, fornecimentos, estatuto do bairro: grau e natureza das restrições). Assim, em Xangai, um comité de bairro (comité do Partido Comunista que enquadra os moradores de um ou mais imóveis) tentou organizar os moradores para eles gritarem a certa altura: *“Todos agradecidos à câmara municipal”*, só que o que, em vez disso, se ouviu pelas janelas foi *“bando de patifes e imbecis do comité de bairro!”*. Alguns comités, face à amplitude da ocorrência e à falta de meios, alimentos ou medicamentos, renunciavam às tarefas de que estão incumbidos.

“Noutros locais, os moradores tomaram conta da ocorrência, afastando o comité oficial e organizando-se sozinhos. Comprometeram-se a distribuir os recursos de maneira autónoma, pois os moradores não estavam satisfeitos com a distribuição feita pelo comité oficial. Correram com ele do bairro e organizaram sozinhos a distribuição”, lê-se num relato chegado à comissão internacional do movimento operário e democrático (que vem assegurando, há mais de trinta anos, um trabalho de solidariedade com os trabalhadores chineses). O grupo organizou a distribuição de bens comprados colectivamente e distribuiu autotestes Covid através da aplicação de mensagens nas redes sociais WeChat. O comité fornecia aos moradores os números de telefone de uma *“hot-line”*, informava da distinção entre edifícios *“fechados”* e edifícios simplesmente *“controlados”*, onde haviam sido identificados casos, e sobre os meios para conseguir medicamentos em caso de falhas de fornecimentos.

“Quando a acção de auto-assistência dos moradores se conjuga com o carácter aberto e partilhado da internet, ela torna-se portadora de uma potente capacidade de organização”, nas palavras de um dos organizadores.

Estes factos reflectem – posto que ainda limitadamente – a vontade do povo trabalhador de tomar conta da sua vida de forma independente do poder. ●

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assina!

Assino A Internacional - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

● CONTRIBUIÇÕES

Contribuições para a Discussão Internacional

O deflagrar da guerra de Putin na Ucrânia, que há meses vinha sendo preparado pelas provocações do imperialismo americano e da NATO, abriu uma situação nova.

Tanto nos países membros da NATO como na Rússia, as organizações saídas do movimento operário foram chamadas a enfileirar atrás dos seus governos fautores de guerra. A maioria dos dirigentes das grandes organizações tradicionais, mormente dos partidos sociais-democratas e dos partidos oriundos do estalinismo, alinharam com “o seu próprio governo”, apoiando o esforço de guerra. Numerosas organizações que se revêem no socialismo tiveram de escolher: ou na “união sagrada”, com a sua própria burguesia, ou, a contra-corrente, numa posição internacionalista, a única em consonância com os interesses dos trabalhadores.

Militantes da Rússia transmitiram-nos para publicação neste número d’*A Internacional* contribuições suas sobre a situação actual no seu país e a luta das suas organizações – ambas reivindicam o marxismo, uma delas, o trotskismo – contra a guerra, que a lei obriga a chamar “operação militar especial” sob pena de procedimento em justiça, multas e penas de prisão.

A Internacional publica igualmente, como contribuição para o debate, um documento que nos transmitiram os camaradas da *Lalit* (“A Luta”), organização operária revolucionária da República de Maurícia. A *Lalit* não é filiada no CORQI, reivindicando uma tradição política diferente da nossa, mas mantém relações fraternas com a nossa corrente há várias décadas, tendo-se os seus responsáveis recentemente associado ao apelo lançado pelo encontro internacional de urgência contra a guerra (3 de Abril), apelo que se pode consultar em várias línguas na página *internet* do Comité Operário Internacional contra a Guerra e a Exploração, pela Internacional Operária (<https://coi-iwc.org/>). Publicamos, pois, com muito gosto o ponto de vista destes camaradas na nossa revista.

Rússia: primeira contribuição

O desfile militar de 9 de Maio e o estado de espírito da população

A histeria ocidental e o discurso de Putin



Putin no desfile militar de 9 de Maio de 2022, praça Vermelha, Moscovo

O MINISTRO BRITÂNICO DA DEFESA, BEN WALLACE, deu que falar, ao sugerir que Putin ia anunciar a mobilização geral por ocasião do desfile militar anual do 9 de Maio, dia da vitória contra os nazis. Mas o que tal hipótese, sim, demonstra é a completa dissociação do alto funcionário britânico da realidade russa e a sua total incompreensão da situação na Rússia. Porquê? Neste artigo focaremos este aspecto.

A afirmação de Wallace foi seguidamente reproduzida por toda a comunicação social ocidental, começando a ter amplo destaque, no objectivo evidente de desviar a atenção dos cidadãos dos países europeus da crise interna de cada um dos países e focá-la na Ucrânia. Na realidade, o desfile da vitória de 9 de Maio de 2022 não teve nada de particularmente invulgar: foi um ritual da vida do regime bonapartista de Putin, como todos os anos. Ainda que o desfile deste ano tenha decorrido contra o pano de fundo da “operação militar especial”, não havia absolutamente nada a esperar dele. O único pormenor de interesse foi que, pela primeira vez desde 2010, estando previsto que o “avião do apocalipse” (o modelo Ilyushin 80) voasse durante o desfile, com o que

Putin queria assustar o Ocidente e mostrar a seriedade das suas intenções nucleares, a parte aérea do desfile acabou por não se fazer.

No desfile, Putin proferiu um discurso em que realçou a importância histórica da “operação especial”, lembrou os feitos das gerações anteriores, deplorou a “cultura de mudança” e teceu elogios ao exército. Como de costume. Ora, como “o diacho se esconde nos detalhes”, o elemento chave do discurso de Putin foi a frase: “*O perigo é maior a cada dia que passa. A Rússia respondeu de maneira preventiva a uma agressão. A decisão era necessária, oportuna e a única sensata. Uma decisão digna de um país soberano, forte e independente.*” Putin salientou o carácter defensivo da “operação especial” (uma mentira evidente), falando, do mesmo passo, da necessidade de evitar uma confrontação directa com os Estados Unidos e poupar-nos a uma terceira guerra mundial. Esta afirmação sugere que as suas declarações anteriores sobre a possível utilização de armas nucleares pela Rússia não passam de efabulações e *bluff*, do que tanto Putin como os países da NATO têm perfeita consciência. O *bluff* serve para alimentar a histeria chauvinista no Ocidente, para fazer de Putin o “mal universal” e mandar armamento às toneladas para a Ucrânia, enchendo de passagem os bolsos dos mercadores de canhões.

A verdade é que, com tanta histeria, o Ocidente não só não consegue atrair a simpatia dos que, na Rússia, se opõem à “operação especial”, como atira o movimento antiguerra para o descrédito. Descrédito para o qual ainda mais contribuem propagandistas ucranianos da estirpe de um Arestovich (conselheiro do presidente Zelensky – NdT).

O estado de espírito da sociedade russa

Se, no início da guerra, a sociedade se dividira em dois campos em confronto, partidários e

opositores da “operação especial”, a situação está agora a mudar. Por um lado, nem os *bloggers* pró-regime negam que o conflito prolongado e a confusão estão afastando do “patriotismo burro e duro” muitos dos que inicialmente apoiaram a “operação especial”. Por outro lado, a furibunda propaganda oficial ucraniana e a brutalidade dos soldados ucranianos com os presos russos desanimam os adversários da guerra na Ucrânia. Quase se pode dizer que a “operação especial”, ontem tema nº 1 da actualidade, passou para uma espécie de bastidores, começando os trabalhadores a voltar-se para os problemas internos. Mostra-o a sondagem do político nacionalista Uneman: entre os que se opõem irreduzivelmente à guerra estão, tal como no Ocidente, a massa da juventude, que não conheceu a guerra fria, se informa pela *internet* (principalmente nas redes sociais da oposição liberal) e representa, como dizia Trotsky, um barómetro da sociedade.

Tal estatística indica que decretar a “mobilização geral” hoje na Rússia estaria votado ao fracasso: os afectados poderiam, na melhor das hipóteses, desertar e, na pior, repetir a revolução de 1917. É uma verdade evidente, apesar de os capitalistas britânicos e o seu representante Wallace nem darem por ela.

Esclareça-se, ainda assim, que os jovens não poderão fazer grande coisa isolados, sem se ligarem aos trabalhadores – muitos dos quais apoiam a “operação especial”. Tanto mais que as concentrações antiguerra foram todas proibidas e muitos movimentos liberais desmantelados (mencione-se, designadamente, a prisão dos coordenadores do movimento *Vesná* – primavera –, que organizou vários protestos contra a “operação especial”).

Em tais condições, e tendo o Partido Comunista da Federação da Rússia (KPRF, de que falaremos mais adiante) adoptado uma posição social-chauvinista, com Ziuganov (o dirigente do KPRF,

NdT), seguindo o exemplo de Starmer (o dirigente do Partido Trabalhista britânico – NdT) a adoptar uma posição ainda mais “patriótica” que o governo, não vai ser para esse partido que os jovens se poderão virar. Os sindicatos, embora menos propensos ao chauvinismo, vão apoiando a acção das tropas russas e gozam de pouco crédito entre os jovens. Não admira, assim, que muitos jovens manifestem o seu ódio da guerra incendiando secções de recrutamento militar, fazendo pinchagens e dedicando-se a outras actividades ilegais. Acções isoladas que não só são inúteis, como são mesmo prejudiciais ao movimento operário: permitem apenas que as autoridades “apertem ainda mais o torniquete”. Não obstante, haver tais acções é já prova da efervescência de cólera na juventude.

O estado de espírito dos trabalhadores não é tão radical; e eles ainda não sofrem inteiramente o efeito das sanções ocidentais que estão estrangulando o país. Nota-se, entre os trabalhadores, um reatamento lento da luta económica. Na cidade de Novosibirsk, por exemplo, os motoristas de camiões do lixo entraram em greve, reclamando aumentos de salários e melhores condições de trabalho. Camaradas do Partido Operário Revolucionário participaram na greve. Na fábrica de locomotivas de Kolomna, os trabalhadores elegeram uma nova direcção sindical, escolhendo representantes de entre os seus camaradas. O sindicato trava agora uma luta activa contra o arbítrio patronal. A direcção da fábrica tenta intimidar os militantes com métodos policiais, mas sem resultado.

Há igualmente greves nos estaleiros da construção civil e entre os estafetas. O fenómeno continua, porém, a não alastrar, não havendo reivindicações políticas. Os sindicatos mantêm-se, na maior parte dos casos, em silêncio, mas, em certos locais, os trabalhadores substituem os dirigentes “amarelos” por novos representantes. Todavia, na maior parte

● CONTRIBUIÇÕES

>>> das fábricas, os trabalhadores pensam que não irão ser afectados pelos acontecimentos e que a vida continuará na mesma.

A posição social-chauvinista do KPRF

Como acima referido, o KPRF adoptou uma posição chauvinista. A outro nível, há indivíduos que se dizem marxistas sem o serem e que adoptaram uma posição pró-NATO, repetindo os absurdos dos reformistas ocidentais. Sabendo que há no KPRF muitos marxistas e elementos de esquerda, a direcção viu-se a braços com sérios problemas. Em Moscovo, uns 300 militantes, entre os quais vários deputados à Duma municipal de Moscovo, assinaram uma petição contra a guerra. Noutras regiões, como Surgut, comités inteiros do partido entregaram o cartão de filiados.

Em São Petersburgo, numa reunião com um dos membros do comité central do KPRF, Novikov, este declarou que *“se vocês estão contra a guerra, deviam era ir para o RRP”* (Partido Operário Revolucionário – NdT). O problema é que a maioria da organização de juventude do KPRF, o Komsomol, está contra a guerra, se bem que essa oposição não se exprima publicamente, por causa da censura e da repressão.

Dois deputados da Duma, um dos quais o deputado do KPRF Matveev, eleito pela região industrial de Samara (onde se situam as maiores fábricas do país), opuser-

am-se abertamente à “operação especial”. A sua oposição não se situa, no entanto, no terreno do marxismo, mas mais de uma espécie de “kautskismo”, reflectindo o medo da burocracia do KPRF – tal como o da casta dirigente da Rússia no seu todo.

A verdade é que Ziuganov se encontra numa situação muito pouco confortável. Por um lado, Putin não permitirá que o KPRF se torne num partido revolucionário ou sequer socialista e, se o KPRF viesse a adoptar uma posição antiguerra, proibi-lo-ia. Por outro lado, o próprio KPRF está em efervescência interna, há um descontentamento enorme com a direcção corrupta, que não só não se pronunciou contra a guerra, como nem sequer se manteve em silêncio, apoiando abertamente Putin. O KPRF tão-pouco avança a mínima palavra de ordem em matéria de reivindicações sociais, nenhuma reivindicação transitória, apenas a repetição do seu programa do ano passado. Em consequência, as sondagens indicam que a cota de popularidade do KPRF se reduziu praticamente a metade, passando de 20 para 11%.

As perspectivas dos marxistas

Na língua chinesa, a palavra “crise” é sinónimo de “oportunidade”. No caso do KPRF e da situação actual do país, vemos que, apesar da crise do bando de Ziuganov, há oportunidades para os marxistas trabalharem ao lado

do KPRF e dos seus militantes de base, abrindo ensejos para chegar aos trabalhadores avançados e aos jovens que estão em desacordo com as imbecilidade de Ziuganov.

Há perspectivas igualmente importantes de trabalho em direcção aos estudantes e à juventude de vanguarda, para quem o marxismo poderá vir a ser uma ferramenta de luta contra o capitalismo podre do putinismo. No estádio actual, não convém, contudo, nutrir expectativas de uma re-credescência forte do movimento operário no imediato. Os longos anos de passividade não serviram os trabalhadores, que terão agora que voltar a aprender como lutar eficazmente contra os capitalistas. Sendo certo, é claro, que as lutas na Europa e nos países da Comunidade de Estados Independentes lhes mostram o caminho e aceleram o processo (CEI: as antigas repúblicas da URSS, com excepção dos três Estados bálticos. A Geórgia e a Ucrânia saíram recentemente da CEI – NdT).

Mas o agravamento do estrangulamento da economia russa, o colapso das cadeias de produção, a crise geral do capitalismo vão inevitavelmente empurrar os trabalhadores para a luta, não só económica, mas também política. Por irónico que possa parecer, ao desferir a sua “operação especial”, Putin fez muito pelo derrube do sistema capitalista. Embora o seu regime não seja tão débil como Biden dá a entender, acabará inevitavelmente por ruir. ●

Artiom M.



Assembleia geral de greve dos trabalhadores do lixo de Novosibirsk, Maio de 2022

Rússia: segunda contribuição

Algumas reflexões sobre a situação desde 24 de Fevereiro

A “OPERAÇÃO MILITAR ESPECIAL” da Rússia na Ucrânia foi logo de princípio vista negativamente por muitos russos. Os primeiros dias ficaram marcados por um aumento brusco do sentimento antiguerra e antigoverno. Em muitas cidades da Rússia, massas de pessoas saíram à rua ou fizeram piquetes com uma palavra de ordem: “Não à guerra!”. Organizaram acções antiguerra e mobilizações nas redes sociais. No entanto, estas explosões de descontentamento popular têm tido até agora carácter espontâneo, pelo que as autoridades têm conseguido combatê-las.

Hoje estacionam pelas ruas principais de Moscovo muitos *avtozaki* (carrinhas especiais com

vidros gradeados para transporte das pessoas detidas pela polícia). A polícia está presente por todo o lado de modo a poder reagir rapidamente à mínima tentativa de arvorar um cartaz antiguerra ou organizar uma manifestação. Não é exagero dizer que a organização de uma manifestação pública no centro de Moscovo se tornou hoje praticamente impossível: os manifestantes são presos dois a três minutos depois de começarem a protestar.

Nos primeiros dias da “operação militar especial”, houve, na Rússia, um número enorme de manifestantes presos e colocados em detenção por tentarem manifestar a sua posição política. O simples facto de fazer uma concentração grande, seja ela qual for

(sem relação com a guerra – NdR) num mesmo local chega muitas vezes para despertar as suspeitas da polícia. Os agentes das forças da ordem aproximam-se dos grupos de pessoas concentradas e inquirem do objectivo da concentração, suspeitando estar-se a preparar uma manifestação. A polícia exige mesmo, nalguns casos, que as pessoas dispersem. Outro grande problema do movimento de protesto na Rússia é a ausência de consciência de classe clara. Muitos opõem-se à guerra como forma extrema de violência, mas sem terem consciência do carácter de classe da guerra nem de que esta guerra travada no território da Ucrânia o é no interesse do capital.

Há, mesmo assim, excepções,

>>>

● CONTRIBUIÇÕES

>>> para já isoladas: por exemplo, em São Petersburgo, no final de Abril, uma mulher fez um piquete na via pública durante várias horas, brandindo uma bandeira soviética e uma cartaz em que escreveu que Putin trouxe à Rússia fome, guerra e pobreza e que o sistema da propriedade privada conduz à barbárie. O cartaz contrapunha-lhe a obra de Lenin, “*fundador do primeiro Estado operário e camponês do mundo, garante do bem-estar das massas e do progresso social, da unidade, da segurança e de uma cultura desenvolvida*”. A propaganda oficial procura alimentar sentimentos patrióticos, apresentando a operação militar especial como acção de protecção da população russófona da Ucrânia e do Donbass e de desnazificação da Ucrânia. As autoridades gastam quantias gigantescas na organização de festivais, concertos e outros eventos públicos debaixo da palavra de ordem “*Pelo exército! Pelo presidente!*”, mas essa propaganda não tem conseguido os resultados esperados.

A população vê-se aflita com a inflação e a carestia dos produtos essenciais (alimentação e vestuário). Tem cada vez menos confiança nos altos funcionários e na comunicação social oficial. No contexto da crise económica, as condições de trabalho deterioraram-se: os trabalhadores vêm-se privados dos seus direitos sociais, os seus salários reduzidos, e muitos perdem o emprego oficial estável e sujeitam-se a trabalhos precários.

Um exemplo notório de trabalho precário é o trabalho mediado

pelas aplicações de serviço “em linha” (que atinge particularmente os empregos de estafeta e motorista de táxi). Legalmente, esta modalidade de trabalho não é abrangida pelo direito do trabalho, não obrigando, portanto, o empregador a respeitar as garantias para os assalariados estabelecidas no Código do Trabalho russo. Por outras palavras: o facto de trabalhar por intermédio destas aplicações *internet* dá aos empregadores possibilidades quase ilimitadas de explorar os trabalhadores. O empregador pode aplicar multas, retirar férias e reduzir o salário unilateralmente.

No final do mês de Abril, teve muito eco na comunicação social uma greve dos estafetas da plataforma *Delivery Club*, a principal companhia de entrega de alimentos e mercearia em linha da Rússia. A empresa é detida em comum pela VK (uma empresa russa de investimento em tecnologia) e pelo Sberbank (um conglomerado financeiro que é também o maior banco da Rússia). As receitas do *Delivery Club* elevaram-se a 16 mil e duzentos milhões de rublos (280 milhões de dólares americanos – NdT) no final de 2021. Entretanto, os estafetas recebem salários de miséria. Em Abril de 2022, o rendimento dos estafetas ainda diminuiu mais, o que redundou numa greve organizada pelo sindicato independente “*Kurier*” (“O Estafeta”).

Três dias depois de a greve começar, a polícia apareceu em casa do dirigente do sindicato *Kurier* Kiril Ukraintsev. Revistou-

lhe a casa, confiscou-lhe o telefone, o computador e panfletos sindicais. Hoje, Kiril está preso, colocado em detenção provisória e acusado de violação múltipla da lei por organizar concentrações na via pública (sujeita-se a cinco anos de prisão). Nós não temos, como é evidente, a mais pequena dúvida de que a verdadeira razão da detenção de Kiril é a sua actividade sindical. É evidente que, para os patrões, a prisão de Kiril é um meio para pôr termo à multiplicação de manifestações e tentar desmoralizar o movimento sindical.

Há actualmente um movimento de boicote do *Delivery Club* por iniciativa do sindicato dos estafetas. Consiste, para os estafetas, em recusarem-se a fazer entregas do *Delivery Club* e, para os clientes, em não fazerem encomendas de alimentação pelo *Delivery Club* e porem avaliações negativas no *Google Play* e no *App Store*, exigindo publicamente a reposição do anterior nível de remuneração dos estafetas e o abandono de todos os processos em justiça contra Kiril Ukraintsev. Suscitou ampla indignação que uma empresa se sirva do aparelho de Estado para fazer pressão sobre um sindicato e sindicalistas. Muita gente tem apoiado o boicote, de tal maneira, que o *Delivery Club* está já a sofrer perdas reputacionais e, provavelmente, financeiras.

A luta pela libertação de Kiril Ukraintsev continua. ●

**Contribuição da
União dos Marxistas.**

República de Maurícia

Enquanto a humanidade caminha cegamente para a guerra nuclear...

Pelo Partido Lalit

Ao propor à Finlândia, país neutro, fronteiro da Rússia, assim como à Suécia⁽¹⁾, país pretensamente neutro, um “tratado de defesa bilateral”, a Grã-Bretanha está, na prática, a pôr à disposição dos Estados Unidos um “crédito intercalar” militar até a NATO se instalar nos dois territórios respectivos. Esta é uma das realidades – o crescimento dos tratados bilaterais – que estão cada vez mais a fazer da guerra na Ucrânia algo que se assemelha ao período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, também chamada de guerra de 1914-18 ou, na altura, de Grande Guerra. Não que tivesse tido alguma coisa de grande. Foi, sim, um banho de sangue, cuja finalidade era despedaçar o império austro-húngaro e o império otomano e, depois, dividir o controlo sobre as “partes” destes que possuíam reservas de petróleo – nessa altura, pela primeira vez, muito procurado e, pensava-se, só achável naquela região.



Manifestação de Lalit contra a base militar de Diego Garcia (2010)

Hoje os Estados Unidos e a Rússia parecem determinados a lançar-se numa guerra total de maneira não menos aberrante do que os Estados de 1914 – ninguém conseguindo enxergar mais longe do que a ponta do seu nariz e do nariz das respectivas burguesias. A guerra vindoura é, como a Primeira Guerra Mundial, uma guerra capitalista clássica, pelo controlo das matérias-primas, das vias de comunicação, dos mercados e da influência política. É, ainda, uma maneira de relançar a produção capitalista através de concursos e contratos para os amigalhos das indústrias de armamento, essa indústria alimentada pelo Estado que pode, efectivamente, durante as crises, relançar uma produção capitalista em declínio.

A Rússia invadiu a Ucrânia. Já

antes, os Estados Unidos haviam imposto sanções à Rússia e cercado o país de mísseis, enquanto armavam o exército ucraniano até aos dentes. Hoje os Estados Unidos continuam a cercar a Rússia e a armar e treinar o exército ucraniano. Não são apenas os “aparelhos de Estado” da América e da Rússia que estão determinados a fazer guerra, é quase toda a intelligentsia de cada Estado, tentando arrastar as largas massas atrás dos seus respectivos governos, num fervor nacionalista bempensante. Glória à Ucrânia! Glória aos Estados Unidos! E glória à Rússia! Os Estados Unidos entalaram, ainda, a Europa na sua NATO, a aliança militar do capitalismo ocidental⁽²⁾. Felizmente, esta “guerra mundial” vindoura ainda não atrai, para já, o “mundo” inteiro. A maior parte das antigas colónias mantém-se, por enquanto, alheia a este combate. Apesar do desmesurado ex-

>>>

● CONTRIBUIÇÕES

➤>> ercício de relações públicas e das pressões escandalosas dos Estados Unidos e do Reino Unido, vê-se que a Índia, a China, a maior parte dos países de África, da Ásia e da América Latina não se envolveram nesta guerra. Ora, eles representam mais de metade da população mundial, para já não metida nesta nova “guerra mundial” em preparação. As populações do chamado terceiro mundo estão, de modo geral, demasiado habituadas a levar com as guerras de agressão dos Estados Unidos para ainda aguentarem a dupla linguagem e hipocrisia dos mesmos Estados Unidos quando atacam a Rússia e defendem a Ucrânia. Vendo nós o aliado dos Estados Unidos, Israel, assassinar em directo na televisão a maravilhosa jornalista palestina Shireen Abu Alekh e atacar a seguir o seu ataúde, no contexto de uma invasão e ocupação israelita que dura há cinquenta e cinco anos, financiada pelos bancos e pela propaganda dos Estados Unidos, a propaganda estilo Biden contra a Rússia por causa da invasão da Ucrânia parece-se mais às piadas de um comediante de muito mau gosto.

Não somos, nós, Lalit, os únicos a fazer a comparação com a Primeira Guerra Mundial perante o avanço iminente de uma nova guerra.

Basta escutar a resposta do grande analista Noam Chomsky, em entrevista publicada no *Truthout* há uns dias (11 de Maio), a uma pergunta sem relação aparente. Perguntaram-lhe porque continuavam os dirigentes do mundo inteiro a usar cada vez mais combustíveis fósseis, quando a crise climática está iminente. Ele chamou a nossa atenção para outra coisa, para explicar que tal reflexão de curto prazo não é novidade: *“Porque partiram os dirigentes políticos para a guerra, em 1914, absolutamente certos de que estavam no seu direito? Porque alinharam os intelectuais mais eminentes de cada país em guerra no apoio ao seu próprio Estado, com entusiasmo apaixonado – excepção feita a um punhado*

de dissidentes, os mais eminentes dos quais foram presos (Bertrand Russell, Eugene Debs, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht)?” Foram, de facto, presos os quatro, e os dois últimos foram, ainda por cima, assassinados⁽³⁾.

A questão que hoje se põe, para usar as palavras de Chomsky, é a seguinte: “Porque partem os dirigentes políticos para a guerra em 2022, absolutamente certos de estarem no seu direito? Porque alinham os intelectuais mais eminentes de cada país em guerra no apoio ao seu próprio Estado, com entusiasmo apaixonado?” E porque atraem eles as largas massas?

As massas russas são favoráveis à *“operação especial”* do seu governo na Ucrânia. Para sermos mais exactos, 71% são a favor, segundo uma sondagem recente. Aham que a Rússia está travando uma guerra defensiva, contra uma NATO agressiva, dirigida pelos Estados Unidos, que foi acumulando mísseis a toda a volta das fronteiras russas ao longo de vinte anos sem nenhuma consideração pelas objecções emitidas pelo Estado russo nem pelas *“linhas vermelhas”*. As pessoas acham, em particular, que a Rússia está travando uma guerra por procuração na Ucrânia, contra os Estados Unidos e contra as brigadas nazis. Estas brigadas foram treinadas pelos Estados Unidos e são responsáveis por uma guerra civil sangrenta contra a minoria russófona do Leste da Ucrânia, que se recusou a aceitar a legitimidade do golpe de Estado militar sangrento negociado pelos Estados Unidos na Ucrânia em 2014 contra o presidente então eleito e preferiu o epíteto de *“regiões separatistas”* (os elementos nazis foram, entretanto, incorporados no comando militar geral de Zelensky). É esta a visão do mundo que os meios de comunicação russos, controlados pelo presidente Putin, servem aos *“consumidores”* russos, assim moldando a opinião pública na Rússia.

As massas americanas estão

ainda mais convencidas pelos seus próprios dirigentes. 83%, segundo sondagem recente da Universidade de Maryland, apoiam o fornecimento de armas à Ucrânia no valor de 4 mil milhões de dólares, derramando óleo no fogo da guerra. Hoje mesmo, o Senado americano mexe-se para ratificar mais uma doação de armas ao governo ucraniano, já aprovada pela Câmara de Representantes, num montante de 20 mil milhões de dólares! Para dar uma ideia da enormidade desta quantia, ela é superior à subvenção atribuída pelos Estados Unidos ao seu aliado preferido, Israel, a título da invasão militar e agressão na Palestina (3.300 milhões de dólares) e muito mais do que os Estados Unidos gastam em apoiar o seu segundo favorito, o ditador egípcio Abdel Fattah al-Sissi, que modificou a Constituição de maneira a poder manter-se no poder até 2030 (recebe 1.300 milhões de dólares). Tal é a política actual dos Estados Unidos. Seja como for, apoiada pelo povo americano. Lembre-se que este apoio reveste apenas a forma de armamento, não a própria vida. Os americanos armam os ucranianos como os imperialistas romanos armavam os seus gladiadores para o combate. Ainda assim, os americanos acreditam na propaganda. Acreditam que a Rússia, sem ser provocada, invadiu o seu pequeno vizinho, o Estado soberano da Ucrânia sob o efeito de alguma loucura ou paranóia que se terá apoderado do seu presidente Vladimir Putin. Aham que o povo russo está sofrendo uma lavagem ao cérebro por parte dos meios de comunicação controlados pelo Estado russo. No entanto, uma vez mais, os meios de comunicação americanos têm uma função do mesmo género da dos meios de comunicação controlados pelo Estado russo. Moldam a opinião pública a favor dos interesses do Estado-nação. Os meios de comunicação americanos são, nesta tarefa, mais eficazes do que os meios de comunicação russos.

Por exemplo, toda a equipa da CNN deixou Atlanta, na Geórgia,

para se instalar em Kiev, na Ucrânia. A CNN faz propaganda pró-Ucrânia internamente 24 sobre 24h, chegando a difundir vídeos de batalhões nazis e entrevistas de alguns combatentes notórios da extrema-direita. Os jornalistas da CNN, que estão aboletados no hotel de luxo InterContinental para cobrir a guerra, estão integrados no exército ucraniano. Debitam palavra a palavra a versão ucraniana dos acontecimentos. Entre os presentes na Ucrânia durante a guerra contam-se equipas inteiras de jornalistas conhecidos como Sam Kiley, Nick Paton Walsh, Hala Gorani, Ben Wedeman, Christiane Amanpour, Erin Burnett, Jake Tapper, Don Lemon, Jim Sciutto, Brianna Keilar, John Berman, Anderson Cooper, Kate Bolduan, Ana Cabrera, Clarissa Ward, Frederik Pleitgen, Nic Robertson e Matthew Chance. Todos eles apoiam sem reservas o presidente americano Joe Biden. Joe Biden, quando era vice-presidente do presidente Obama, tinha a seu cargo a Ucrânia. Convém reparar que isto foi na altura do golpe de Estado apadrinhado pelos Estados Unidos na Ucrânia. O golpe de Estado foi, por sua vez, a causa da sangrenta guerra civil de 2014, em que foram mortas 14 mil pessoas: guerra civil que antecedeu a guerra total que actualmente campeia.

Os intelectuais, na Rússia e nos Estados Unidos, “alinham no apoio ao seu próprio Estado, com entusiasmo apaixonado”. Exactamente como alinharam os intelectuais de 1914, feitas as excepções mencionadas pelo professor Chomsky.

Há, no entanto, uma diferença. Que nos traz de volta ao carácter

existencial da crise climática mencionada no início da entrevista de Chomsky. Desta vez, a Rússia e os Estados Unidos dispõem, ambos, da arma atómica. Cada uma das potências possui o suficiente para aniquilar cem vezes o mundo e todas as civilizações de um só golpe. Dizer que os Estados Unidos não são uma potência beligerante não passa de poeira para os olhos. Estão envolvidos num combate mortal.

E então dirigentes como Biden e Putin, Boris Johnson e Jens Stoltenberg brincam à guerra, fazem alianças de guerra e despejam armamento que qualificam de “letal” para fazer massacres de massa? Não somos capazes de pará-los? Quantos ucranianos perderão a vida até esta loucura acabar? Ou estarão mas é os Estados Unidos a lutar “até ao último ucraniano”?

Ergamo-nos todos, como Bertrand Russell, Eugene Debs, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht contra esta guerra terrível. À Rússia digamos todos que retire as suas tropas, já! À NATO, que anuncie a sua dissolução, já! Que se encerrem todas as bases militares estrangeiras! Nós batemo-nos pelo encerramento da base americana de Diego Garcia. Convertam-nas em observatórios da mudança climática e estações de pesquisa de energias limpas! Ponham termo à produção e à venda de armas! Convertam-nas em institutos de investigação em energias renováveis e produção alimentar para todos, habitação, cuidados de saúde e saúde pública, educação, desporto, artes e cultura para todos! ●

Lalit (A Luta)
República de Maurícia

(1) O Estado sueco foi acusado de conluio com os nazis durante a Segunda Guerra Mundial. Como na Ucrânia Ocidental, os nazis locais da Suécia operaram em conivência aberta com o Estado nazi alemão, e, desde essa altura, tem persistido e tem-se mantido em ambos os países uma forte organização nazi.

(2) Os Estados da União Europeia, como a Alemanha e a França, seguem os Estados Unidos de maneira parecida com a das mulheres vítimas de violência conjugal, martirizadas e humilhadas, mas incapazes de conceber a ideia de abandonar a “protecção” do marido violento, ao passo que a Grã-Bretanha de Boris Johnson pula por toda a parte como puta desavergonhada dos Estados Unidos, fornecendo “informações” do género das “provas” que forneceu sobre a pretensa posse de “armas de destruição massiva” pelo Iraque, que abriram caminho às insuportáveis sanções de Bush e à invasão que matou um milhão de pessoas. Está neste momento em constituição uma ampla aliança: as [antigas] “colónias de povoamento” – onde cabem os Estados Unidos, a Austrália, o Canadá, a Nova Zelândia e, sem dúvida, Israel – e as velhas potências coloniais enfraquecidas – Grã-Bretanha, França, Alemanha, Dinamarca, Itália e seus aliados europeus. Sem esquecer o Japão, outra “esposa espancada” dos Estados Unidos, eternamente humilhada e incapaz de se ir embora.

(3) Poderíamos, diga-se de passagem, e já que estamos a falar do assunto, recordar que só três anos completos e 20 milhões de mortos mais tarde é que o fim desta loucura começou. O fim começou com a sublevação da classe operária e do campesinato durante a revolução russa; menos de três meses depois da vitória da revolução de Outubro de 1917, Lenin e Trotsky, que, juntos, dirigiram esta grande revolução, negociaram o armistício de Dezembro de 1917.

● HISTÓRIA

A Conferência de Zimmerwald (Setembro de 1915)

Por Jérémie AVRIL

Apresentação

AGOSTO DE 1914: a guerra eclode. Para os marxistas, o seu carácter imperialista não sofre nenhuma dúvida. Em artigo publicado no dia 1 de Novembro de 1914 (mas redigido antes de 28 de Setembro), Lenin qualifica-a:

“Deflagrou a guerra europeia, preparada há décadas pelos governos e partidos burgueses de todos os países. O crescimento dos armamentos, a exacerbação da luta pelos mercados no estádio actual, imperialista, do desenvolvimento do capitalismo nos países avançados, os interesses dinásticos das monarquias mais atrasadas da Europa Oriental tinham inevitavelmente que desaguar nesta guerra, e assim foi. Apoderar-se de territórios e subjugar nações estrangeiras, arruinar a nação concorrente, pilhar as suas riquezas, desviar a atenção das massas laboriosas das crises políticas internas da Rússia, da Alemanha, da Inglaterra e dos outros países, dividir os operários e enganá-los com a mentira nacionalista, dizimar a sua vanguarda para enfraquecer o movimento revolucionário do proletariado: tal é o único conteúdo real, tal é o verdadeiro significado da guerra actual.” (Lenin, “A Guerra e a Social-Democracia Russa”, publicado no nº 33 do *Social-Democrata*, 1 de Novembro de 1914).

Para Lenin, a linha de conduta a adoptar pelos socialistas deriva da compreensão e afirmação do carácter imperialista da guerra: nenhuma concessão ao chauvinismo e ao patriotismo da burguesia nos países beligerantes.

Ora, logo no dia 29 de Julho, o chefe do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) – na altura o partido operário mais poderoso



O *Berner Tagwacht*, órgão oficial do Partido Social-Democrata da Suíça, de 18 de Setembro de 1915, publica o Manifesto da Conferência de Zimmerwald

do mundo – garante ao chanceler alemão que nenhuma greve nem nenhuma sabotagem começaria contra a guerra, colocando o SPD numa posição de apoio passivo à guerra. E, a 4 de Agosto, dá-se um salto qualitativo: os deputados do Partido Socialista-SFIO em França e do SPD na Alemanha votam a favor dos orçamentos de guerra nos respectivos parlamentos. Esta traição à classe operária precipita as nações da Europa e os povos subjugados das colónias no sangrento massacre da guerra mundial. Enganados e arrastados pelo chauvinismo dos dirigentes operários que haviam aderido à “união sagrada” com a sua própria burguesia, os trabalhadores, que ainda na véspera se manifestavam massivamente contra a guerra, são para lá mandados. Vinte milhões não regressarão com vida, outros tantos ficarão com sequelas para toda a vida. No mesmo dia 4 de Agosto de 1914, o presidente da Internacional Operária (a segunda

internacional), Vandervelde, entra como ministro de Estado no governo real da Bélgica. No dia 27 de Agosto, os dirigentes da SFIO Jules Guesde e Marcel Sembat entram no governo francês.

Entre o punhado de militantes socialistas que rejeitam a guerra e a “união sagrada”, há vários que chegam à conclusão de que a Segunda Internacional acabou de passar para o campo da burguesia. Logo no dia 4 de Agosto, à noite, Rosa Luxemburgo reúne uma mão cheia de camaradas, que, registando a “traição”, constituem o grupo *Die Internationale*, que se transformará depois no *Spartakusbund*, a Liga Espartaquista. Junta-se-lhes pouco depois Karl Liebknecht, que, tendo votado a favor do orçamento de guerra em Agosto, rompe a disciplina do grupo parlamentar e vota contra o orçamento de guerra em Dezembro. Para Lenin, o nascimento do espartaquismo fica a assinalar a criação *de facto* de

uma terceira internacional, bem antes da sua proclamação.

Na torrente da guerra e da desorientação provocada pela traição dos chefes da Internacional, uma minoria de militantes mantém-se fiel ao internacionalismo proletário. Na Duma, os bolcheviques recusam-se, no dia 8 de Agosto, a votar a favor do orçamento de guerra. A 2 de Dezembro, dia em que Karl Liebknecht vota contra o orçamento de guerra no *Reichstag*, Pierre Monatte, em França, demite-se do comité confederal da CGT em reacção à sujeição do seu secretário, Léon Jouhaux, à “união sagrada”. Na Internacional, os militantes que se opõem à guerra tentam agrupar-se.

As tentativas de agrupamento e junção de militantes socialistas opostos à guerra encontraram uma primeira materialização na conferência de Zimmerwald, que se reúne de 5 a 8 de Setembro de 1915 na aldeia desse nome do cantão de Berna (Suíça). A conferência junta 38 militantes: “Os delegados apertaram-se em quatro carros e escalaram a montanha”, recorda Trotsky na sua *Minha Vida*. Vêm de onze países, incluindo os principais países beligerantes (Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Império Russo), e países neutros, como a Suíça, os Países Baixos, a Suécia, a Noruega, a Bulgária e a Roménia.

O que estes militantes têm em comum é o apego ao internacionalismo operário, a rejeição do chauvinismo e do militarismo. No entanto, representam tendências muito heterogêneas em questões políticas de peso, como a caracterização da natureza da guerra, a avaliação da traição dos dirigentes sociais-democratas e as tarefas que daí decorrem.

A conferência reúne uma maioria “centrista”, apegada ao internacionalismo, mas que se

limita a condenar o chauvinismo e denunciar a guerra. À volta de Lenin junta-se uma minoria de esquerda, que sustenta que a traição dos dirigentes da IIª Internacional selara o destino desta e que o carácter imperialista da guerra punha na ordem do dia a sua transformação em guerra civil do proletariado contra a burguesia.

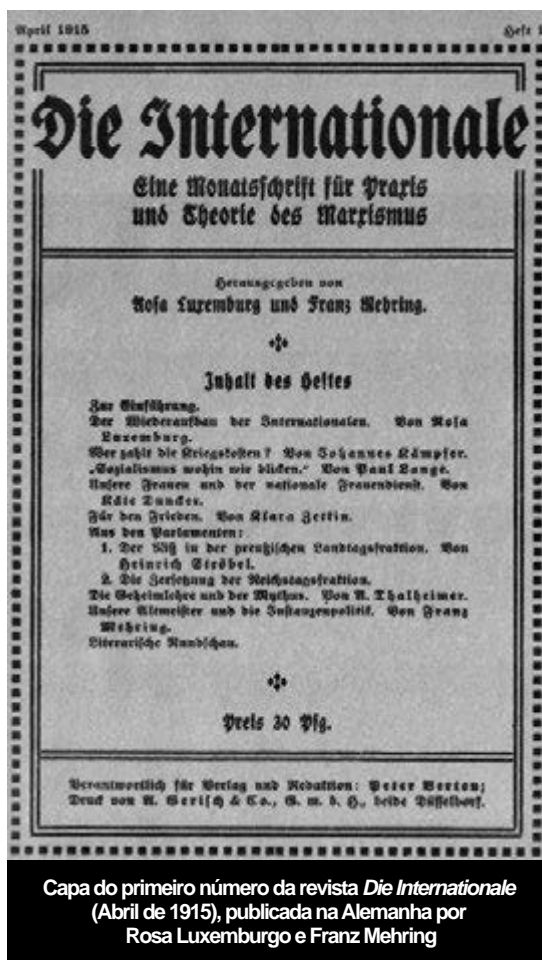
As divergências exprimem-se. Uma *Declaração Franco-Alemã* antecede o manifesto que Leão Trotsky redige com o objectivo de conseguir o consenso da heterogênea conferência. Lenin hesita em assinar. O manifesto evoca a “luta pela paz”, mas não a transformação da guerra imperialista em guerra civil. Ainda por cima, o Manifesto condiciona tal “luta pela paz” à condenação de “qualquer ideia de violação dos direitos e liberdades dos povos” em vez de a ligar ao derrube do regime capitalista. Embora se faça

menção da luta pelo socialismo, o laço orgânico entre luta contra a guerra e luta pelo derrube das classes exploradoras não figura no Manifesto.

O cerne do desacordo de Lenin com o Manifesto é a questão do balanço da Segunda Internacional. Se bem que a responsabilidade dos dirigentes da social-democracia seja sublinhada no texto – “aceitaram, perante a classe operária, partilhar com as classes dirigentes as responsabilidades actuais e futuras por esta guerra e pelos seus objectivos e métodos” – nenhuma conclusão se tira dessa traição quanto ao devir da Internacional. Ora, Lenin já há vários meses caracterizara a morte da Internacional fundada em 1889. Em Maio-Junho de 1915, escreve na *Falência da IIª Internacional*: “A guerra europeia de 1914-15 começou, também ela, a ter uma utilidade indubitável para a humanidade, pois mostrou à classe [operária] avançada dos países civilizados que, nos seus partidos, havia um horrendo abcesso purulento prestes a rebentar, exalando um insuportável fedor a cadáver saído não se sabe bem donde.”

Para Lenin e a “esquerda de Zimmerwald”, não basta denunciar a traição dos dirigentes. É preciso tirar dela a única conclusão possível: a necessidade de uma nova Internacional Operária revolucionária, uma Terceira Internacional.

O desacordo ficou expresso na “declaração da esquerda de Zimmerwald”. Esta faz do oportunismo dos dirigentes da Internacional a causa “principal” do seu colapso. Ora, recusando levar até às últimas consequências a denúncia do oportunismo, o Manifesto de Zimmerwald (e a maioria “centrista” de que emana) não é capaz de “especificar claramente os meios de oposição à guerra”, de definir, portanto, as tarefas do



Capa do primeiro número da revista *Die Internationale* (Abril de 1915), publicada na Alemanha por Rosa Luxemburgo e Franz Mehring

● HISTÓRIA

>>> proletariado e da sua vanguarda. Uma vez esclarecidos e tornados públicos na declaração os desacordos, Lenin e a “esquerda de Zimmerwald” acabam, todavia, por decidir assinar o Manifesto, em que, apesar de todas as insuficiências, reconhecem um “*apelo à luta*”. Ao assiná-lo sem esconder os seus desacordos, Lenin e os seus partidários mostram a sua vontade de “*marchar lado a lado com os outros grupos da Internacional*”, recusando a “união sagrada”.

O método de Lenin é claro: afirmar claramente os seus princípios e agrupar à sua volta (a caracterização da natureza imperialista da guerra, “o inimigo principal é o nosso próprio governo”, a caracterização da traição dos dirigentes da Internacional e, portanto, da sua falência e a necessidade de uma nova internacional e de transformar a guerra imperialista em guerra civil). Não aceitando, do mesmo passo, isolar-se de outros sectores e correntes operários que, embora recusando a guerra e a “união sagrada”, não levam, contudo, a posição às últimas consequências ou ficam-se mesmo pelo “pacifismo”. Estava assim Lenin, como escreverá Trotsky alguns anos mais tarde, “*a assentar, nesta aldeia da montanha suíça, as primeiras pedras da Internacional revolucionária.*” (*Minha Vida*). Esta será proclamada em Moscovo no dia 2 de Março de 1919, depois da vitória da revolução proletária.

Os leitores d’*A Internacional* lerão neste número documentos relativos a essa etapa fundamental da construção da Internacional Comunista representada pela conferência de Zimmerwald. Para começar, o Manifesto adoptado, cujo projecto foi redigido por Trotsky. Depois, mais três matérias da “esquerda” de Zimmerwald: a declaração, o projecto de Manifesto e um projecto de resolução. Ler-se-á, por fim, a carta de Karl Liebknecht – então preso – à conferência. E, para acabar, as memórias de Trotsky, relatadas na *Minha Vida*.

Para os militantes do CORQI, que lutam pela reconstituição da IVª Internacional, a conferência de Zimmerwald – e o método de Lenin nela – mantêm-se como parte do acervo do movimento operário revolucionário, com perfeita actualidade para a luta contra a guerra na era imperialista. ●

Documento n° 1

Manifesto de Zimmerwald

Proletários da Europa!

A guerra já dura há mais de um ano! Milhões de cadáveres juncam os campos de batalha. Milhões de homens ficarão mutilados para o resto dos seus dias. *A Europa tornou-se num gigantesco matadouro de homens.* Toda a civilização criada pelo trabalho de várias gerações, condenada à aniquilação. A mais selvagem barbárie triunfa hoje de tudo aquilo que fez outrora o orgulho da humanidade.

Sejam quem forem os responsáveis imediatos da conflagração, uma coisa é certa: a guerra que provocou todo este caos é fruto do imperialismo. Nasceu da vontade das classes capitalistas de cada nação de viver da exploração do trabalho humano e das riquezas naturais do universo. De tal sorte que as nações economicamente atrasadas ou politicamente débeis caem sob o jugo das grandes potências, que procuram, com a guerra, refazer pelo ferro e pelo sangue o mapa do mundo segundo os interesses respectivos.

Assim, povos e países inteiros, como a Bélgica, a Polónia, os Estados balcânicos, a Arménia, correm o risco de serem anexados, no todo ou em parte, pelo simples jogo das compensações.

Os móveis da guerra aparecem em toda a sua nudez à medida que os acontecimentos se desenvolvem. Aos poucos cai o véu que tem escondido à consciência dos povos o significado desta catástrofe mundial.

Os capitalistas de todos os países, que cunham com o sangue dos povos a moeda encarnada dos lucros de guerra, afirmam que a guerra servirá para defender a pátria, a democracia, a libertação dos povos oprimidos. Mentem. *A verdade é que, pelo contrário, estão a sepultar debaixo dos lares destruídos a liberdade dos seus próprios povos, do mesmo passo que a independência das outras nações.* Novas cadeias, novos encargos, tais são os resultados desta guerra, e é o proletariado de todos estes países, vencedores como vencidos, quem com eles terá de arcar.

Aumento do bem-estar, diziam eles, ao deflagrar a guerra.

Miséria e privação, desemprego e carestia da vida, doenças, epidemias são os verdadeiros resultados. Por dezenas de anos a vir, as despesas da guerra absorverão o melhor da força dos povos, comprometerão a conquista de melhoramentos sociais e impedirão todo o progresso.

Falência da civilização, depressão económica, reacção política, tais são as benfeitorias desta terrível luta dos povos.

A guerra revela, assim, o verdadeiro carácter do capitalismo moderno, que é incompatível não só com os interesses das classes operárias e as exigências da evolução histórica, mas também com as condições elementares de existência da comunidade humana.

As instituições do regime capitalista que põem e dispõem do destino dos povos – governos, monárquicos ou republicanos, diplomacia secreta, as poderosas organizações patronais, os partidos burgueses, a Igreja – todos eles arcam com a responsabilidade desta guerra surgida de uma ordem social que as alimenta, que elas defendem e que apenas serve os seus interesses.

Operários!

A vós, explorados, despojados, desprezados, chamaram-vos ontem irmãos e camaradas, quando o que interessava era mandar-vos para o massacre e para a morte.

Hoje, quando o militarismo vos mutilou, humilhou e esmagou, as classes dominantes reclamam-vos que abdieis dos vossos interesses, do vosso ideal, numa palavra, vos submetais à paz social como escravos. Tiram-vos a possibilidade de exprimirdes as vossas opiniões, os vossos sentimentos, os vossos sofrimentos. Proíbem-vos de formular as vossas reivindicações e de as defender. Imprensa jugulada, liberdades e direitos políticos espezinhados, eis o reino da ditadura militarista do punho de ferro.

Já não podemos nem devemos aceitar passivamente esta situação que ameaça o futuro da Europa e da humanidade.

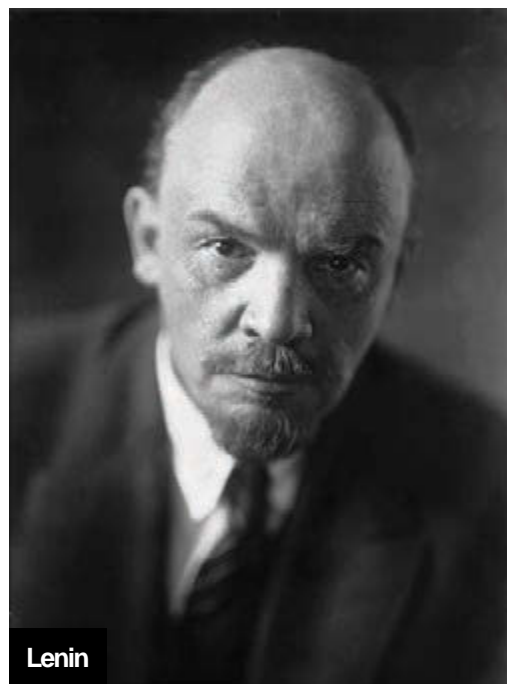
Durante muitos anos, o proletariado socialista travou a luta contra o militarismo; com apreensão crescente, os seus representantes preocupavam-se, nos seus congressos nacionais e internacionais, com os perigos de guerra que o imperialismo cada vez mais ameaçadoramente fazia despontar. De Estugarda a Copenhaga e a Basileia, os congressos socialistas internacionais traçaram a senda que o proletariado havia de seguir.

Porém, logo que a guerra começou, partidos socialistas e organizações operárias de alguns países, que tinham contribuído para a elaboração de tais decisões, passaram por cima das obrigações que elas lhes impunham. Os seus representantes arrastaram os trabalhadores para o abandono da luta de classes, único meio eficaz da emancipação proletária. Concederam as verbas da guerra às classes dirigentes; puseram-se ao serviço do governo para diversos serviços; tentaram, através da sua imprensa e dos seus emissários, ganhar os neutros para a política governamental dos seus respectivos países; forneceram aos governos ministros socialistas reféns da “união sagrada”. Assim, aceitaram, ante a classe operária, partilhar com as classes dirigentes as responsabilidades actuais e futuras por esta guerra, pelos seus objectivos e pelos seus métodos. E, tal como cada partido, sepa-

radamente, faltava à sua tarefa, o mais alto representante das organizações socialistas de todos os países, o *Bureau Socialista Internacional*, faltou à sua.

Foi por causa destes factos que a classe operária, que não cedera ao susto geral ou fora capaz de dele depois se libertar, ainda não encontrou, no segundo ano da carnificina dos povos, maneira de empreender uma luta activa e simultânea pela paz, em todos os países, nesta situação intolerável. Nós, representantes de partidos socialistas, de sindicatos ou de minorias de tais organizações, alemães, franceses, italianos, russos, polacos, letões, romenos, búlgaros, suecos, noruegueses, holandeses e suíços, nós, que não nos colocamos no terreno da solidariedade nacional com os nossos exploradores, permanecendo fiéis à solidariedade internacional do proletariado e à luta de classes, reunimo-nos para reatar os laços quebrados das relações internacionais, para apelar à classe operária a que retome consciência de si mesma e para trazê-la para a luta pela paz.

Esta luta é a luta pela liberdade, pela fraternidade dos povos, pelo socialismo. É preciso empreender esta luta pela paz, pela paz sem anexações nem indemnizações de guerra. Porém, tal paz só é possível na condição de se condenar qualquer ideia de violação dos direitos e liberdades dos povos. Não pode conduzir nem à ocupação de países inteiros nem a anexações parciais. Não às anexações, confessas ou mascaradas, nem a uma subjugação económica que, pela perda da autonomia política que acarreta, se torna ainda mais intolerável. O direito dos povos a disporem de si mesmos deve ser o fundamento inabalável da ordem das relações de nação para nação.



Proletários!

Desde que a guerra rebentou, tendes envidado todos os vossos esforços, toda a vossa coragem, toda a vossa resistência ao serviço das classes possidentes, na matança recíproca. Hoje, mantendo-vos no terreno da luta de classes irreductível, há que agir pela vossa própria causa, pelo objectivo sagrado do socialismo, pela emancipação dos povos oprimidos e das classes subjugadas.

É dever e tarefa dos socialistas dos países beligerantes empreender esta luta com toda a sua energia. É dever e tarefa dos socialistas dos países neutros ajudar por todos os meios os seus irmãos nesta luta contra a barbárie sanguinária.

Nunca na história do mundo houve tarefa mais urgente, mais elevada, mais nobre; cumpri-la deve ser a nossa obra comum. Nenhum sacrifício é demasiado, nenhum fardo demasiado pesado para alcançar este fim: o restabelecimento da paz entre os povos.

Operários e operárias, mães e pais, viúvas e órfãos, feridos e mutilados, a todos vós que sofreis da guerra e com a guerra, gritamos: por cima das fronteiras, por cima dos campos de batalha, por cima dos campos e cidades devas-

● HISTÓRIA

>>> tados:

Proletários de todos os países,
uni-vos!

Zimmerwald (Suíça), Setembro de 1915.

- *Pela delegação alemã:*
Georg Ledebour, Adolf Hoffmann.
- *Pela delegação francesa:*
A. Bourderon, A. Merrheim.
- *Pela delegação italiana:* G.
E. Modigliani, Constantino Lazzari.
- *Pela delegação russa:* N. Lenin,
Paul Axelrod, M. Bobrov.
- *Pela delegação polaca:*
St. Lapinski, A. Varski, Cz. Hanecki.
- *Pela Federação Socialista
Interbalcânica:*
- *Em nome da delegação romena:*
C. Racovski;
- *Em nome da delegação búlgara:*
Vassil Kolarov.
- *Pela delegação sueca e
norueguesa:* Z. Höglund,
Ture Nerman.
- *Pela delegação holandesa:*
H. Roland Holst.
- *Pela delegação suíça:*
Robert Grimm, Charles Naine.

Documento n.º 2

Declaração da esquerda de Zimmerwald

O manifesto aceite pela conferência não nos satisfaz inteiramente. Nela nada há de especial acerca do oportunismo declarado ou do que se esconde por trás das frases radicais – desse oportunismo sobre quem não só recai a responsabilidade principal pelo afundamento da Internacional, mas que ainda por cima se quer perpetuar. O manifesto não especifica claramente quais são os meios para se opor à guerra.

Continuaremos, na imprensa socialista e nas reuniões da Internacional, a defender uma atitude marxista resoluta ante os problemas que o imperialismo coloca ao proletariado.

Aceitamos o Manifesto porque o concebemos como apelo à luta e porque, nessa luta, queremos marchar lado a lado com os out-

ros grupos da Internacional.

Pedimos que esta declaração seja junta ao relatório oficial. ●

**N. Lenin, G. Zinoviev,
Radek, Nerman, Höglund,
Winter.**

Documento n.º 3

Projecto de resolução da esquerda de Zimmerwald

A guerra actual foi engendrada pelo imperialismo. Este estádio que o capitalismo alcançou é o seu estádio supremo. As forças produtivas da sociedade e a importância do capital cresceram para além dos limites estreitos dos diferentes Estados nacionais. Daí a tendência das grandes potências para subjugar outras nações, conquistar colónias como fontes de matérias-primas e mercados para a exportação de capitais. O mundo inteiro torna-se num organismo económico único; o mundo inteiro é partilhado por um punhado de grandes potências. As condições objectivas para o socialismo atingiram a completa maturidade, e a actual guerra é uma guerra dos capitalistas por privilégios e monopólios capazes de atrasar a falência do capitalismo.

Os socialistas, que aspiram a libertar o trabalho do jugo do capital e são campeões da fraternidade universal dos operários, lutam contra todas as formas de opressão e desigualdade de direitos entre as nações. Na época em que a burguesia era progressiva, em que estava na ordem do dia da história o derrube do regime feudal, do absolutismo e do jugo estrangeiro, os socialistas, que sempre foram os democratas mais consequentes e mais decididos, admitiam, neste sentido, mas apenas neste sentido, a “defesa da pátria”. Hoje ainda, se rebentasse na Europa de Leste ou nas colónias uma guerra das nações oprimidas contra os seus opressores, as grandes potências, toda a simpatia dos socialistas seria para

os oprimidos.

A guerra actual foi, porém, engendrada por uma época histórica em tudo diferente, em que a burguesia, outrora progressiva, passou a ser reaccionária. Da parte dos dois grupos de potências beligerantes, esta guerra é uma guerra de escravagistas pela manutenção e pelo reforço da escravatura: por uma nova partilha das colónias, pelo “direito” a oprimir outras nações, pelos privilégios e monopólios do capital imperialista, pela perpetuação da escravatura do salariado através da divisão dos operários dos vários países e da repressão reaccionária das suas aspirações. Por isso os discursos de “defesa da pátria” dos dois grupos beligerantes são uma mistificação do povo pela burguesia. Nem a vitória de um dos grupos, seja ele qual for, nem o retorno ao *statu quo* podem preservar a liberdade da maioria das nações do mundo contra a opressão sobre elas exercida por um punhado de grandes potências nem garantir à classe operária sequer as suas modestas conquistas culturais de hoje. A era do capitalismo relativamente pacífico acabou sem apelo. O imperialismo traz à classe operária um agravamento inaudito da luta de classes, da miséria, do desemprego, do custo de vida, do domínio dos *trusts*, do militarismo, juntamente com a reacção política que levanta a cabeça em todo os países, mesmo nos mais livres.

O significado real da palavra de ordem de “defesa da pátria” na guerra actual é a defesa do “direito” de a respectiva burguesia nacional oprimir outras nações, é a política operária nacional-liberal, a aliança de uma parte ínfima de operários privilegiados com a “sua” burguesia nacional contra a massa dos proletários e dos explorados. Os socialistas que levam a cabo esta política são realmente chauvinistas, social-chauvinistas. A política que consiste em votar a favor dos orçamentos militares e entrar nos ministérios, a política do “Burgfrieden”, etc., é uma traição ao socialismo. O opor-

tunismo, engendrado pelas condições da época “pacífica” que já passou, cumpriu agora a sua ruptura completa com o socialismo, passando a ser um inimigo encartado do movimento de libertação do proletariado. A classe operária não pode chegar aos seus objectivos de alcance histórico mundial se não travar a luta mais decidida contra o oportunismo e o social-chauvinismo declarados (a maioria dos partidos sociais-democratas da França, da Alemanha e da Áustria, Hyndman, os fabianos e os sindicalistas na Inglaterra, Rubanovich, Plekhanov e a “Nacha Zariá” na Rússia, etc.), bem como contra o “centro” que cedeu as posições do marxismo aos chauvinistas.

O Manifesto de Basileia, unanimemente adoptado em 1912 pelos socialistas do mundo inteiro, antevendo uma guerra entre as grandes potências exactamente igual à que actualmente se desenrola, reconheceu claramente o carácter imperialista e reacçãoário dessa guerra, declarando considerar um crime os operários de um país dispararem uns contra os outros e proclamando a iminência da *revolução proletária*, relacionada, exactamente, com essa guerra. Efectivamente, a guerra cria uma situação revolucionária; engendra um estado de espírito revolucionário e uma efervescência revolucionária nas massas; suscita, em todo o lado, na melhor parte do proletariado, a consciencialização do perigo mortal que o oportunismo representa, acentuando a luta contra ele. O desejo de paz que cresce entre as massas laboriosas reflecte a sua desilusão, a falência da mentira burguesa da defesa da pátria, o início do despertar da consciência revolucionária das massas. Usando tal estado de espírito para a sua agitação revolucionária, sem se deixarem deter pela ideia da derrota da “sua” pátria, os socialistas não enganarão o povo com a esperança illusória de uma paz próxima e duradoura, democrática e que exclua a opressão das nações, com a esperança no desarmamento, etc., sem derrube revolu-

cionário dos governos actuais. Só a revolução social do proletariado abre caminho à paz e à liberdade das nações.

A guerra imperialista inaugura a era da revolução social. Todas as condições objectivas da época actual trazem para a ordem do dia a luta revolucionária das massas do proletariado. Os socialistas têm o dever, sem renunciar a nenhum dos meios de luta legal da classe operária, de os subordinar a todos a esta tarefa premente e essencial de desenvolver a consciência revolucionária dos operários, uni-los na luta revolucionária internacional, apoiar e fazer progredir toda a acção revolucionária, procurar transformar a guerra imperialista entre os povos numa guerra civil das classes oprimidas contra os seus opressores, numa guerra pela expropriação da classe dos capitalistas pela conquista do poder político pelo proletariado, pela realização do socialismo. ●

Documento nº 4

Projecto de manifesto da Esquerda de Zimmerwald

A guerra dura há mais de um ano. Milhões de cadáveres juncam os campos de batalha, milhões de estropiados serão, até morrerem, um fardo para si próprios e para a sociedade. São terríveis as devastações causadas pela guerra e pelo peso dos impostos que ela deixará na sua esteira.

Os capitalistas de todos os países, que realizam lucros de guerra imensos com o sangue derramado pelos proletários, reclamam das massas populares que aguentem. Afirmam que a guerra é necessária para defender a pátria, a democracia de todos os países.

Mentem! Em nenhum país os capitalistas entraram em guerra por o seu país ter a sua independência ameaçada ou para libertar outros povos. Conduziram as massas ao açougue porque queri-

am submeter povos à exploração e opressão. Não chegaram a acordo para dividir entre si os povos da Ásia e da África ainda independentes, suspeitando uns que os outros lhes quisessem tirar as presas já capturadas.

As massas populares não estão sendo sangradas no grande matadouro em que a Europa se tornou pela sua própria liberdade nem pela libertação de outros povos. Esta guerra trará ao proletariado da Europa e aos povos da Ásia e da África novos encargos e novas cadeias.

O que, pois, interessa não é perseverar nesta guerra criminosa, mas sim juntar todas as forças para lhe pôr termo. Soou a hora de fazê-lo. O primeiro passo, neste transe, é reclamar que os deputados socialistas que mandastestes para tomarem assento nos parlamentos e lá combaterem o capitalismo, o militarismo e a exploração do povo cumpram o seu dever. Que aqueles que – com excepção dos deputados russos, sérvios e italianos e dos deputados Liebknecht e Rühle – têm espeznhado os seus deveres, ajudando a burguesia na sua guerra de rapina, devolvam os seus mandatos ou usem a tribuna parlamentar para demonstrar ao povo o carácter da guerra, ajudem a classe operária, fora do parlamento, a lutar: recusar os orçamentos de guerra, sair dos ministérios, em França, na Bélgica e na Inglaterra, essa é a primeira reivindicação.

Mas não basta isso. Os deputados não vos podem salvar do animal raivoso, da guerra mundial que se empanturra do vosso sangue.

Deveis intervir vós próprios. Deveis usar as vossas organizações e todos os vossos jornais para despertar as mais vastas massas populares, que gemem debaixo do peso da guerra, sublevá-las contra a guerra. Deveis sair à rua e gritar aos governantes: basta de assassinatos! Se os governos ficarem surdos ao vosso apelo, ouvi-lo-ão as massas populares descontentes e enganadas, que se juntarão a vós para parti- >>>

● HISTÓRIA

>>> cipar na luta. Há que reclamar impetuosamente o fim da guerra. Elevar a voz contra a opressão de um povo por outro, contra o despedaçamento das nações que todos os governos capitalistas levarão a cabo se obtiverem a vitória e puderem ditar as condições da paz aos outros.

Se, com efeito, deixarmos aos capitalistas a liberdade de ditarem a paz como decidiram a guerra, sem consultar as massas populares, novas conquistas não irão apenas reforçar o punho policial e a reacção nos países vitoriosos, também semearão novas guerras ainda mais terríveis.

O objectivo que há-de prosseguir a classe operária de todos os países em guerra é o derube do governo burguês, pois não se porá termo à opressão dum povo por outro povo e à guerra se o poder de decidir da vida e da morte dos povos não for arrancado ao capital. Só os povos libertados do desespero e da miséria, do domínio do capital, serão capazes de resolver as suas relações recíprocas sem guerra, amistosamente, pelo entendimento.

O objectivo que definimos para nós é grande e grandes serão igualmente os vossos esforços e sacrifícios para o alcançar. Longa é a estrada que vos leva a vitória. Os meios de pressão pacíficos não serão suficientes para o inimigo capitular. Só decididos a consagrar ao vosso livramento, lutando contra o capital, uma parte dos incalculáveis sacrifícios que fazeis ao serviço do capital nos campos de batalha conseguireis pôr termo à guerra, lançar os fundamentos reais de uma paz duradoura e transformar-vos de escravos do capital em homens livres. Não vos deixeis afastar da luta enérgica pelos discursos enganadores da burguesia e dos partidos socialistas que a apoiam; não vos contenteis em suspirar pela paz. Sem vontade de lutar contra tudo e contra todos, de vos comprometerdes com a causa de corpo e alma, o capital dissipará o vosso sangue e os vossos bens enquanto lhe aprouver. Em todos

os países, o número de operários que pensa como nós aumenta de dia para dia. É em seu nome que nós, representantes de vários países, nos reunimos para vos lançar este apelo à luta. Queremos travá-la apoiando-nos uns aos outros, pois nenhum conflito nos separa. Os operários revolucionários de cada país considerarão como ponto de honra serem, nesta luta, um exemplo de energia, de sacrifício pelos outros. Não esperam preocupados pelo que os outros farão, mas sim dar o exemplo para os empolgar, tal é a via que leva à criação de uma Internacional que ponha fim à guerra e ao capitalismo. ●

7 de Setembro de 1915

Documento n° 5

Carta de Liebknecht à conferência de Zimmerwald

Caros camaradas,

Perdoem-me estas linhas escritas à pressa. Estou preso, nas cadeias do militarismo. É-me impossível, pois, juntar-me a vós...

Duas tarefas graves se nos impõem. Uma tarefa dura, a do seco dever, e uma tarefa sagrada, a do entusiasmo e da esperança.

Ajuste de contas, ajuste de contas impiedoso com os desertores e trânsfugas da Internacional, sejam da Alemanha, da Inglaterra, da França ou de toda a parte.

Compreensão, ânimo e exortação recíproca a todos os que mantiveram a fidelidade à bandeira, resolvidos a não recuar um só passo ante o imperialismo internacional, ainda que por ele vitimados. Estabelecer a ordem nas fileiras dos decididos a ir até às últimas consequências, a aguentar até ao fim e a lutar, fiéis ao socialismo internacional.

Ser brevemente claros quanto aos princípios da nossa posição acerca da guerra mundial, como caso particular da nossa posição de princípio acerca da ordem

social capitalista – eis o que interessa. Em breve – assim o espero! Pois, em tal matéria, todos estamos, todos estais, todos devemos estar de acordo.

Importa, em primeiro lugar, tirar as conclusões tácticas destes princípios. Sem olhar a quem! Para todos os países!

Guerra sagrada, não união sagrada! Pela solidariedade internacional do proletariado, contra a harmonia pseudonacional, pseudo-patriota entre as classes. Luta de classes internacional pela paz, pela revolução socialista! É preciso dizer como se há-de lutar. Só pela via da colaboração, das relações recíprocas entre países será possível, animando-nos reciprocamente, reunir a máxima força, conseguir os melhores resultados possíveis.

Os amigos de cada país têm nas suas mãos as esperanças e as perspectivas dos amigos de cada país. Vós, principalmente, socialistas franceses e alemães, vós sois o destino um do outro. Vós, amigos franceses, imploro-vos, não vos deixeis enfeitiçar pela frase da união nacional – e é uma certeza que não ireis cair nessa armadilha! – nem por aquela da unidade do partido, ainda mais perigosa. Em contrapartida, cada protesto, cada manifestação da vossa oposição à política governamental oficial, cada profissão de fé corajosa pela luta de classes, pela solidariedade connosco, pela vontade proletária de paz, reforça a nossa combatividade, decuplica a nossa força para agir no mesmo sentido na Alemanha pelo proletariado mundial, pela sua emancipação económica e política, pela sua libertação das cadeias do capitalismo, mas também das cadeias do czarismo, do “kaiserismo”, do “junkerismo”, do militarismo e do militarismo não menos internacional; vem decuplicar a nossa força de combate na Alemanha pela libertação política e social do povo alemão, contra o poderio e o expansionismo dos imperialistas alemães, por uma paz próxima que devolva a liberdade e a independência à infeliz Bélgica e a

França ao povo francês.

Irmãos franceses – conhecemos as dificuldades específicas da vossa situação trágica, sangramos convosco como a massa torturada e lapidada de todos os povos. O vosso mal é o nosso, nós, que sabemos que a nossa dor é a vossa. Que a nossa seja vossa, ajudai-nos como nós juramos ajudar-vos.

A nova Internacional nascerá, pode nascer sobre as ruínas da velha, com alicerces mais sólidos. Vós, amigos socialistas de todos os países, deveis hoje assentar a primeira pedra do edifício do futuro. Julgai sem piedade os falsos socialistas! Aguilhoai impiedosamente os vacilantes, os hesitantes de todos os países... também os da Alemanha! A grandeza do objectivo ajudar-vos-á a passar pela estreiteza e mesquinhez do dia, pela miséria destes dias horríveis.

Viva a paz dos povos do futuro! Viva o antimilitarismo! Viva o socialismo internacional, revolucionário, emancipador dos povos!

Proletários de todos os países, uni-vos!

Documento nº 6

Extracto de *Minha Vida*

Na primavera de 1915, cheguei a Paris o deputado italiano Morgari, secretário do grupo parlamentar socialista do parlamento de Roma, ingénio eclético, com o desígnio de levar os socialistas franceses e ingleses a uma conferência internacional. Na esplanada de um café dos grandes boulevards, tivemos, com Morgari, uma conferência de vários deputados socialistas, que, por razões pouco claras, se achavam homens de “esquerda”. Enquanto a conversa se limitou a palavreado pacifista e à repetição de lugares comuns sobre a necessidade de restabelecer as relações internacionais, a coisa correu bastante bem. Mas quando Morgari, num tom trágico de conspirador, falou da necessidade de arranjar pass-

aportes falsos para atravessar para a Suíça (seduzia-o, tudo indicava, o lado “carbonarista” da empresa), os senhores deputados carregaram o sobrolho, e um deles – já não sei quem – apressou-se a chamar o criado e pagar a conta de todos. O fantasma de Molière apareceu na esplanada; talvez também o de Rabelais. A coisa ficou por ali. Ao voltarmos para casa, Martov e eu fartámo-nos de rir, à uma divertidos e zangados.

Monatte e Rosmer, já mobilizados, não podiam ir connosco. Parti para a conferência com Merrheim e Bourderon, pacifistas muito moderados. Nenhum de nós precisou de passaportes falsos, pois o governo ainda não se tinha desabituaado dos procedimentos pré-guerra e deu-nos documentos em regra.

A organização propriamente dita da conferência ficou a cargo de Grimm, o dirigente socialista de Berna, que se esforçou por se elevar acima do nível burguês do seu partido, acima do seu próprio nível. Preparou para as reuniões um local a dez quilómetros de Berna, na aldeia de Zimmerwald, que domina a cidade do alto. Os delegados apertaram-se em quatro carros e escalarão a montanha. Os transeuntes miravam com curiosidade a extraordinária comitiva. Os próprios delegados contavam piadas sobre o facto de, meio século depois da fundação da primeira internacional, os internacionalistas caberem todos em quatro carros. No entanto, não havia na pilhéria nenhum cepticismo. O fio da história parte-se com frequência. É preciso dar-lhe outro nó. Era o que íamos fazer a Zimmerwald.

Os dias da conferência (de 5 a 8 de Setembro de 1915) foram tempestuosos. Custou muito à ala revolucionária, com Lenin à cabeça, e ao grupo pacifista a que pertencia a maioria dos delegados



entenderem-se sobre um manifesto comum, de que eu elaborei o projecto. O manifesto não dizia tudo o que havia a dizer, longe disso. Mesmo assim, representava um grande passo em frente. Lenin pusera-se no flanco extremo da esquerda. Num número significativo de pontos ficou sozinho nessa esquerda de que eu não fazia formalmente parte, embora estivesse próximo dela em todas as questões essenciais. Foi em Zimmerwald que Lenin esticou a mola ao máximo. Por uma futura acção internacional. Na pequena aldeia da montanha suíça, assentou as primeiras pedras da Internacional revolucionária.

Os delegados franceses assinalaram no seu relatório a importância que para eles tinha a existência da *Nache Slovo*, que estabelecia um laço de opinião com o movimento internacionalista dos outros países. Rakovsky chamou a atenção para o facto de a *Nache Slovo* ter desempenhado um papel importante na elaboração da atitude internacionalista dos partidos sociais-democratas balcânicos. O partido italiano também conhecia a *Nache Slovo* a partir das muitas traduções feitas

>>>

● HISTÓRIA

>>> por Balabanova. Era, contudo, na imprensa alemã que o nosso jornal era mais frequentemente citado, parcialmente na imprensa oficiosa: tal como Renaudel se tentava encostar a Liebknecht, Scheidemann não se aborreceria de nos contar como aliados.

Liebknecht não veio a Zimmerwald: fora feito prisioneiro sob o uniforme dos Hohenzollern, na expectativa de passar a simples preso. Enviou, contudo, uma carta à conferência, assinalando energicamente a sua passagem da linha pacifista para a linha revolucionária. O seu nome foi pronunciado mais de uma vez em Zimmerwald; tornara-se já num nome genérico na luta que dilacerava o socialismo mundial.

Os membros da conferência ficaram rigorosamente proibidos de enviar comunicados, por medo de que informações passadas prematuramente à imprensa criassem problemas aos delegados quando tivessem de voltar a atravessar as fronteiras.

Alguns dias mais tarde, o nome de Zimmerwald, comple-

tamente desconhecido na véspera, ressoava pelo mundo inteiro, causando uma impressão fulminante no patrão do nosso hotel: o bom suíço declarou a Grimm que o valor da sua propriedade ia aumentar consideravelmente, estando ele conseqüentemente na disposição de doar uma dada quantia aos fundos da IIIª Internacional. Todavia, acho que deve ter mudado rapidamente de opinião.

A conferência de Zimmerwald deu um forte impulso ao movimento que se desenvolvia contra a guerra em diversos países. Na Alemanha, os espartaquistas dilataram a sua acção. Em França, constituiu-se um comité pelo reatamento das relações internacionais. A parte operária da colónia russa de Paris cerrou fileiras à volta da *Nache Slovo*, apoiando-a com todas as forças em todas as suas dificuldades financeiras e outras maçadas. Martov, que, no primeiro período, fora um colaborador zeloso, deixou o jornal. As dissensões de importância secundária que ainda me separavam de Lenin em Zimmerwald apagar-

se-iam em poucos meses.

No entanto, as nuvens acumulavam-se sobre as nossas cabeças e foram-se adensando cada vez mais durante o ano de 1916. Sob a forma de “comunicados”, *La Liberté* publicava notas não assinadas em que éramos acusados de germanofilia. Com cada vez maior frequência, recebíamos cartas com ameaças anónimas. As acusações e ameaças tinham indubitavelmente origem na embaixada da Rússia. Figuras duvidosas rondavam constantemente a nossa tipografia. Hervé apontava-nos o seu dedo de polícia. O professor Durkheim, presidente da comissão governamental da emigração russa, mandava saber que, nas altas esferas, se falava em proibir a *Nache Slovo* e expulsar o chefe de redacção. No entanto, a coisa arrastou-se. Era difícil apanhar-nos em falso, pois eu não cometia infracções à lei nem sequer às medidas ilegais da censura. Era preciso encontrar um pretexto de aparência conveniente. Acabaram por conseguir encontrar, ou melhor, criar um. ●

A Internacional

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa

